UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANNA KRISTYNA ARAÚJO DA SILVA BARBOSA

UM ILUMINISTA NOS TRÓPICOS:
Tobias Barreto e a questão feminina no final do século XIX

Recife
2020

ANNA KRISTYNA ARAÚJO DA SILVA BARBOSA

UM ILUMINISTA NOS TRÓPICOS:
Tobias Barreto e a questão feminina no final do século XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Sociologia.

Área de concentração: Teoria e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Moura Peters

Recife
2020

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B238i Barbosa, Anna Kristyna Araújo da Silva.
Um iluminista nos trópicos : Tobias Barreto e a questão feminina no final do século XIX / Anna Kristyna Araújo da Silva Barbosa. – 2020.
117 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Moura Peters.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2020 .
Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Intelectuais – Brasil. 3. Barreto, Tobias, 1839-1889. 4. Século XIX. 5. Mulheres. I. Peters, Gabriel Moura (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.) (BCFCH2021-180)

ANNA KRISTYNA ARAÚJO DA SILVA BARBOSA

UM ILUMINISTA NOS TRÓPICOS:
Tobias Barreto e a questão feminina no final do século XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Sociologia.

Aprovada em: 20/02/2020

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Gabriel Moura Peters (Presidente/Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profa. Dra. Maria Eduarda da Mota Rocha (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa (Examinador Externo)
Universidade Federal de Sergipe

À minha família e a todas as mulheres de ontem, de hoje e de sempre

AGRADECIMENTOS

Continue

Deixando a gratidão ser a almofada
Onde você ajoelha para
Rezar sua oração noturna
E deixando a fé ser a ponte
Que construiu para vencer o mal
E acolher o bem
(Continue, Maya Angelou)

Como diria Cartola, “cada um tem seu drama” e eu tenho o meu. Durante o período mestrado foram muitas as travessias que tive que fazer, mas tive a sorte de contar com muitas pessoas nesse mar onduloso onde eu sou uma eternamente náufraga. Nesse tempo de escrita nunca deixei de repetir para mim mesma que preciso recordar daqueles e daquelas que me serviram de amparo nessa travessia para que eu pudesse continuar apesar dos momentos de sufoco. Por isso, nesse vaivém das águas-lembranças quero fazer ecoar o meu eterno agradecimento...

À CAPES, por fornecer a bolsa que tornou possível a dedicação a este trabalho;

Ao PPGS, todos os professores e professoras, a coordenação e as pessoas de Karine e Mônica, pelo apoio nas demandas burocráticas dessa vida de pós-graduação;

Ao professor Gabriel Peters, pela orientação, e por permitir que eu pudesse me “sentir livre” na elaboração do trabalho, trazendo leveza durante o processo;

Aos membros da banca da defesa do projeto, os professores Artur Perrusi e Ricardo Santiago, que gentilmente aceitaram o convite para dialogar sobre o projeto;

A professora Maria Eduarda da Mota Rocha por aceitar participar da defesa da dissertação e dialogar sobre o Pensamento de Tobias, mesmo num curto prazo para leitura desse trabalho;

Ao mestre, Ivan Barbosa a quem admiro bastante e quem me apresentou Tobias Barreto e a Escola do Recife; e fez despertar em mim a paixão que nutro pelo Pensamento Social Brasileiro e pela Sociologia Brasileira. Agradeço pela leitura da dissertação, pelo indiscutível profissionalismo e pela tamanha generosidade;

Agradeço aos meu professores e professoras ao longo desse curso que, que contribuíram imensamente para minha formação;

A professora e amiga, Simone Brito, por ser aquela professora que me viu engatinhar na sociologia, agradeço pelas conversas, pela escuta dos desabafos, pelas brincadeiras e pelo

apoio de sempre desde a graduação. Sou muito grata por me sempre me mostrar como “fazer sociologia” pode ser algo ao mesmo sério e divertido;

A Doralice Sátyro, pelo apoio, pela atenção dedicada, e por me indicar e conseguir uma versão física da tese de sua amiga, a professora Alexandrina Conceição sobre Tobias Barreto, que foi de enorme contribuição para elaboração desse trabalho. Muito obrigada as duas pela disponibilidade em ajudar;

A minha turma de mestrado, pelos inúmeros debates sociológicos e pela experiência de compartilhar a aprendizagem. Especialmente a Maria, Laís e Thaís, que tornaram nossa estadia em Recife sempre muito agradável e cheia de afeto. Vocês são maravilhosas!

Ao meu amigo Rodrigo, da famosa “bancada da Paraíba”, que sempre se mostrou muito solidário, recebendo-me nas terras recifenses com amor de irmão. Agradeço por ser sempre aquele que ia resolver os perrengues no PPGS, quando lá eu não podia estar. Obrigada pelo carinho de sempre e por sempre me fazer acreditar que desistir não era o melhor a fazer;

Ao meu amigo e “irmão” que conheci há mais de 10 anos na graduação em Ciências Sociais, Esdras, que sempre se disponibilizou para esclarecer dúvidas e ouvir desabafos. Obrigada por toda generosidade, solicitude e apoio nesse percurso e sempre.

A minha turma Mefisto, Gabriel, Carol, Fernanda, Anderson e Jú, que sempre me proporcionaram as melhores noites de embates sociológicos e os melhores cafés;

Ao Grupo de Estudos de Pensamento Político e Social Brasileiro, Ariadne, pelas maravilhosas discussões todas as quintas-feiras na UFPB;

A seu Alexandre, pai de Esdras, por passar quase um ano inteiro nos levando e trazendo de Recife nas sextas-feiras para assistir aula. Não tenho palavras para agradecer tamanha disponibilidade;

Agradeço minha família, sobretudo aos meus pais e meus irmãos, por toda força e amor durante toda a vida.

Agradeço a Neto, por todo afeto e amor de sempre. Sua generosidade, sua sensibilidade e companheirismo foram essenciais para superar todos os obstáculos.

A compreensão objetiva de uma sociedade nacional é resultado de um processo histórico. Não salta à cabeça de ninguém, por mera inspiração ou vontade, nem é epistemologicamente possível, na ausência de certos fatores reais. (RAMOS, 1995, p. 34)

RESUMO

Neste trabalho, será analisado o pensamento social de Tobias Barreto de Menezes, sobretudo em suas obras que fazem considerações sobre a questão da mulher: os chamados *Estudos de Sociologia*. Estes trabalhos permitem uma compreensão das ideias defendidas por esse intelectual. A presente dissertação buscará, a partir da perspectiva da sociologia do conhecimento mannheimiana, pensar a constelação histórica em que esse pensador sergipano estava inserido, de modo a melhor compreender como o papel social da mulher é visto em Tobias Barreto. Trata-se também de entender até que ponto suas ideias constituíram-se em um novo estilo de pensamento na sociedade brasileira oitocentista, sobretudo em relação ao discurso da época sobre a mulher e ao grupo de intelectuais em Barreto estava inserido: a Geração de 1870 (Escola do Recife), aqui entendida como uma escola de pensamento portadora de uma visão de mundo. Finalmente, será considerada a análise do autor sobre a questão da inferioridade intelectual feminina, então frequentemente pressuposta, na intenção de pensar a extensão em que o pensamento deste autor se mostrou original em relação às visões de mundo eruditas e leigas que predominavam na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Mulher; Brasil do século XIX; Questão nacional; Tobias Barreto; Geração de 1870.

ABSTRACT

This work analyzes the social thought of Tobias Barreto de Menezes, especially in the writings where he considers the "woman question": the so-called *Studies in Sociology.* These works enable an understanding of the ideas defended by this intellectual. Based on the perspective of the Mannheimian sociology of knowledge, the present dissertation will survey the historical constellation in which this thinker from Sergipe was embedded, in order to better understand how the social role of women is seen by Tobias Barreto. Also at stake is the extent to which his ideas have constituted a new style of thinking in Brazilian society at the 1800s, especially in relation to the then current discourses on women and to the group of intellectuals in which he was immersed: the 1870s Generation (The Recife School), here understood as a school of thought imbued of a worldview. Finally, the dissertation considers the author's analysis of the question of the intellectual inferiority of women, which was then often presupposed, with the intention of pondering the extent to which this author's thought has shown itself to be original in relation to the worldviews – both erudite and lay – that prevailed in Brazilian society over the second half of the XIXth century.

Keywords: Woman; XIXth century Brazil; National question; Tobias Barreto; 1870s Generation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: "O BRADO DE ALARMA" 11

2 SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO: "PARA PENSAR O PENSAMENTO" 17

2.1 ASPECTOS TEÓRICOS DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO 18

2.2 CIRCULAÇÃO DE IDEIAS E CAMPO INTELECTUAL 26

2.3 A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO COMO MÉTODO 33

3 A SOCIEDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XIX E SUAS TRANSFORMAÇÕES 36

3.1 O CONTEXTO HISTÓRICO 36

3.2 A CHAGA DA ESCRAVIDÃO 47

3.3 O MOVIMENTO DAS IDEIAS 49

3.4 A LITERATURA E CONSTRUÇÃO NACIONAL 54

4 CRÍTICA E CRISE DO PENSAMENTO: A CONTESTAÇÃO DA ESCOLA DE RECIFE 61

4.1 O PAPEL DO INTELECTUAL NO SÉCULO XIX 61

4.2 AS BASES MATERIAIS PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO 66

4.3 O MOVIMENTO CONTESTADOR DA ESCOLA DE RECIFE 72

4.4 A CONSOLIDAÇÃO DA GERAÇÃO DE 1870 COMO INTELLIGENTSIA 78

5 A MULHER NA (ANTI) SOCIOLOGIA DE TOBIAS BARRETO 83

5.1 DEBATES SOBRE A MULHER E A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XIX 83

5.2 A CULTURA COMO CHAVE DE LEITURA 90

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS - TOBIAS BARRETO: ENTRE A CRÍTICA E A UTOPIA 105

REFERÊNCIAS 109

1 INTRODUÇÃO: “O BRADO DE ALARMA”

> Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico, o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de ideias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de 30 anos, hoje que são elas correntes e andam por todas as cabeças, não têm mais o sabor de novidade, nem lembram mais as feridas que, para se espalhar, sofremos os combatentes do grande decênio: positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo e de história literária, transformação da intuição do direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da Escola de Recife. (Romero *apud* Barreto, 1926: XXIII-XXIV).

Sílvio Romero sintetizara, em seu famoso discurso conhecido como “*O Brado de Alarma*”, sua tese de que partira da Escola de Recife a efervescência cultural, política e intelectual na sociedade brasileira no último quartel do século XIX. O pensador sergipano aponta para o fenômeno sociocultural que agitou as produções dos intelectuais do Império Brasileiro e que foi determinante para a compreensão da crise do Segundo Império. O “bando de ideias novas” falado por Silvio Romero aponta para o movimento de ideias estrangeiras que passam a circular tardiamente aqui no Brasil, a partir de 1870 (SCWARCZ, 1993), ideias que exerceram um papel fundamental na elaboração de reflexões sobre o progresso e a identidade nacional. A Escola do Recife se amparou nessas teorias para pensar os problemas que a sociedade brasileira enfrentava e, principalmente, a questão do atraso. Os membros daquela escola eram “*homens de sciencia*”, como ficaram conhecidos os intelectuais dessa época que viviam a ciência como doutrina (SCHWARCZ, 1993). Os intelectuais surgem como um movimento contestador (ALONSO, 2002) que se contrapunha à monarquia, ao catolicismo e ao romantismo constituídos, até então, enquanto ordem estabelecida dentro do cenário intelectual nacional.

A segunda metade do século XIX apresenta-se bastante conturbada devido à incorporação de ideias como evolucionismo, positivismo, naturalismo e outras doutrinas europeias que passam a influenciar os intelectuais brasileiros. Preocupados com a construção de uma identidade nacional e com a modernização do país, tais intelectuais buscaram naquelas doutrinas alicerces para interpretar a realidade e a especificidade brasileiras. Neste esteio, a Escola do Recife é considerada a precursora de um modo de pensar as questões particulares da sociedade brasileira que pode, em certa medida, ser entendido como uma “protosociologia” no (e do) Brasil, tendo como expoentes Tobias Barreto e Silvio Romero, os quais influenciaram um grupo mais amplo de intelectuais da Faculdade de Recife. Antonio Candido (2006) e Pinto Ferreira (1969) apontam que a referida escola se apresenta como uma espécie de fase pré-

sociológica do pensamento social no Brasil. A geração de 1870 da Escola do Recife é tida, na percepção de alguns autores, como um grupo que se apresenta como um divisor de águas na história cultural do Segundo Império, de tal modo que a "Escola do Recife, juntamente com o positivismo, e, em época posterior, com o catolicismo de Jackson, um dos três únicos exemplos de um movimento intelectual brasileiro que formou escola e perdurou além da geração dos fundadores" (JAGUARIBE apud CHACON, 2008, p. 38).

A composição do grupo de 1870 era heterogênea, composta por indivíduos de diferentes segmentos sociais e de quase todo o Nordeste. Além dos sergipanos Tobias Barreto e Silvio Romero, a escola tinha como membros: Artur Orlando (1958-1916); Clóvis Beviláqua (1859 - 1944); Fausto Cardoso (1964-1964); Graça Aranha (1968-1931); Martins Júnior (1860-1904); Gumercindo Bessa (1959-1913), Araripe Júnior (1948 -1911) e Raimundo Farias Brito (1982-1917). Esses intelectuais viam na ciência condições para explicar o motivo do atraso nacional, assim como soluções para esse problema que se apresentava como urgente na sociedade brasileira. Além disso, é possível rastrear os impactos dessa geração para além dos limites do Nordeste, como é o caso da influência da Escola do Recife em juristas do Rio Grande do Sul.

Como acontecera com os românticos, a ideia de nação e a obsessão de pensar sobre ela é presente na maioria dos intelectuais que teceram contribuições ao pensamento social brasileiro do século XIX e início do XX, a exemplo de Sílvio Romero (1851-1914), Manoel Bonfim (1868-1932), Euclides da Cunha (1866-1909), Nina Rodrigues (1862-1906), Afonso Celso (1860-1938), Gilberto Freyre (1900-1987), Paulo Prado (1869-1943) etc. Misturando análise sócio-histórica e projeto político-cultural, todos esses autores estavam, de um modo ou de outro, em busca da construção da nação, pensando o Brasil sobretudo enquanto povo dotado de história e cultura peculiares. Isso ocorre em um período em que bacharéis e médicos eram vistos como os únicos capazes de realizar uma reflexão cientificamente consistente sobre a condição brasileira e, até mesmo, pensar as possibilidades para a superação da estagnação e atraso em que acreditavam estar o Brasil.

> Na verdade, o bacharel se transformou em agente e prolongamento do senhor rural no mundo urbano da corte ou das capitais das províncias. Quando não era seu filho ou neto, era seu dependente, conformando-se com a ordem moral associada à escravidão, ao latifúndio e à monocultura. Como o clero na sociedade colonial, o bacharel se encontrava preso a uma teia de determinações que projetavam suas atividades no âmago das forças do conservantismo sócio-cultural. (FERNANDES, 1976, p. 19).

A emergência de análises tão criteriosas acerca do social como fonte das diferenças reais do Brasil se desenvolve em meio a um ambiente particularmente fértil, mas bastante conturbado. Por um lado, tem-se o contato com o que se produzia intelectualmente fora do

Brasil e os esforços para construir uma classe responsável por conjecturar acerca das questões nacionais e definir o país dentro dos motes científicos. Por outro lado, e de certa maneira como resultante desse contato com o modo de ver o mundo provindo do exterior, tem-se a deterioração da estrutura social em que se baseara não apenas a economia, mas a estruturação social, a organização cultural e o modelo político do Brasil ao longo de quase três séculos: *a escravidão*. Esse é o cenário onde ocorre o desenvolvimento das ciências sociais, ainda que de maneira um tanto quanto incipiente, mas que evidencia as influências que marcarão o histórico da ciência como também, por ser um contexto de relação direta entre intelectuais e Estado, as construções políticas de um Brasil em transição.

Como exemplo da dialética histórica entre a realidade social e o mundo das ideias que será investigada pela sociologia do conhecimento, as transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira propiciaram instrumentos mentais para se pensar a nação, já que as ideias recepcionadas pela geração de 1870 não seriam suficientes, por si só, para fazer emergir reflexões sobre a realidade brasileira. Só com suportes materiais e sociais é que foi possível surgir uma reflexão - sobretudo uma reflexão de caráter cientificista - sobre o Brasil. Por isso, o surgimento e a consolidação das modernas instituições brasileiras, começando com a chegada da família real ao Brasil, seguidos do processo de urbanização, resumem as condições sócio-históricas de emergência das possibilidades de uma produção científica. Segundo Emília Viotti da Costa (2010), foi a intenção de criar uma elite para governar o país que resultou na fundação de algumas faculdades, como as do Rio de Janeiro, de Recife e de São Paulo, criando estímulos novos para uma vida urbana (COSTA, 2010, p. 242). A elite intelectual nacional foi fortemente influenciada pelas perspectivas vigentes na Europa, como o darwinismo social, o evolucionismo e o positivismo - o que, de certo modo, tanto permitiu quanto condicionou os rumos de uma reflexão acerca da sociedade brasileira.

A raça foi o fator primordial destacado pela maioria dos intelectuais para se pensar o atraso da sociedade brasileira, uma vez que o darwinismo social foi incorporado ao universo dos intelectuais que queriam refletir sobre o futuro da nação "assolada" pela miscigenação. Diante do cenário intelectual da época, a discussão sobre a prioridade analítica da miscigenação, com a deterioração do sistema rural específico dos períodos colonial e imperial, oportuniza certo nível de integração do negro como agente ativo da constituição social brasileira, mesmo que de maneira considerada inferior àquela do branco e também do índio. Esse contexto proporciona um ambiente favorável à disseminação de ideais racistas que pretendem conceber o Brasil a partir da mistura racial única. Como dito acima, as reflexões sobre o país pretendiam combinar diagnósticos de fato com prescrições políticas ao estado-nação, e foi nessa moldura

que a miscigenação racial no Brasil foi pensada. Silvio Romero, por exemplo, apesar de defender um branqueamento da população brasileira, afirmava que a miscigenação deveria ser vista como uma verdade do Brasil, independentemente de um julgamento de valor. Romero afirmou que o caráter particular do Brasil advinha da mistura de três tipos humanos: "A raça ariana, reunindo-se, aqui, a duas outras totalmente diversas, contribuiu para a formação de uma sub-raça mestiça e crioula, distinta da europeia.". "Não vem ao caso" – acrescentaria o autor em 1888 –" discutir se, isto é, um bem ou um mal; é um fato e basta" (Romero *apud* Skidmore, 1976, p. 51).

Pensar o Brasil fora desses ditames era enfrentar uma já consolidada estrutura social e mental na qual se aspirava à produção de ciência à época. Ante esse quadro é que começam a se desenvolver, mesmo que de maneira não encorajada, certas visões de mundo e formas de interpretação do cotidiano social brasileiro que, em certa medida e de várias maneiras, transgrediram o modelo de pensamento cimentado na produção bacharelesca do período. Autores como Tobias Barreto (1839-1889), Tito Lívio de Castro (1864-1890) e Manoel Bomfim conseguem tecer argumentos nos quais, sem perder do horizonte o referencial próprio de suas formações, a questão racial fica em um plano não tão prioritário como o defendido pela hegemônica maioria dos pensadores contemporâneos a eles. Dessa maneira, conseguem produzir, de modo pontual e importante, argumentos baseados numa lógica paralela ao determinismo racial dominante, partindo de reelaborações de conceitos acerca da formação social, histórica, cultural e econômica do país.

Eis um dos motivos da relevância da produção intelectual de Tobias Barreto, o qual, diferentemente do movimento hegemônico da época, elege não a raça, mas a cultura como categoria chave para se pensar a nação. Além disso, o pensador sergipano parte de um eixo epistemológico divergente da *intelligentsia* da época, ao não se utilizar das premissas intelectuais de base francesa, então tão na moda entre os círculos letrados no Brasil, mas do germanismo. A partir do contato com a filosofia alemã, Tobias Barreto passa a se posicionar contra o positivismo de base estritamente comteana (doutrina hegemônica na época) e dá um salto na interpretação sobre a questão do atraso nacional. O pensamento de Tobias Barreto sofreu influências diretas do seu contexto histórico, mas suas ideias e modo de raciocínio aparecem como destoantes das tradições em voga no cenário brasileiro no séc. XIX, a exemplo do Romantismo, do Catolicismo e da Escolástica. Barreto é considerado um dos primeiros a introduzir as teorias germanistas na Faculdade de Recife e no Brasil. Como destacado membro da Escola de Recife, é considerado por Silvio Romero como um iniciante, ao seu lado, de uma corrente filosófica no Brasil.

O recorte desta pesquisa incidirá sobre Tobias Barreto e seu *Estudos de Sociologia, e o projeto de Lei 129/1879*. Sua vida e suas obras permitem pensar como se dava a inserção das mulheres na nova ordem social republicana. Indicam também a miríade de fatores que moldou formas específicas de sensibilidade que impediram, nos âmbitos psicológico e sociológico, a integração plena das mulheres ao novo ambiente social que surgira no bojo do fim da escravidão. Persistentes, em certos aspectos, até os dias atuais, os obstáculos objetivos e subjetivos àquela integração revelam uma sociedade marcada por profundos resquícios das relações assentadas nos preceitos das teorias raciais, patriarcais e evolucionistas.

Pensar o pensamento de Tobias Barreto visa demonstrar que, mesmo sob os constrangimentos sociais e políticos próprios da época, a *práxis* transformadora – ao mesmo tempo intelectual, social e política - se fazia inegavelmente presente (PRADO, 2004). São diversas as razões que indicam a pertinência da referida pesquisa. A primeira é mostrar que, embora escassa, houve uma relevante produção intelectual sobre a mulher no Brasil do século XIX, produção resistente ao ocultamento perpetrado à época, o que resultou na inclusão tímida dessa temática na agenda do pensamento social brasileiro. Um segundo aspecto relevante é o fato de que a pesquisa permitirá compreender o percurso realizado por esse intelectual, bem como apresentar as especificidades de seu pensamento, assim como de suas contribuições à história do movimento feminista brasileiro. Além disso, esse debate permite alargar o horizonte da compreensão sobre a integração da mulher à sociedade brasileira pós-escravocrata, evidenciando formas de ação prática e teórico-reflexiva das mulheres ao longo do século XIX. Para além de entender o papel social que se atribuía à mulher na sociedade brasileira de então, a pesquisa pode expandir nossa compreensão sociológica a respeito do impacto da *práxis* libertadora na sociedade do conhecimento.

A presente dissertação foi estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo será traçada uma discussão metodológica, a partir das contribuições da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim e da sociologia das formas simbólicas de Pierre Bourdieu, buscando postulados passíveis de aplicação na pesquisa do Pensamento Social Brasileiro. Desse modo, neste capítulo serão consideradas ferramentas teórico-metodológicas que permitam pensar o pensamento de Tobias Barreto sobre a Mulher enquanto tema sociológico.

No segundo capítulo, será reconstruído o contexto histórico e as transformações estruturais e cotidianas da sociedade brasileira na segunda metade do século XIX, período em que Tobias Barreto e sua produção intelectual estão inseridos. A análise do contexto histórico e dos períodos estudados busca apreender as influências teóricas, políticas e materiais que se exerceram sobre o pensamento de Barreto, permitindo dessa maneira uma compreensão mais

profunda da obra do intelectual sergipano, a partir do entendimento de seu contexto de produção.

O terceiro capítulo será centrado na *Escola do Recife* enquanto movimento intelectual, grupo do qual Tobias Barreto é considerado o fundador e principal expoente teórico. Além disso, será traçado o percurso biográfico de Tobias Barreto, buscando localizar suas influências a partir de seu contato com as ideias estrangeiras que passam a circular no Brasil a partir de 1850. O propósito primeiro é perceber quais correntes de pensamento influenciam o pensador sergipano. A partir desse panorama, será apontado o papel sociocultural do intelectual nesse período e as formas assumidas pelas disputas no universo da cultura em busca da legitimidade (Schwarcz, 1993).

No quarto e último capítulo, em princípio, será feita uma breve história das interpretações do papel social da mulher no século XIX, buscando apontar como o pensamento de Tobias em seu texto *Educação da Mulher*, contido em seu *Estudos de Sociologia*, apresenta sua relação com a leitura de uma corrente germânica acerca da cultura. Será explorada a questão: até que ponto suas ideias sobre o tópico se apresentam como uma ruptura ou continuidade com os *estilos de pensamento* vigentes no segundo império.

2 SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO: “PARA PENSAR O PENSAMENTO”

> As ideias não podem ser separadas de seus produtores, nem das condições sociais de sua produção, ou seja, devem ser tratadas histórica e sociologicamente. Ao mesmo tempo, a crítica ideológica é condição insuficiente - embora necessária- para a transformação das relações sociais, isto é, sem a transformação das relações materiais que lhe dão suporte, a crítica é impotente. (MAIA, 2018)

Para possibilitar um dimensionamento histórico-sociológico sobre o tema, será revisada uma bibliografia pontuando questões de teoria e método na sociologia do conhecimento. Buscar-se-á tecer reflexões sobre *contexto histórico*, *circulação internacional de ideias* e *campo intelectual*. Para isso, trabalhar-se-á com os conceitos de *estilos de pensamento* e de *intelligentsia* formulados por Karl Mannheim (1974) e de *circulação internacional de ideias* e *campo intelectual* construídos por Pierre Bourdieu. (2002, 1983). Entende-se por intelligentsia o grupo que é socialmente tido como responsável por desenvolver ideias, em alguns casos até mesmo projetos, sobre a vida social de um país. “No Brasil, a formação de uma intelligentsia pautou-se por verdadeira obsessão com a ideia de pensar a nação” (SANTOS & MADEIRA, 1999). Esse conceito será importante para nos ajudar a pensar sobre o comportamento político de Tobias Barreto e sua origem social, visto que “a origem social dos intelectuais é relevante para nós na medida em que permite esclarecer os impulsos grupais por eles frequentemente expressos” (MANNHEIM, 1974, p. 97).

No que tange à circulação internacional de ideias e ao campo intelectual, usaremos esses conceitos buscando refletir sobre a internacionalização de ideias no século XIX, sobretudo a partir de 1850, mostrando como a recepção de algumas teorias por Tobias Barreto foi socialmente condicionada por sua posição no cenário intelectual brasileiro; isto é, como aquelas ideias podiam ter ou não afinidades com sua identidade e como isso poderia ou não legitimar sua condição social no campo intelectual que estava em processo de formação no Brasil do final dos oitocentos. Aqui, compreende-se campo como um espaço social marcado por lutas de poder e disputas por bens escassos, não apenas de cunho material, mas também simbólico (por exemplo, prestígio artístico, autoridade científica etc.). Sendo “um lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial” (BOURDIEU, 1983, p. 122), cada campo é movido por uma forma específica de interesse, bem como marcado por hierarquias e lutas pela forma de prestígio específica ao campo. Generalizando a noção de “capital” para além do seu sentido econômico, como faz também com as noções de “interesse” e “bens”, Bourdieu toma o conceito como

referente a qualquer realidade que opere no mundo social como meio legítimo de exercício do poder, como, além de posses materiais (capital econômico *stricto sensu*), competências educacionais (capital cultural) ou acesso a redes de pessoas influentes (capital social). Chamando de "capital simbólico" não um tipo específico de capital, mas a forma que qualquer capital assume quando socialmente reconhecido como marca de *distinção*, Bourdieu sustenta também que qualquer campo funciona com base em uma forma específica de "capital simbólico" (por exemplo, artístico ou religioso).

Através do conceito de campo intelectual, buscar-se-á compreender como, através das suas obras, especificamente dos seus *Estudos de Sociologia*, Tobias Barreto absorve diferentemente as ideias de sua época e do contexto em que está inserido ao ponto de, como elemento característico de seu pensamento, opor-se ao *establishment* intelectual. E, através do conceito de circulação internacional de ideias, buscar-se-á compreender como ele tece seu pensamento a partir de seu contato com intelectuais, sobretudo europeus, o que possibilitou a ele encontrar elementos que serviram de arsenal de confronto com as tradições intelectuais e políticas de sua época, embasando suas críticas e fundamentando suas posições tão intelectuais e políticas quanto as que antagonizava. Recorrendo a esse quadro teórico-metodológico, acredita-se ser possível identificar a posição do pensador sergipano no contexto intelectual do final de século XIX, bem como a lógica de seu alinhamento teórico, aquele que o permitiu pensar a mulher em seu caráter sociológico, para além das reduções biologizantes de seu tempo.

2.1 ASPECTOS TEÓRICOS DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

O presente trabalho segue na esteira teórico-metodológica de uma sociologia do conhecimento de alinhamento mannheimiano. A sociologia do conhecimento postulada por Karl Mannheim (1893-1947), sociólogo húngaro nascido em Budapeste, tem seus fundamentos metodológicos na concepção de que o pensamento humano tem sua gênese no social. A base do pensamento de Mannheim sobre "essa nova teoria social" se encontra no livro *Ideologia e Utopia* (1929), mas também pode ser revisitada nas obras póstumas *Sociologia do Conhecimento I* e *II*, *Sociologia da Cultura*, sobretudo no ensaio *"Problemas da intelligentsia"* e em "*Pensamento Conservador*". Ao tecer reflexões sobre a natureza social do conhecimento, Mannheim está em diálogo com Max Scheler, que foi quem cunhou o conceito de sociologia do conhecimento na Alemanha na década de 1920 (BERGER & LUCKMANN, 2017).

As formulações de Mannheim inauguram um debate no ramo da sociologia: a relação entre o pensamento e a vida política. Apesar de Scheler cunhar a expressão, é quase majoritariamente atribuído a Mannheim o título de fundador dessa especialidade da sociologia,

tendo como marco o seu *Ideologia e Utopia*. O tema do conhecimento tem uma grande tradição na sociologia clássica. Além de Scheler, mencionado acima, Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim também teorizaram sobre o conhecimento e teceram reflexões consideráveis sobre como o meio social influencia o conhecimento. Mannheim está na seara dos intelectuais, sobretudo alemães do século XIX, que se posicionam nesse debate epistemológico buscando refletir sobre a produção social do conhecimento e em certo diálogo com a tradição, propondo uma análise terminantemente sociológica do conhecimento. (CEPÊDA, 2015; MAZUCATO; 2015).

O conceito de *ideologia*, cunhado por Marx e Engels, é visto como o principal paradigma da sociologia do conhecimento. A *teoria da Ideologia*, como ficou conhecida, seria, segundo Cuviller (1975), a precursora da sociologia do conhecimento. O conceito de ideologia entende que, em cada época, as ideias da classe dominante são as ideias dominantes, ou seja, o pensamento é entendido pelos autores como produto das relações materiais entre os indivíduos e suas classes (MARX & ENGELS, 1996). "Em *A ideologia alemã*, o conceito de ideologia aparece como equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real " (LÖWY, 2015, p. 19, grifo do autor). Nas suas fundações marxistas, portanto, a sociologia do conhecimento combinava duas questões: a tese de que ideias e pensamentos são socialmente determinados, de um lado, e o pressuposto de que essa determinação social tinha um cunho ideológico, i.e., conferia ao pensamento um caráter ilusório ou mistificado (assim, por exemplo, somente os privilégios associados à condição de filósofo puro, como a distância em relação ao trabalho material, explicavam como filósofos idealistas poderiam erroneamente identificar a realidade inteira ao plano das ideias, como argumentaram Marx e Engels em *A ideologia alemã*). Mannheim amplia as considerações de Marx ao tratar de ideologia e utopia como visões de mundo diametralmente opostas. Enquanto as ideologias se comportam como o conjunto de visões de mundo que buscam a manutenção da ordem estabelecida, as utopias se apresentam como visões de mundo que buscam a mudança, a transformação da realidade existente.

Desse modo, o sociólogo húngaro está preocupado em apresentar um método que permita a análise do pensamento condicionado às mudanças sociais. Nesse sentido, o Mannheim de *Ideologia e Utopia* apresenta o método da Sociologia do Conhecimento que coloca o estudo do pensamento na esteira sociológica e atribui à sociologia a função de compreender a atividade intelectual de forma diferente de como fazia a Filosofia, a Lógica e a Psicologia. Ele se propõe com o método a "investigar não como pensamento aparece nos tratados de Lógica, mas como ele realmente funciona na vida pública e na política como

instrumento de ação coletiva" (MANNHEIM, 1972, p. 29). Mannheim argumenta que a principal tese da Sociologia do Conhecimento "é que existem modos de pensamento que não podem ser compreendidos enquanto se mantiverem obscuras suas origens sociais" (MANNHEIM, 1972, p. 30). Ou seja, os modos de pensamento não são resultados estritamente da trajetória de vida dos indivíduos e muito menos têm sua origem apenas nele; ao contrário, eles se fundamentam e encontram significado no contexto social que envolve o indivíduo. De maneira geral, a análise sociológica desmistificava as concepções individualistas e a-históricas de conhecimento, mostrando que este não é uma realização isolada (como se as ferramentas com as quais os indivíduos pensam, como o idioma, não fossem de origem social) nem situada fora do tempo (em diálogo com o historicismo alemão, Mannheim estava ciente de como indivíduos em diferentes sociedades representam o cosmos inteiro de modos muito diferentes). Para dar somente um exemplo, Norbert Elias, assistente de Mannheim, ao estudar o caso de Mozart, mostra como o músico austríaco não se trata de um caso de genialidade *sui generis*, mas de um conjunto de tensões presentes na figuração histórica a qual o músico pertencia.

> A Sociologia do Conhecimento busca compreender o pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social, de onde só muito gradativamente emerge o pensamento individualmente diferenciado. Assim, quem pensa não são os homens em geral, nem tampouco indivíduos isolados, mas os homens em certos grupos que tenham desenvolvido *um estilo de pensamento particular* em uma interminável série de respostas a certas situações típicas características de sua posição comum. (MANNHEIM, 1972, p. 31 – grifo meu).

Mannheim aponta que o indivíduo herda padrões de pensamento, mas ao mesmo tempo tanta reelaborar esses padrões, bem como substituí-los. Pensamento semelhante ao de consciência coletiva de Durkheim[1], o que o permite se afastar do individualismo metodológico de Weber e dos filósofos iluministas. Além disso, Mannheim argumenta que não se pode "separar os modos de pensamento concretamente existentes do contexto da ação coletiva por meio da qual, em um sentido intelectual, descobrimos inicialmente o modo? " (MANNHEIM, 1972, p. 31). Para o autor, os homens agem de forma coletiva e organizada, agem e/ou pensam com ou contra outros, ou seja, eles se empenham em grupos na construção de ideologias ou utopias. Mannheim afirma "que grupos concretos organizados em volta de certos interesses dominantes estão *comprometido*s com um certo *estilo* de pensamento e de sensibilidade, que não derivam daqueles interesses enquanto tais, mas que lhe estão associados" (KEESKEMETI,

[1] Émile Durkheim contribui para entender a predominância da sociedade em relação ao indivíduo. Em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (2008) o sociólogo francês formula uma teoria do conhecimento ao fazer a distinção entre Sagrado e Profano. Nesse sentido, essas formas de classificação, cuja base vem da religião, fornecem ao homem um critério de ordenação da vida social, mostrando que as formas de conhecimento humano têm sua origem na experiência coletiva.

s/d, p. 31). O ponto é importante: enfatizar as influências sociais que pesam sobre o pensamento humano é também mostrar a conexão do pensamento com o caráter *interessado* da atividade humana no mundo social, bem como o condicionamento desses interesses pelos grupos nos quais os agentes estão situados. Nesse sentido, é impossível o indivíduo conceber um pensamento isoladamente. Na perspectiva de Mannheim, o pensamento é algo que se dá na relação, na ação coletiva, pois "a direção dessa vontade coletiva de transformar ou manter é que produz o fio condutor para emergência de seus problemas, seus conceitos, e suas formas de pensamento" (MANNHEIM, 1972, p.32).

Com esse debate, a sociologia do conhecimento (*Wissenssoziologie*) alicerça o legado do historicismo, corrente de pensamento na qual evidencia-se o caráter histórico dos fenômenos – nesse caso, o do pensamento –, além de distinguir qualitativamente o fato natural e o fato social, e de considerar que os objetos, bem como o próprio investigador, estão imersos no curso da história (LÖWY, 2017). Mannheim é, no século XX, o principal representante do historicismo que se desenvolveu na Alemanha no final do século XVIII e estabeleceu-se ao longo do XIX. O historicismo implicava um relativismo no que diz respeito aos valores. Mannheim sofre influência dessa corrente filosófica. Porém, ao acentuar o elemento da ação como a verdadeira substância do processo histórico, ele a reformula.

> A tese central do historicismo era de que nenhum produto da cultura humana poderia ser compreendido e analisado de um modo isolado do tempo; a interpretação deveria começar pela conexão de cada produto com um índice temporal, pela sua relacionação com um《estilo》ligado a um determinado período. Isto aplica-se não só a trabalhos de arte, mas a todo o produto da mente humana e da ação humana. (KEESKEMETI, s/d p.14)

O autor critica a Epistemologia tradicional por ignorar a determinação histórica do pensamento, isto é, retratando o pensamento como desvinculado de qualquer fluxo histórico e buscando a justificação do conhecimento com base em critérios universais, assumindo um caráter normativo. Nesse sentido, a sociologia do conhecimento surge como método compreensivo cujos postulados estão centrados em torno de (1) desvendar as bases histórico-sociais do pensamento e (2) entender o pensamento considerando o contexto da ação coletiva. Como enfatizou Gusmão (2011), ao clamar pela substituição de uma epistemologia normativa (i.e., um retrato abstraído de como o conhecimento deveria ser produzido e validado) por análise efetiva do conhecimento (i.e., um retrato de como seres humanos, imersos em realidades sócio-históricos, conhecem o mundo), Mannheim se revelou precursor de uma tendência que ganharia tremenda força na segunda metade do século XX.

Em *Ideologia e Utopia*, Mannheim considera que a Filosofia e a Psicologia tradicionais correspondem a uma única etapa de compreensão do conhecimento, visto que ambas

desconsideram a situação existencial do conhecimento. A Sociologia do Conhecimento seria como a superação da Epistemologia. Em sua perspectiva, o método postulado no livro “é uma tentativa de se tomar em consideração o enraizamento do conhecimento na textura social.”. (MANNHEIM, 1972, p. 60). O conhecimento assume um caráter *relativista* e *relacionista*, ou seja, não tem uma essência a ser encontrada, nem um uma natureza em si. Com isso, o autor elabora uma crítica ao racionalismo e ao positivismo, sem se desvencilhar totalmente desse último. A crítica à noção de verdade absoluta é presente na obra, de modo que nenhum grupo possui a verdade, e nem existe uma verdade absoluta, sendo ela um produto que emerge socialmente, surge no desenrolar da história. Por isso não é interesse da sociologia do conhecimento preocupar-se com uma verdade última, pois cada época produziria suas verdades. Assim, o método de investigação proposto critica uma forma de razão desvinculada, atemporal e apartada do emaranhado social e histórico. Segundo ele, "tudo tem o seu lugar numa estrutura envolvente em que os valores têm o seu ser. A razão, a verdade, o conhecimento, devem ser redefinidos como essencialmente ligados a este dinamismo histórico"(KEESKEMETI, s/d, p. 24). Partindo disso, o autor rompe com a noção estática de verdade formuladas pelos filósofos iluministas como Descartes e Francis Bacon, ou seja, com uma ideia de conhecimento que considerava sua divisão em formas puras e impuras.

Mannheim também não desconsidera as contribuições de Hegel e de Marx, sobretudo a formulação da teoria da ideologia marxiana, que constitui um esboço de sociologia de conhecimento, tendo em vista que o autor é pioneiro ao fundir as concepções particular e total de ideologia (MANNHEIM, 1972), além de compreender a determinação social de doutrinas filosóficas. Porém, a crítica mannheimiana se dá à concepção de ideologia formulada por Marx e Engels como fundamentalmente identificada a uma “falsa consciência”. Marx e Engels teriam suposto que o pensamento socialmente determinado é, *ipso facto*, ilusão ideológica, em vez de considerarem que diferentes perspectivas socialmente fundadas de mundo possuem tanto graus de cegueira quanto de lucidez. Assim como rejeitou o pressuposto de que o marxismo seria o único sistema de pensamento que escapa à determinação social e, portanto, à mistificação ideológica, ele também discordou da teoria do privilégio epistêmico do ponto de vista proletário. Mannheim rejeitou a ideia do proletariado como detentor do monopólio do conhecimento verdadeiro e "ultrapassou a ortodoxia marxista segundo o qual o pensamento da consciência de classe do proletariado por si só representava a realidade tal como era, *adequadamente*, de tal forma que quem não partilhasse desta perspectiva de classe operária estaria necessariamente enganada"; (KEESKEMETI, s/d, p. 11).

> Mannheim não era um marxista integral; como veremos, combinou elementos marxistas com muitos outros heterogêneos; mas também para Mannheim o declínio da burguesia e a ascensão do proletariado era o traço essencial da fase contemporânea da história e algumas teses marxistas, como o da natureza 《ideológica》do pensamento social, representaram para ele exemplos primários de uma nova perspectiva essencial que se tornou possível através de uma participação ativa no processo histórico. (Idem. Ibidem. p. 11)

Ao formular o novo movimento teórico da Sociologia do Conhecimento, Mannheim busca colocar sua própria teoria em ação, na medida que considera o conjunto de correntes de pensamento que circulavam em sua época, postulando uma tentativa de síntese. Desse modo, foi influenciado por diversas correntes de pensamento que se apresentam como utópicas no clima de crise da I Guerra Mundial na Alemanha. Autores como Georg Lukács, Max Weber, Alfred Weber, Wilhelm Dilthey e Edmund Husserl influenciaram seu pensamento além da teoria marxiana, que foi quase que um substrato da Sociologia do Conhecimento formulada por Mannheim. Apesar dessas influências, Mannheim reagiu fortemente à nova tendência sintética, que consistia na recriação de histórias, e criticou a fenomenologia de Edmund Husserl, que surge como contraponto à orientação da tradição Kantiana. Em sua visão, a fenomenologia identificou-se com a doutrina do absoluto e contra valores relativos, opondo-se ao critério do historicismo relativista, base da teoria postulada por Mannheim. Max Scheler foi um dos representantes dessa corrente. Só que há um paradoxo tendo em vista que o mesmo inicia os estudos da sociologia do conhecimento que tem um caráter relativista, o que é uma concepção oposta à teoria objetivista, absolutista de valores da escola fenomenológica[2]. A crítica de Mannheim se dá pelo fato de entender que "o conhecimento histórico está determinado a situar-se dentro do processo histórico (*standortgebunden*); a exigência do conhecimento evidente dos valores *absolutos*, querida pelos fenomenologistas, não passa de uma ilusão" (KEESKEMETI, s/d, p. 25).

> Mannheim recusou a teoria fenomenológica de um conhecimento dos valores objetivos, absoluto; mas aceitou outros ensinamentos da escola, e especialmente a doutrina dos 《atos intencionais》. Essa doutrina afirmava que para a compreensão de um objeto de um certo tipo, temos de adotar uma específica atitude; o conhecimento do fenômeno do mundo material só pode ser alcançado da consciência, de medidas e deduções de premissas expressas em linguagem quantitativa; mas o estudo dos impulsos, valores e atos humanos requer uma abordagem 《intencional》inteiramente diferente (Idem. p. 15).

Algumas ideias presentes no programa para a Sociologia do Conhecimento que Mannheim formularia em *Ideologia e utopia* já estavam presentes na sua tese de doutoramento

[2] Segundo a interpretação de Berger e Luckmann (2014), a "sociologia do conhecimento" de Scheler era apenas um estágio preparatório, uma espécie de limpeza do terreno anterior à busca fenomenológica por valores absolutos.

de 1922. A abordagem estrutural é um traço forte no método sociológico do autor. Mannheim argumenta que os objetos culturais não podem ser analisados pelos métodos da ciência natural. Por isso, a cultura é o espaço privilegiado para análise das visões de mundo (ASSIS, 2015). Na sua concepção de cultura, ideias marxistas sobre a "determinação existencial" do conhecimento se articulam a lições historicistas sobre seu caráter "situado" ou "perspectivista".

> Mannheim estava impaciente em mergulhar para além da superfície fenomenológica no verdadeiro âmago das coisas, na substância da realidade histórica que só o sujeito ativo, completamente comprometido era capaz de alcançar. Está é a essência da sociologia do conhecimento de Mannheim; é a sua《utopia》no desenvolvimento da qual o marxismo e o historicismo desempenharam um papel muito decisivo. A ideia de conhecimento《existencialmente determinado》, que é uma das pedras angulares da teoria, pode ser apontada ao marxismo, enquanto que o historicismo é a fonte da doutrina da natureza《perspectivista》do conhecimento. (KEESKEMETI, s/d, p. 17)

A sociologia do conhecimento considera que não existe uma essência do conhecimento ou condições universais que nos levem até ele; o conhecimento precisa ser entendido como um resultado histórico da atividade de sujeitos cognoscentes "existencialmente" situados. Segundo Mannheim, em cada período, há surgimento de tendências para a manutenção ou para a transformação da ordem social. As ideologias seriam produzidas pelas propensões à manutenção (p.ex., uma ideologia segundo a qual as relações de poder vigentes em um cenário sócio-histórico são dados da natureza ou ordenadas por Deus); já a busca por transformações levaria à formação de utopias (p.ex., o desenho de uma organização social capaz de superar as injustiças de um mundo social presente). Nesse sentido, as ideologias se destinariam à conservação da realidade social existente, enquanto as utopias pretenderiam, ao contrário, justificar a transformação radical da estrutura social. Mannheim sugere o reconhecimento de que todo conhecimento é relacional e de que todas as verdades são produtos, modos de pensamento, por isso precisam ser situadas em determinado contexto histórico. Nesse sentido ele têm uma perspectiva dinâmica de verdade, pois entende que nenhum sistema conceitual, nenhum sistema de valor pode defender a validade atemporal, recusando uma noção de um domínio de verdade a-histórico, pois reconhece que todo conhecimento só pode ser formulado com referência à posição do observador.

> [D]esde que reconheçamos que todo o conhecimento histórico é um conhecimento relacional, e só pode ser formulado com referência à posição do observador, defrontamo-nos mais uma vez com a tarefa de discriminar o que neste conhecimento seja verdadeiro ou falso. Surge então a questão: que fundamento social vis-à-vis da história oferece a melhor oportunidade de se atingir um ótimo de verdade? Em todo caso, a este grau, ter-se-á que desistir da vã esperança de se descobrir a verdade sob uma forma que independa de

> um conjunto de significados social e historicamente determinado (Idem, p. 105-106).

Central em Mannheim é, portanto, a intenção de aplicar a ele próprio, como pensador do mundo social, o teorema quanto ao caráter existencialmente situado de seus pontos de vista sobre o mesmo mundo. Como a citação acima revela, entretanto, isto não o leva a abandonar a busca de um "ótimo de verdade", mas a perguntar-se sobre os "fundamentos" sócio-históricos que possibilitariam aquele ótimo. Eis porque, além da discussão sobre Ideologia e Utopia, Mannheim se debruça sobre o problema da *intelligentsia* em *Sociologia da Cultura* e sobre *Estilos de Pensamento*, conceitos particularmente relevantes à pesquisa aqui apresentada. O conceito de *intelligentsia* formulado por Mannheim sofre influência direta de Alfred Weber (1868-1958), ao considerar uma "Intelligentsia socialmente desvinculada" ou "Intelligentsia livremente flutuante" (*Freischwebende Intelligenz*). O autor entende por intelligentsia um grupo "intersticial" que não se resume a uma classe social, assim como não está acima das classes, mas se posiciona entre as classes, cujos membros estão interligados, mas sem apresentar-se como uma classe coesa e homogênea. O membro da intelligentsia possui uma posição privilegiada,, porém essa relação é fluida em relação a sociedade, pois "o membro da intelligentsia pode mais facilmente mudar seu ponto de vista e está menos rigidamente engajado num lado do conflito, pois ele é capaz de experimentar concomitantemente várias abordagens conflitantes da mesma coisa" (MANNHEIM, 1974, p. 81); se diferenciando assim das intelligentsias anteriores, principalmente a religiosa na época medieval, os quais pensavam a realidade, mas com o intuito de manter os seus privilégios (COSTA, 2016). O advento da modernidade e a transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade diferenciada fizeram com que os intelectuais modernos substituíssem o medieval sábio escolástico, o que se configurou a uma revolução fundamental, pois, com isso, o caráter estático presente nas antigas formas de intelligentsia é substituído por uma disposição dinâmica do intelectual moderno que "encontra-se perenemente preparado para rever suas opiniões e começar de novo, pois ele tem pouco atrás de si e tudo à sua frente" (MANNHEIM, 1974, p. 92). Nessa visão, essa dinâmica do intelectual moderno é reflexo da sua constante capacidade de autoavaliação e empatia, que não estava presente no intelectual medieval (SILVA, 2007). "A evolução do saber e da educação ultrapassa um marco de incomparável significação quando os leigos rompem e usurpam o monopólio sacerdotal da interpretação pública" (MANNHEIM, 1974, p.97).

Quanto ao conceito de estilo de pensamento, Mannheim, em seu texto *Pensamento Conservador* (1981), define o "coração" do método da sociologia do conhecimento e que se apresenta em caráter dinâmico, caráter do qual os grupos são os portadores, rompendo assim

com a ideia de hábito de pensamento que parte do princípio reprodutivista (mecânico). Por isso, para Mannheim, compreender as formas de pensamento como "estilos" se torna eficaz tendo em vista que o pensamento humano está em mudança perenemente. Desse modo, o método deve descrever as diferentes perspectivas de ver as coisas, considerando a visão de grupo como um estilo de pensamento de uma determinada época que possui um caráter interno heterogêneo.

> Nosso conceito de 'estilo de pensamento' é similar a ele (hábito de pensamento) na medida em que também parte do princípio de que os indivíduos não criam os padrões de pensamento segundo os quais concebem o mundo, mas os absorvem de seus grupos. Mas, o nosso conceito pretende atribuir uma atitude menos mecânico à história do pensamento. Se o pensamento se desenvolvesse simplesmente através de um processo de reprodução de hábitos, o mesmo padrão seria perpetuado para sempre e mudanças e novos hábitos seriam necessariamente raros. Uma observação mais cuidadosa da história do pensamento torna claro, porém, que numa sociedade diferenciada e especialmente, dinâmica, os padrões de pensamento humano estão continuamente mudando, se queremos fazer justiça a essas várias formas de pensamento, teremos que invocar algumas categorias como 'estilo', uma vez que a 'reprodução de hábitos' não nos levará muito longe (MANNHEIM, 1981, p. 78).

Nesta perspectiva, a contribuição da sociologia do conhecimento de Mannheim - "por um lado, uma teoria, e por outro, um método histórico-sociológico de pesquisa" (MANNHEIM, 1972, p. 288) - ao presente trabalho é primordial, no sentido de que visa mostrar como específicos "estilos de pensamento" e "correntes doutrinais" estão ligados e vinculados a grupos sociais concretos, às suas aspirações e às suas interações. Além da variedade interna a uma sociedade diferenciada em grupos, a relevância de Mannheim também se liga à ênfase sobre a historicidade e, portanto, mutabilidade das ideias; pelo fato de cada etapa histórica ter sua visão de mundo (*Weltanschauung*), como também seu próprio estilo de pensamento. Portanto, a tarefa da sociologia do conhecimento consiste essencialmente na análise dos trabalhos e ações em termos de visão de mundo, tendo assim a análise documental como bojo da técnica utilizada.

2.2 CIRCULAÇÃO DE IDEIAS E CAMPO INTELECTUAL

As noções de *circulação de ideias* e *campo intelectual* de Bourdieu serão úteis para o estudo de Tobias Barreto e a *intelligentsia* de 1870. Bourdieu desenvolve seu modelo teórico de campos com o objetivo de pensar as sociedades diferenciadas, isto é, sociedades em que florescem esferas de atividade autônomas. Com suas formulações, ele se coloca na esteira dos intelectuais que se preocuparam em tecer considerações sobre a diferenciação social das atividades e funções em sociedades não tradicionais, a exemplo de Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber e outros. Para Bourdieu, um campo é um microcosmo que faz parte do espaço

social, e que se caracteriza por ser marcado por disputas internas entre os agentes e instituições que se situam em seu interior. O campo é hierarquizado devido à competição dos seus agentes internos por uma forma específica de capital, o qual, por sua vez, é distribuído de forma desigual entre os membros e grupos do campo. Cada agente, a depender da quantidade de capital acumulado, ocupa determinada posição, a qual pode ser de dominante, tendente a produzir estratégias de conservação do campo, ou de dominado, posição que ocupam os recém-chegados ao campo. Aos últimos, cabe a escolha entre estratégias "ortodoxas" pelas quais busquem se integrar às frações dominantes ou estratégias "heterodoxas" de subversão em relação ao grupo dominante. A noção de campo fundamenta-se numa consideração central em torno das disputas internas, a saber, trata-se "de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças" (BOURDIEU, 2004, p. 22-23). Além disso, cada campo tem suas próprias regras, possuindo uma autonomia relativa a outros campos (LAHIRE, 2017).

> A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-las, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico. (BOURDIEU, 1983, p. 90)

Inicialmente, interessa discutir a definição de *campo* proposta por Bourdieu e como ela, em diálogo direto com as noções de *habitus* e de *capital*, contribui para a compreensão das relações sociais e, mais especificamente, como compõe a perspectiva do autor acerca da produção cultural em sentido amplo. Considerando a centralidade da ideia de campo para a teoria bourdieusiana, talvez seja mais indicando começar pela questão do "isomorfismo estrutural" (PINTO, 2000, p. 78), que se caracteriza por uma capacidade de generalização das relações internas pertinentes a um campo, ou seja: compete à análise de um campo considerar as condições que permanecem nele enquanto parcela do conjunto maior da vida social, ainda que tenha ele mesmo suas próprias regras quando se compara com outros. Deste modo é que se deve ter em conta três termos que são inegociáveis em qualquer estudo que pretenda apropriar-se da noção de *campo*, quais sejam: *posição*, *disposição* e *posicionamento*. Todos eles devem ser postos em evidência nos esforços analíticos de estudo de um campo, para que não se cometa o erro de dirimir a importância de alguma instância, desde aquela que se apresente mais "estrutural" – quando na verdade deve ser considerada na primazia da realidade objetiva e de suas estruturas de organização da vida social –, até a que aparente ser a manifestação última da autonomia individual – aquela que engloba a escolha do sujeito do conteúdo e da forma do seu

produto cultural; o caminho da posição ao posicionamento ou tomada de posição (BOURDIEU, 2013).

Ao tratar sobre a noção de campo, Bourdieu elenca vários tipos de campos existentes, como *campo artístico, campo intelectual, campo econômico, campo científico,* entre outros, e afirma que cada campo possui sua lógica interna e seu próprio tipo de capital. Capital, conceito formulado pelo sociólogo francês em meados de 1960, que está totalmente relacionado as reflexões sobre campo. Sendo um termo que não é originalmente formulado por Bourdieu, mas possui origem na aérea da economia, o conceito de capital ampliado por Bourdieu, visto que o que ele compreende por *capital* em sua faceta econômica é apenas um tipo de capital dentre uma gama de outros, como *o capital cultural, capital artístico, capital intelectual* etc. De certa forma, o autor amplia a concepção de Marx, ao mostrar que a disputa pela acumulação de "bens" e "recursos" não ocorre somente na esfera material, mas também no âmbito de "bens" e "recursos" "ideais" (p.ex., prestígio no campo artístico ou autoridade no campo intelectual). Desse modo, capital é, em sua visão, um recurso de poder que é acumulado pelos agentes do campo, que pode ser manifestado nas atividades desenvolvidas por eles. Assim sendo, os agentes são distribuídos de acordo com o volume global acumulado (quantidade) e a estrutura (tipo de capital) (MOORE, 2018), assim como entra na conta a evolução no tempo deste volume e desta estrutura (JOURDAIN & NAULIN, 2017, p. 132-134).

Outro conceito fundamental na obra de Bourdieu, diretamente associado aos de Campo e Capital, é o conceito de *Habitus*. Esse conceito é entendido como sistemas de percepção que são incorporados pelos agentes de cada campo, os quais funcionam como índices diferenciadores e classificatórios. Como diz Bourdieu, eles "são diferenciados; mas são também diferenciadores. Distintos, distinguidos, eles são também operadores de distinções: põem em prática princípios de diferenciação diferentes ou utilizam diferenciadamente os princípios de diferenciação comum" (BOURDIEU, 1996, 22).

> Os habitus são principios geradores de práticas distintas e distintivas- o que o operário como, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las difere sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classíficatórios, principíos de classificação, principíos de visão e de divisão de gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro. (idem, p. 22).

O habitus opera como “um sistema de disposições duráveis” e “estruturas estruturadas, predispostas a se tornar estruturantes” que vão orientar os agentes em suas ações e que são incorporados no processo de aprendizagem, de maneira implícita e explícita, por esses agentes no decorrer de sua trajetória. O habitus de um campo é “como social e individual: refere-se a um grupo ou uma classe, mas também ao elemento individual; o processo de interiorização implica sempre em internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade” (ORTIZ, 1983).

Feitas essas considerações, o debate sobre campo se limitará ao conceito de *campo intelectual*, tendo em vista o objeto do trabalho e por ser analiticamente compatível com os conceitos de pensamento e *intelligentsia* na perspectiva mannheimiana. Nesse sentido, o conceito de campo se apresenta como auxiliar à contribuição da sociologia do conhecimento, tendo em vista que a noção elaborada por Bourdieu “permite compreender um autor ou uma obra, ou ainda uma formação cultural, em termos que transcendem a visão substancialista, não relacional (a que considera o autor ou a obra em si mesma) bem como a visão estruturalista (a que considera apenas os determinantes sociais da produção). ” (LIMA, 2010, p. 14).

No esforço do refletir acerca da produção intelectual, seguindo por uma *sociologia da ciência* nos moldes bourdieusianos, o debate posiciona-se na órbita da teoria bourdieusiana da cultura. O intuito, de maneira sintética, é indicar os elementos presentes na perspectiva do sociólogo francês que possibilitam compreender as dinâmicas internas àquilo que pode ser considerado como campo cultural – em um sentido geral –, embasando o que será discutido pormenorizadamente mais à frente (capítulo 3). Nesse sentido, as análises e conclusões de Pierre Bourdieu servem de ferramental teórico-metodológico de uma investigação que considere, ao mesmo tempo, o dinamismo interno e externo daquilo que ele chama de *campo*; no caso que aqui interessa, especificamente o *campo intelectual*, em um esforço que aponta a centralidade dos elementos estruturais e individuais dessa esfera da vida social. Em resumo, trata-se de considerar a simultaneidade constituinte na dupla determinação: autonomia do campo e homologia estrutural da sociedade em geral. Em outras palavras, tentando superar um “internalismo” cego às influências sociais sobre produções simbólicas e um “externalismo” que considera tais produções meros efeitos daquelas influências, a sociologia da cultura de Pierre Bourdieu consegue “atender às exigências de uma análise estrutural que respeite a lógica imanente a esses sistemas procurando ao mesmo tempo esclarecer as relações que eles mantem com o mundo social, com os agentes, com os espaço das classes sociais” (PINTO, 2000, p. 80).

Uma relativa primazia analítica da questão da posição socioestrutural indica os aspectos da influência da sociologia marxista da cultura em Pierre Bourdieu. Ao considerar que

esses lugares sociais (p.ex., uma posição de classe), em grande medida já existentes e dos quais os indivíduos partem para se pôr no mundo, existem como condição prévia à intervenção direta dos agentes individuais, Bourdieu confere uma precedência histórica à dimensão objetiva da vida social sobre o que virão a ser as próprias visões (filosóficas, artísticas, científicas etc.) daqueles agentes. O que é considerado como aspecto estrutural deve ser sempre considerado como o "*a priori*" da observação do objeto, servindo como elemento determinante da capacidade de compreender o campo enquanto um espaço de diferentes posições estruturais a partir das quais os indivíduos formam suas visões de mundo e as disposições práticas pelas quais atuarão sobre o mesmo. Esta necessidade de apontar a prioridade dos aspectos estruturais considera que, por se tratar de uma apreensão das estruturas objetivas de organização da vida, "a noção de posição envolve os outros dois: disposições e posicionamentos (e não o inverso) " (PINTO, 2000, p. 83). São essas posições que servem de substrato primeiro na constituição de um *campo*, sendo nelas que os indivíduos se formam enquanto agentes da disputa, assumindo para si (e com os outros) alguma capacidade de determinação histórica nos rumos desse *campo* – em lógicas de manutenção da ordem vigente ou da sua reestruturação, sem buscar o rompimento radical que determine a própria "destruição" do campo[3]. A teoria bourdieusiana apresenta *as dinâmicas internas dos campos de produção cultural (p.ex., arte, religião, ciência) como caracterizadas por táticas e estratégias de disputa, em que dominantes e dominados são componentes inegociavelmente determinantes para a produção das obras e, portanto, para sua compreensão*. Considerando o *campo intelectual* em sua abrangência, tendo em conta a questão internacional dos processos de circulação de ideias, Pierre Bourdieu concebe esta dinâmica mais ampla como um espaço não de uma natureza disseminadora das ideias a nível internacional, mas sim, como qualquer campo, como um espaço de disputas e de relações em torno de um *capital simbólico* que determinam as hierarquias, em suas lógicas de dominação e distinção. Em suas próprias palavras, algo como esse ampliado *campo intelectual* deve ser tomado como "o lugar dos nacionalismos e imperialismos, e os intelectuais veiculam, quase tanto quanto os outros, preconceitos, estereótipos, ideias pré-concebidas, representações muito sumárias" e que, não como caso de exceção, um primeiro fator dessa dinâmica é "o fato dos textos circularem sem seu contexto" (BOURDIEU, 2002, p. V e VI). Nesse debate, ele compreende que o distanciamento entre o contexto social no qual uma produção intelectual é

[3] Segundo Bourdieu, o conflito entre visões ortodoxas e heterodoxas em um campo pressupõem um acordo entre as partes conflitantes quanto a uma *doxa*, isto é, quanto aos princípios sem os quais um campo sequer poderia existir (p.ex., defensores de teorias rivais no campo da ciência concordam quanto à importância da verdade científica como algo sobre o qual vale a pena disputar).

construída pode permitir, em alguma medida, formas diferentes de recepção dessas obras. Em seu próprio contexto nacional, uma obra pode assumir uma posição que não necessariamente seja similar à que possuirá caso seja posta em um outro "mercado" intelectual – tanto positivamente, quanto negativamente. Com isso, indica-se que é fundamental apontar a pertinência das condições objetivas, o tipo de ordenamento social e das relações internas ao *campo intelectual* – sem perder de vista o conjunto geral da sociedade e das relações entre os *campos* –, considerando-as fator determinante para a compreensão do tipo de recepção e, consequentemente, de importância e posição desta dentro desse universo da produção intelectual. Não se trata, nesse caso, de pensar as obras como seres autônomos e necessariamente descontextualizados, mas, ao contrário, tomá-las como fundamentadas em suas realidades de produção e de recepção. Quando as ideias circulam entre diferentes campos intelectuais nacionais, elas adquirem significados distintos segundo as lógicas particulares dos campos de recepção.

Nesse contexto da recepção, mais propriamente o que interessa a esse "universo das ideias" – e seus lugares – é impor sobre a análise as operações que qualquer processo de importação de obras possui, visto enquanto fenômeno de caráter cultural e de mercado, quais sejam: *seleção*, *marcação* e *leitura*. Basicamente, essas três questões põem-se quanto ao processo de incorporação das produções culturais: a escolha de uma obra em detrimento de outras, sendo as escolhas pela tradução o exemplo mais típico - afinal, quem se escolhe traduzir e sob quais motivações?; a tipificação da obra por parte dos responsáveis por sua distribuição nas novas terras (editores, apresentadores de coletâneas etc.); e, por fim, a incorporação dessa produção pelo público ao qual ele se volta – ou nem tanto. Este ponto de vista de uma análise sobre esse fluxo de ideias, muitas vezes nem tão novas assim, tenta evidenciar que existe, como em todo mercado, uma disputa pela acumulação de capital: os mediadores na circulação de ideias entre um campo nacional e outro são guiados, nas operações mencionadas acima, por seus interesses particulares na conquista e na manutenção de posições vantajosas no campo de que fazem parte. Contudo, no caso aqui proposto como objeto de observação, por mais que de um ponto de vista prático haja relação direta e centralidade fundamental entre *capital econômico* e *capital cultural* nas experiências sociais, "tidas como critérios de diferenciação centrais nas sociedades contemporâneas" (JOURDAIN & NAULIN, 2017, p. 131), existindo a possibilidade de conversão e reconversão de um tipo de capital como determinante no campo, interessa considerar que, em alguma medida, e com especial destaque ao objeto da presente pesquisa – o *campo intelectual brasileiro*, com recorte especial à segunda metade do século XIX –, a disputa no cenário intelectual da época se caracteriza pela disputa em torno da legítima

autoridade de um *capital científico*. Como será apresentado ao longo dos próximos capítulos, tal capital científico impunha-se como elemento de fundamentação das capacidades tanto dentro do *campo intelectual*, em sua generalidade que engloba a produção de caráter literário e aquela em formato ensaísta com ares cientificistas, quanto do universo da política do final do Império.

O que é posto em questão e que, através da sua articulação entre os conceitos de *habitus*, *campo* e *capital*, busca-se compreender é esse "interesse" sobre o qual essas decisões e ações são erigidas em sua fundamentação. Em um primeiro momento, é possível considerar que essa questão de um interesse é imbuída de pré-noções acerca de um *homo economicus*, de um ator plenamente racional, de modo que esse interesse diria respeito exclusivamente a um esforço direcionado a um fim plenamente consciente e desejado por ser vantajoso. Mas a impressão de Bourdieu como teórico da escolha racional é errônea. O que a teoria bourdieusiana incorpora à sua noção de "interesse" é a ideia de que as ações estratégicas dos indivíduos em um campo, como aquelas envolvidas na busca por acumulação de capital simbólico, são guiadas por um "senso prático" mais do que pela deliberação explícita. Exemplos são as escolhas ou "eleições mútuas e puras ocorrem muitas vezes à base de homologias de posição nos diferentes campos aos quais correspondem homologias de interesses, e homologias de estilos, de partidos intelectuais, de projetos intelectuais" (BOURDIEU, 2002, p. VII).

Essas afinidades entre o contexto de criação e de recepção devem ser compreendidas mediante a incorporação das relações entre as classes internas ao *campo intelectual* que, pensando nos interesses específicos ao presente estudo, se situam no período histórico aqui delimitado para a pesquisa. O esforço é o de compreender os termos nos quais o pensamento de Tobias Barreto se constitui nessa formação voltada aos interesses internos ao próprio campo, buscando construir e reiterar a validade de um conhecimento de caráter científico que, no caso dele e dos intelectuais de sua época, se relaciona com uma indissociável prática política que até podia ser de caráter institucional, mas não se restringia a esse formato. Através dessa sociologia da cultura bourdieusiana, acredita-se ter à disposição elementos analíticos capazes de compreender as dinâmicas internas à disputa em espaços intelectuais particulares, seus efeitos sobre a organização das posições, a existência de disposições e as fundamentações das tomadas de posição; em suma, os intercâmbios dialéticos entre as *estruturas objetivas do campo* e a *produção intelectual gerada pelos agentes nele posicionados* (BOURDIEU, 2013, p. 167-169).

2.3 A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO COMO MÉTODO

Gláucia Villas Bôas, no capítulo que dedica a Karl Mannheim em *A recepção da Sociologia Alemã no Brasil* (2006), mostra a intensa recepção da sociologia mannheimiana por parte de intelectuais brasileiros, principalmente no caso de intelectuais engajados politicamente. Villas Bôas mostra que as obras do sociólogo húngaro foram bastante incorporadas pelo mercado editorial brasileiro, o qual traduziu, editou e reeditou suas obras por cerca de 30 anos (1950/1980). O seu livro *Ideologia e Utopia* teve uma série de reedições a partir de 1968, e intelectuais proeminentes no Brasil, como Marialice Forrachi, Florestan Fernandes e Otávio Velho, estiveram envolvidos nessas edições brasileiras. Porém, a autora mostra que o interesse do mercado editorial pelas obras de Mannheim se dá em certa medida pela grande repercussão que a sociologia mannheimiana tinha no Brasil no período anterior à publicação dos livros e até mesmo de solidificação do mercado editorial. Para se ter uma noção, o autor é um dos sociólogos alemães mais citados na *Revista do Serviço Público* (DASP) nos anos de 1939 a 1955, segundo levantamento de Oracy Nogueira. As ideias de Mannheim influenciaram intelectuais como Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Celso Furtado, sobretudo por conta do seu conceito de planificação democrática.

Mannheim influenciou e ainda tem influenciado os inúmeros trabalhos do campo de Pensamento Social e Político no Brasil, um campo vasto e de fronteiras que vêm ganhando forma e robustez mesmo em tempos de críticas à interdisciplinaridade. (BRANDÃO, 20017; LYNCH, 2016; SCHWARCZ; BOTELHO, 2011). A sociologia do conhecimento mannheimiana vem influenciando o campo sobretudo nos estudos sobre intérpretes brasileiros, história das ideias, constituição da *intelligentsia*, reconstrução de contextos, das instituições etc. (CEPEDA, BARBOSA, 2010; REZENDE, 2004; BASTOS, RIBEIRO, 2012). Como afirmam Angélica Madeira e Mariza Veloso, "Pensamento social brasileiro é uma área que se constrói em uma proximidade cada vez maior com a teoria sociológica, clássica e contemporânea – configuração histórica (Elias); Intelligentsia (Mannheim); campo intelectual (Bourdieu) – [...]". (*apud* BOTELHO; SCHWARCZ, 2011, p. 144).

Ao buscar *pensar o pensamento* de Tobias Barreto e suas reflexões sobre a questão feminina no século XIX, o presente trabalho se insere na seara de trabalhos que procuram aplicar o método da Sociologia do Conhecimento aos estudos do campo de *Pensamento Social Brasileiro*. Se, até a década de 1950, havia na academia certa reserva em relação ao uso da literatura e do ensaísmo como fontes válidas para a reflexão sociológica e política, a posteriori estas restrições foram superadas; e, desde a década de 1970, um conjunto amplo de pesquisadores passou a se dedicar à revisão das ideias e ações de intérpretes que pensaram o

Brasil antes da institucionalização acadêmica das Ciências Sociais. Após a década de 1990, o campo de pesquisa sobre o pensamento social e político do Brasil ganhou densidade e volume (BASTOS, 2011; LYNCH, 2016; SCHWARCZ; BOTELHO, 2011), consolidando métodos próprios que envolvem uma miríade ampla de fontes, entre as quais aquelas advindas da literatura e do ensaísmo do XIX e XX. A mirada histórica aqui não visa, entretanto, o "estudo de antiquário" (BRANDÃO, 2007), mas a observação de "afinidades eletivas" (BOTELHO, 2008; LÖWY, 2011) que integrariam pensadores, ideias e ações, lançando o olhar ao passado como instrumento de reflexão sobre o presente e do futuro, concernindo estudos de trajetórias intelectuais e políticas, de textos e contextos, relacionando autores, teses, fontes, argumentos, valores, formas narrativas e de construção do pensamento, com vistas a recolher elementos que contribuam para pensar continuidades e descontinuidades, aproximações e distanciamentos, formas e momentos diversos de recepção das ideias, assim como procurando classificar famílias e linhagens intelectuais que, a partir de "estilos" (MANNHEIM, 1986) semelhantes, auxiliem no entendimento do pensamento brasileiro sob um marco de longa duração, matéria-prima para pensar o Brasil de ontem, mas também o de hoje. É neste sentido que se procura "pensar o pensamento" através das letras, relacionando-o à ocupação de espaços políticos e intelectuais dos "homens de sciência" na esfera pública.

Em *Ideologia e Utopia*, Karl Mannheim afirma que o problema da Sociologia do Conhecimento é compreender "como os homens realmente pensam", e seu objetivo é investigar "como ele funciona na vida pública e na política como instrumento de ação coletiva" (MANNHEIM, 1972, p. 29). A citação evidencia vários pontos de conexão entre esse objetivo mannheimiano e o campo de Pensamento Social e Político Brasileiro que tem interesse "pelos processos sociais não apenas de produção, mas também de aquisição, transmissão e recepção das diferentes formas de conhecimento; a visão dos detentores do conhecimento como um grupo maior e mais variado do que antes" (BOTELHO & SCHWARCZ, 2011, 12). Incluído no escopo de análise delineado por Botelho e Schwarcz está, é claro, um grande interesse pela vida intelectual, pública e política dos pensadores investigados.

Nesse sentido, a natureza histórica do objeto e o recorte feito no presente trabalho implicaram a observância das biografias e dos escritos do autor estudado como fontes fundamentais para o processo de elucidação das questões aqui propostas. O intuito foi reconhecer, através de suas obras e do diálogo com outros intelectuais da época, o conteúdo da formulação, além de suas continuidades e inflexões referentes aos seus escritos ao longo de sua trajetória. Para conseguir os objetivos dessa pesquisa, foi feito uso da revisão da literatura sobre o pensamento social brasileiro e suas concepções quanto ao papel social da mulher, além de

pesquisa bibliográfica, envolvendo livros e artigos publicados sobre o pensamento social brasileiro no séc. XIX no meio acadêmico. Isto permitirá a construção de uma reflexão que articule literatura, biografia e contexto, bem como a recomposição do debate sobre a mulher na sociedade brasileira oitocentista e a configuração sócio histórica do Brasil da época. Recompor o debate sobre a mulher e sua inserção no universo da produção intelectual oitocentista não implica, entretanto, cair no *contextualismo* (i.e., em uma análise do passado que desconsidera suas ressonâncias no presente) e no *textualismo* (i.e., em uma análise de textos que desconsidere seus contextos sócio históricos de produção, circulação e leitura) (BRANDÃO, 2007). Como proposta metodológica, este trabalho possui uma orientação qualitativa, na medida em que visa estabelecer uma reflexão sobre o pensamento social brasileiro de Tobias Barreto sobre a mulher. Portanto, além de uma revisão de literatura, utilizou-se como instrumento metodológico a análise documental. Os documentos utilizados foram, sobretudo, os escritos; "trata-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconografia e cinematografia, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos de cotidiano, elementos folclóricos, etc." (CELLARD, 2012, p. 297).

3 A SOCIEDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XIX E SUAS TRANSFORMAÇÕES

> Viver não é pensar, é agir; e o fluxo de nossas ideias apenas reflete o fluxo dos acontecimentos que passam constantemente por nós.
>
> (Emile Durkheim, 1887)

3.1 O CONTEXTO HISTÓRICO

Para entender as nuances e a evolução do pensamento sobre a mulher no século XIX, se faz necessário analisar quais eram as coordenadas políticas, sociais e econômicas do período, bem como demonstrar como elas contribuíram para a delimitação das questões fundamentais do pensamento brasileiro a respeito do papel social e da condição feminina na sociedade brasileira oitocentista. Torna-se imprescindível realçar as relações entre as condições materiais onde as ideias de Brasil se desenvolveram e seus "estímulos" para o pensamento da época. De maneira geral, a intenção é apontar os aspectos que serviram de esteio e que, em certa medida, possibilitaram mudanças, mesmo que timidamente, em relação aos valores e perspectivas hegemônicas no Brasil do século XIX. Algumas mudanças começam a ocorrer já no século XVIII, mas é com a chegada de D. João, a Família Real, a Corte Portuguesa e todo o aparato administrativo da Metrópole, na então Colônia, que as mudanças na estrutura política, econômica e social do Brasil patriarcal começam a ocorrer de forma mais acelerada e profunda.

Com a instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, a abertura dos portos (1808), a criação do Banco do Brasil (1808), a criação das Escolas de anatomia e operações cirúrgicas no Rio de Janeiro e na Bahia (1808) - que viriam a se transformar nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (1832) -, da Biblioteca Nacional (1810) e da Intendência de Polícia (1810), as bases do Brasil estremecem e causam reviravoltas na sociedade brasileira, agitando as terras tupiniquins. Em 16 de dezembro de 1815, o príncipe regente D. João VI eleva o Brasil da condição de colônia portuguesa ao status de Reino Unido, o que levouà emergência, na sociedade brasileira, de uma noção de grandeza nacional, relacionada a uma ascensão do país, do ponto de vista da sua importância política, no panorama internacional. Uma contrapartida a esse desenvolvimento político ocorrido com a chegada da família real ao Brasil foi a ocupação dos cargos centrais da política nacional por parte dos portugueses, intensificando e trazendo para perto a lógica do sistema colonial e a descentralização da elite nacional na administração das questões econômicas. Segundo Caio Prado Jr. (2002), a transferência da Corte para o Brasil inaugura a evolução política brasileira e constitui, na prática, o processo de Independência, visto que, com a atropelada fuga da monarquia de Lisboa para o trópico, temos *ipso facto* a abolição

do regime colonial, visto que a velha administração colonial é assolapada e substituída por outra simultaneamente.

> Já vimos como a emancipação política do Brasil resultou do desenvolvimento econômico do país, incompatível com o regime de colônia que o peava, e que, por conseguinte, sob sua pressão, tinha de ceder. Em outras palavras, é a superestrutura política do Brasil Colônia que, já não correspondendo ao estado das forças produtivas e à infraestrutura econômica do país, se rompe, para dar lugar a outras formas mais adequadas às novas condições econômicas e capazes de conter a sua evolução." (PRADO JR., 2012, p. 50).

O século XIX, comumente tido por historiadores como o século liberal, possibilitou uma transformação das fronteiras entre "público" e "privado", assim como a demarcação de novas funções e papéis às mulheres (PERROT, 2017). Nessa crescente afirmação da mulher enquanto sujeito ativo das sociedades ocidentais, o Brasil não ficou alheio. Enquanto na Europa, desde o final do século XVIII, havia uma ampla discussão sobre a importância da mulher no espaço público, como consequência da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, o tema no Brasil ainda era pouco debatido. Contudo, a partir do início do século XIX, especialmente após a transmigração da Corte portuguesa, a embrionária sociedade brasileira também passou por transformações significativas que abriram caminhos para o debate público sobre os papéis e direitos das mulheres.

As transformações derivadas da superação do estatuto colonial englobaram tanto o âmbito político como o econômico e o social, ganhando corpo a produção intelectual no Reino Unido e, mais tarde, no Império brasileiro (SCHWARCZ, 1993). A sociedade brasileira, sob o estatuto colonial, foi profundamente marcada pelos valores da cultura patriarcal rural, que demarcava estritamente diferentes papeis sociais, políticos e econômicos entre os sexos. Em *Casa Grande e Senzala* e em *Sobrados e Mucambos*, Gilberto Freyre procurou demonstrar como foi estruturada a hierarquia e a demarcação de papeis e funções dos sexos no período de dominância do regime patriarcal, assim como as mudanças advindas do processo de urbanização e modernização, que condicionaram o rompimento lento com alguns dos pressupostos organizadores do patriarcalismo rural, como a submissão dos mais novos aos mais velhos, dos filhos aos pais e da mulher ao homem. A mudança estrutural do parentesco e da vida familiar e doméstica acompanhou o processo de superação do patriarcalismo rural. A família extensa ou tutelar, base institucional do poder patriarcal, deu crescentemente lugar à família nuclear urbana de tipo moderno, contribuindo para o rompimento de uma série de mecanismos autocráticos de poder e hierarquia próprios dos grandes domínios rurais e do despotismo masculino do senhor de terras no ambiente doméstico, que privava as mulheres de elite do convívio e da participação ativa na esfera pública.

O *Patriarcado* é um construto social, o que faz necessário considerar sua historicidade e sua dimensão concreta. No que se refere ao contexto brasileiro, Gilberto Freyre, é um dos primeiros autores a abordar a questão. Em *Casa Grande e Senzala*, o autor utiliza a família patriarcal e as relações características do Brasil patriarcal, escravocrata e rural como objetos de interpretação para sua explicação sobre a formação da sociedade brasileira. A escolha pela família patriarcal como unidade explicativa se dá, pois, em sua perspectiva, é ela que estrutura e organiza a sociedade brasileira. Freyre, aponta que a família patriarcal não se restringia ao modelo de família nuclear, mas incluía também agregados, entre eles escravos, filhos bastardos, afilhados e criados que mantinham uma relação de dependência com o senhor de engenho. Autores, como Mariza Correa criticam o fato de se colocar a família patriarcal como unidade de explicação da formação da sociedade brasileira, pois desse modo, há uma invisibilização das outras organizações familiares que coexistiam. Segundo Correa (1987, p. 25), "a família patriarcal pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira". A crítica a Freyre se dá por sua análise dualista da sociedade brasileira e por ele acomodar o nascimento da sociedade brasileira nos limites do engenho.

Ressalta-se que Freyre se detém sobre o patriarcado rural, especificamente no Nordeste brasileiro. Porém, o autor mostra como a partir do século XVIII ocorrem transformações significativas na sociedade brasileira que são intensificadas com a vinda da Corte Portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro. Acrescido a isso, o processo de urbanização também contribuiu para que as relações de poder fossem reconfiguradas, pois influência diretamente na formação de um novo grupo social separado do setor agrário. Porém, mesmo que o espaço social e os repertórios legítimos de poder tivessem sido reformulados, houve uma manutenção dos patrimônios materiais e simbólicos pela elite.

Como aponta Freyre:

> O padrão duplo de moralidade, característico do sistema patriarcal, dá também ao homem todas as oportunidades de iniciativa, de ação social, de contatos diversos, limitando as oportunidades da mulher ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos. E uma vez por outra, em um tipo de sociedade católica como a brasileira, ao contato com o confessor (FREYRE, 2004b, p. 208).

Contudo, com processo de urbanização e o desenvolvimento das cidades a partir do século XIX, e sob influência do pensamento burguês, especialmente de matrizes inglesas e francesas, esse quadro, característico do regime patriarcal, começou a sofrer alterações, passando, a partir daí, a perder suas características originárias e estruturantes. Ao retornarem às

fazendas de seus pais, os filhos dos senhores de terras, rapazes educados na Europa ou nas escolas superiores brasileiras, localizadas nas mais desenvolvidas e cosmopolitas cidades do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife), bacharéis em Direito, Medicina e Engenharia, não mais se enquadravam na mentalidade e no estilo de vida próprios do ambiente rural e patriarcal. Os advogados questionavam o exercício arbitrário do poder e da justiça por parte de seus pais, enquanto os médicos rechaçavam os costumes de suas mães no exercício do cuidado da saúde da família. O questionamento da autoridade advinda da hierarquia, elemento fundante do regime patriarcal, é representativo do processo de derrocada dos mecanismos despóticos de subordinação dos filhos e também das mulheres As mulheres da elite vão sendo mais instruídas e influenciadas pelas ideias europeias, especialmente com a ampliação do consumo da literatura, particularmente da francesa, que lhes proporcionava a apreciação de outros estilos de vida, alheios às tradições e costumes próprios do patriarcalismo rural.

> Foi entre as mulheres de elite que se encontraram as primeiras a adotar os novos costumes, mas outros grupos sociais foram afetados pela mudança. Mulheres de classe média começaram a ser notadas por sua habilidade em falar francês, às vezes inglês ou alemão. Sabiam tocar piano, cantar, recitar, desenhar, pintar e fazer qualquer tipo de bordado, mas eram também capazes de manter uma conversação animada sobre assuntos mais momentosos. (COSTA, 2010, p. 504)

Sem liberdade, independência e acesso à educação, a mulher brasileira de elite foi, durante quase todo o século XIX, destinada ao espaço privado sob um regime de estrita dependência ao homem. Subjugada, excluída e privada de direitos, a mulher não oferecia maiores riscos ao domínio masculino, fundamental para a manutenção da estrutura patriarcal. No entanto, com a lenta desagregação do regime patriarcal e a relativa superação de seus valores hierárquicos precípuos, a mulher de elite, antes confinada apenas ao ambiente doméstico, passou a ocupar mais espaços públicos. Segundo Freyre, a passagem do confinamento doméstico ao espaço público se via intimamente entrelaçada a um aumento de instrução que libertava a mulher, ao menos em parte, de uma redução ao papel "sentimental" que tivera outrora:

> Da falta da feminilidade de processos – na política, na literatura, no ensino, na assistência social, em outras zonas de atividade – ressentiu-se a vida brasileira, através do esplendor e principalmente do declínio do sistema patriarcal. Só aos poucos é que foi saindo da pura intimidade doméstica um tipo de mulher mais instruída com um pouco de literatura, de piano, de canto, de francês, uns salpicos de ciência – para substituir a mãe ignorante e quase sempre sem outra repercussão sobre os filhos que sentimental, da época do patriarcalismo ortodoxo. (FREYRE, 2004, p. 225).

De acordo com Saffioti (2013, p. 240), a própria organização familial do branco supunha a não organização de uma família escrava. Diante disso, precisa-se falar em papéis sociais da mulher, tendo em vista que, o papel social da mulher branca se distingue do da mulher de cor e escravizada. As primeiras teriam sido socializadas para desempenharem as funções de dona de casa e mãe de família, papéis sociais constituídos legalmente. Devido à sua ignorância, apresentavam condições favoráveis para que sua submissão ao poder patriarcal se desse de maneira incontestável.

Nelson Werneck Sodré (1978) aponta que as questões de dissidência de classe no Brasil não se intensificam apenas com o escanteamento da elite local brasileira dos quadros da administração quando da chegada da Corte ao Brasil; tampouco essas contendas se davam exclusivamente entre a Coroa e a elite latifundiária. Desde o final do século XVIII uma burguesia nacional, do ponto de vista de um grupo de indivíduos de trabalho livre, apareceria no Brasil e integraria, especialmente no caso da Conjuração Baiana (1796), uma força social de apoio na superação do controle português sobre o Brasil. Essa proto-burguesia nacional se estabelece devido ao espaço do trabalho ainda ocupado majoritariamente pela mão de obra escrava e o surgimento de um mercado interno, principalmente estabelecido nas trocas entre as regiões Nordeste e Sudeste. Na sua consideração sobre o processo de emergência de classes distintas no Brasil, Nelson Werneck Sodré (1978) considera basicamente três que se destacam enquanto advindas de estratos diferentes da vida econômica e social brasileira. Com maior atenção à natureza dessas classes, pela consideração de que mudanças econômicas no Brasil estavam colaborando com mudanças na organização social, considera-se o que o autor indica como uma classe média - originária de um processo de inicial, mas potencial efervescência urbana -, uma classe trabalhadora - que se estabelece na distinção em relação aos escravos - e uma classe proprietária - que se posiciona como antagonista à Coroa -, classes que estão se estabelecendo no Brasil e formando o substrato social onde o país começa a se constituir (SODRÉ, 1978, p. 36).

Esses aspectos são fundamentais para a discussão acerca das distinções entre os posicionamentos das elites do Brasil durante o período imperial, visto que a dinâmica econômica muda – a centralidade na cana-de-açúcar e uma já decadente proeminência do algodão no Norte-Nordeste entram em declínio enquanto o café do Sudeste emerge e se consolida como principal produto de exportação do Brasil (PINTO, 1995; COSTA, 1995). Ao mesmo tempo, a importação escrava é proibida – e grupos consolidados entram em processo de decadência, perdendo espaço na estrutura econômica nacional. A própria composição desse grupo, na questão central da cor dessa parcela da população, é relevante para o entendimento

das questões referentes ao pensamento brasileiro do tipo nacional e da identidade do país. Esses apontamentos serão considerados mais profundamente nas discussões de outras sessões. No momento, o mais importante é indicar que nesse período, mesmo com a centralidade dos debates sobre a administração portuguesa do e no Brasil estarem se dando por meio da elite latifundiária e a sua indignação, as relações econômicas brasileiras estavam tomando outra forma simultaneamente; e, mesmo nesses estratos mais subalternos, uma mudança de mentalidades poderia estar se gestando. Contudo, mesmo com essa diferença de posição entre as classes nacionais, uma coisa ainda as unia sob uma mesma pauta: a substituição do controle português pelo controle das classes nacionais.

Nesse processo de inicial modernização do Brasil, visto que algumas questões anteriormente vetadas por decreto real estavam passando por processo de abertura – como a manufatura em solo brasileiro (COSTA, 1995) –, inicia-se certo ânimo revoltoso contra as medidas da Coroa, dessa vez provindas da classe comerciante de Portugal, já que todas essas mudanças de abertura do Brasil ao comércio internacional de modo direto eram responsáveis por uma diminuição drástica de suas taxas de lucro. Nesse contexto é que a classe comerciante do país, juntamente com a dos produtores, experimenta uma ascensão da sua arrecadação, ao mesmo tempo em que a concorrência com os comerciantes ingleses se acirra. Esse processo de abertura atraiu, inclusive, comerciantes portugueses e ingleses a se instalarem no país, visto que Portugal deixa de ser o entreposto das mercadorias e a Inglaterra se consolida como o maior parceiro comercial da Coroa portuguesa – por exemplo, quase a totalidade do algodão produzido no Brasil era dirigida à aquisição inglesa, mesmo com a produção norte-americana ocorrendo a níveis muito maiores (PINTO, 1995, p. 131). Esses dados são importantes para indicar que, mesmo com as mudanças proporcionadas desde a abertura dos portos do Brasil ao trato direto com o mercado internacional, com enfoque quase exclusivo da Inglaterra, o lucro ainda se mantinha sob a mão dos estrangeiros, por mais que a classe comerciante local pudesse experimentar uma relativa ascensão. Diante disso é que as insatisfações dos grupos econômicos nacionais perduram, fazendo com que D. João VI promova movimentos na sua política econômica no intuito de uma conciliação, num "vai e vem" entre os interesses dos comerciantes de Portugal e das classes econômicas brasileiras – essas com apoio da Inglaterra, visto que as medidas requeridas pelo comércio português tinham uma natureza de retorno às restrições mercantis impostas ao Brasil no século XVIII, assumidas posteriormente nas propostas das Cortes Portuguesas durante o Império brasileiro. Esse processo indica uma característica, principalmente com a manutenção dessas medidas de abertura, de caráter relativamente liberal – mesmo com a pressão inglesa em relação à escravidão, ainda demoraria um bom tempo para

que algo fosse feito, visto que apenas nos anos de 1830 seria realizada uma primeira proibição ao comércio de escravos (basicamente ignorada). À luz desse impulsionamento de mudanças no Brasil por fatores econômicos, pode-se dizer que "o Brasil foi economicamente livre antes de ser politicamente" (BRITO *apud* LIMA, 1973, p. 118) - não que já o fosse à época aqui analisada, mas se encaminhava para isso.

Todo esse avanço realizado depois da chegada da família real portuguesa ao Brasil passou a, justamente, remodelar a experiência colonial no Brasil. Através de decretos revogatórios, a base da relação econômica entre Brasil e Portugal mudou – Heitor Ferreira Lima (1973, p. 121-126) aponta sete desses aspectos que resumem a experiência brasileira no período colonial, excepcionalmente ao fim do século XVIII e no começo do XX –, abrindo espaço para as dissidências e críticas ganharem força em território português. Um desenvolvimento que se estabelece no Brasil possibilita alguma pacificidade, mas a tentativa de D. João VI de sobreviver politicamente em Portugal, mesmo estando no Brasil, fez com que essas medidas fossem mal vistas nos dois países. Assim, sem apoio social e político tanto no Brasil como em Portugal, e sob a pressão de retornar ao trono português que cresceu após a derrota de Napoleão em 1815 – além dos movimentos emancipatórios brasileiros que já vinham se fortalecendo, a exemplo da Revolução Pernambucana de 1817 –, em 1821 D. João VI volta a Portugal, deixando seu filho Pedro como Príncipe regente do reino do Brasil, mas advertido a tomar a posição do Brasil em caso de ruptura com Portugal (SKIDMORE, 1998, p. 59).

> Desde 1808 D. João oscilava entre a necessidade de liberalizar a economia, de acordo com as tendências da época e as exigências britânicas, o que o levava a aceitar os princípios do livre-cambismo, e a necessidade de manter numerosas restrições indispensáveis à proteção dos interesses portugueses, o que o levava a tomar disposições nitidamente mercantilistas. Adotar em toda extensão os princípios do liberalismo econômico significaria destruir as próprias bases sobre as quais se apoiava a Coroa. Manter intato o sistema colonial era impossível nas novas condições. Daí as contradições de sua política econômica. Os inúmeros conflitos decorrentes acentuaram e tornaram mais claras, aos olhos dos colonos e dos agentes da metrópole, as divergências de interesses existentes entre eles, provocando reações opostas: os colonos perceberam as vantagens de ampliar cada vez mais a liberdade, enquanto os metropolitanos convenciam-se da necessidade de restringi-las. A oposição entre os dois grupos manifestar-se-ia claramente quando deputados brasileiros e portugueses se defrontaram nas Cortes portuguesas de 1821.
> A política de D. João VI tornaria insuportável as divergências entre colônia e metrópole e inevitável o rompimento entre ambas. (COSTA, 1995, p. 79-80).

Em todo esse processo que relaciona os recursos políticos com as questões econômicas, é importante indicar as transformações que a economia causou nas relações entre essas classes no Brasil já independente. Ainda com sua base econômica na agricultura, especialmente numa cana-de-açúcar do Norte/Nordeste que perde espaço para o café do

Sudeste, é importante salientar que, mesmo com as aproximações com o pensamento liberal por influência inglesa e da formação dos letrados da época, a escravidão ainda era a fonte de geração de renda do país, e demoraria ainda bastante tempo para ser tomada alguma decisão sobre essa questão (PINTO, 1995, p. 135). Com a imensa importância que a mão de obra escrava possuía para a manutenção da estrutura econômica nacional, é relevante destacar o que Nelson Werneck Sodré (1978) levanta sobre a manutenção de posições sociais mesmo com a Independência. A sua conclusão é de que, mesmo com a influência do liberalismo, primeiro econômico e inevitavelmente político na sequência, a Independência não possuía um aspecto de revolução, visto que as posições relativas das classes sociais não foram alteradas (Ibid., p. 38-39). Sodré ainda evidencia o aspecto de que o direito privado não foi mexido e, assim, é impossível considerar uma virada de fato revolucionária de caráter liberal no Brasil. Para entender esse processo de transição pacífica, pelo menos do ponto de vista da cúpula responsável por essas decisões, é importante apontar os aspectos de emergência que a crise político-econômica entre Portugal e Brasil demandou para a dissolução desse entrave.

No acordo feito com a Inglaterra em 1810, além das óbvias medidas em favorecimento das relações comerciais entre os dois países, uma das questões centrais era sobre a escravidão no território nacional, –questão em relação à qual as classes econômicas de origem nacional demonstraram resistência, postergando a renovação do acordo por cinco anos (1826). Nesse ínterim, as revoltas contra a administração de Pedro I, agora Imperador do Brasil, se acirravam devido à manutenção das posições favoráveis da classe comercial, composta majoritariamente por portugueses, e pelas medidas de controle que a Coroa brasileira empreendia contra as manifestações e revoltas separatistas, aos moldes daquelas efetuadas no período colonial contra as revoltas de caráter emancipatório. Não era incomum ver, em praça pública, as punições violentas realizadas pelos agentes da coroa tanto a criminosos comuns como até a “traidores”. As punições aos escravos eram realizadas sob as vistas de um tipo de juiz que teria por função interceder contra a sanha violenta nas punições, mas isso serve como amostra de um tipo de punição que agora era administrado pelo Estado brasileiro. De acordo com Skidmore (1998), cerca de 95% da população não compunham a parcela da sociedade responsável pelas deliberações ou nem tinham possibilidades materiais de mudar sua posição; assim, precisavam ser “controladas”. Nesse panorama das questões das posições relativas entre esses estratos sociais, eram presentes tanto uma amostra do poder de violência física – na forma das violências institucionais e de violências costumeiras (FRANCO, 1997) – quanto simbólica - na forma das naturalizações dessas hierarquias sociais vistas na vida cotidiana pelas posições derivadas das relações de trabalho e do comportamento distintivo dos portugueses em relação aos brasileiros

(SKIDMORE, 1998, p. 61-63). Sobre esse aspecto é válida a evidenciação, visto que o Imperador do Brasil que ascendeu ao trono devido à preservação do sistema político é de origem portuguesa e filho do monarca alvo de ojeriza da população.

Ainda que as medidas tomadas pelo governo não tenham sido a solução do problema, elas promoveram uma relativa folga dentro daquele panorama de falta de opção. Isso se tornou tão evidente como uma solução que se anunciava para a situação econômica e financeira do país que, com um grande ar de entusiasmo, D. Pedro I faz uma fala no ano de 1823 onde vê esperança para ao Banco do Brasil e, assim, para a situação nacional como um todo, afirmando acreditar que o tipo de instabilidade experimentada pela instituição não voltaria mais a acontecer (LIMA, 1973, p. 190). Contudo, essa boa vontade do Imperador não se confirma, e para isso não é preciso nem completar um ano de sua fala. Vista essa leve estabilização, as tentativas de controle da produção de dinheiro pelo Banco do Brasil são ignoradas, mesmo com o Ministro da Fazenda ainda defendendo o controle dessa prática para a não depreciação da moeda nacional. Nesse contexto de breve otimismo e com a circulação de moedas de ouro e prata recém-cunhadas, o medo de uma recessão ainda não havia sumido da população. É assim que essas moedas começam a sumir de circulação e ficam reservadas aos espaços privados de acumulação, na esperança das pessoas em não se prejudicarem com uma nova situação de declínio. Assim, a moeda, o dinheiro cunhado, perde seu poder de compra, visto a falta recorrente de riqueza em circulação para basear a força da moeda, e é desse modo que as moedas de cobre, que ainda circulavam em relativa abundância, acabam por ganhar até mais força que a moeda brasileira. Toda essa dinâmica de desestabilização monetária nacional e a falta de solução desse problema acabam resultando no fechamento do Banco do Brasil, o que, por sua vez, deixa a questão de empréstimos internos se tornarem possíveis pela entrada de mais capital privado nessa área (LIMA, 1973, p. 193).

Com a longevidade de tal fraqueza e instabilidade financeira nacional, a dependência da assimilação da produção por parte da Inglaterra prejudica ainda mais a já frágil situação do Brasil. Em 1825, a crise inglesa causa impactos mundiais, tanto maiores no Brasil, que tinha na Inglaterra o seu principal parceiro comercial e que absorvia a grandessíssima parte da produção brasileira. Desde o bloqueio continental realizado por Napoleão, a Inglaterra estabeleceu e se consolidou como grande centro das relações comerciais e financeiras do Novo Mundo – provam os inúmeros empréstimos concedidos aos países da América espanhola, assim como ao Brasil (RIBEIRO JÚNIOR, 1995, p. 156). Como principal rota comercial do Brasil para escoamento da produção, a crise de superprodução inglesa em 1825 afetou a destinação da cana-de-açúcar e do café. Diante disso é que o Brasil começa a estabelecer relações econômicas mais

encorpadas com os Estados Unidos. Diante disso é importante salientar que a "disposição" industrial dos Estados Unidos e o seu crescimento populacional, muito mais vigoroso do que o do Brasil na mesma época (chegando ao triplo da população brasileira), é que possibilitaram a assimilação da produção cafeeira por parte do mercado norte-americano. Outros parceiros comerciais foram estabelecidos nessa época, dadas as condições sociais desses países – é o caso da França, que havia passado pela restauração dos Bourbon e agora seguia rumo a uma estabilização nacional do ponto de vista de uma recuperação do desenvolvimento industrial. Mesmo com tudo isso, a situação da Inglaterra dentro do panorama geral da dependência brasileira não mudou significativamente (PINTO, 1995, p. 133).

> É nesse grande contexto que, de maneira resumida, se consegue indicar as características das instabilidades internas, do ponto de vista econômico e financeiro do Brasil que culminam na renúncia de D. Pedro I e sua volta para a ocupação do trono de Portugal. O período das regências não seria muito diferente do experimentado pelo Brasil sob a tutela de D. Pedro I, e as revoltas separatistas se intensificam a tal ponto que, como ao longo do século XVIII e esse começo do século XIX até a renúncia, o período das regências é marcado pela permanência dessas revoltas – Guerra dos Farrapos (1835-1845), por exemplo, mas também a Sabinada (1837-1838), a Balaiada (1838-1841) e a Cabanagem (1835-1840) – que atravessam o período regencial e chegam ao Segundo Reinado, mas perdem sua força. O que caracteriza uma questão referente à perda de força das tentativas separatistas no Brasil do Segundo Reinado, é o que compete ao processo crescente de estabilização econômica graças ao desenvolvimento de um "império do café" na região Sudeste, que começa pelo Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, mas que ganha força mais à frente no estado de São Paulo principalmente depois da década de 1870 (LIMA, 1973, p. 233). É nesse contexto de crescimento econômico que o Segundo Reinado (1840-1889) pôde experimentar uma maior segurança e autopreservação. É também durante esse período, ainda mais quando o mercado do café finalmente se consolida como o "carro-chefe" da economia nacional, que os empréstimos adquiridos pelo Brasil podem ser usados para sanar alguns rombos anteriores e serem direcionados, quando possível, para o desenvolvimento interno e o fortalecimento das ferramentas necessárias para manter a "máquina à vapor" do café em funcionamento e ganhando força (PINTO, 1995, p. 140).

A independência em 1822, a Assembleia Constituinte de 1823 a Constituição de 1824 constituíram um marco no movimento político-cultural do Brasil. Podem-se perceber influências das leituras europeias na constituição de 1824, como a de Benjamin Constant. A vida social no Brasil sofre intensas modificações com a proclamação da Independência. Em consequência, a formação do povo brasileiro começa a se apresentar como dilema no contexto brasileiro. Há divergências nas interpretações de como se deu o processo da independência. Na visão de Ricupero (2004), por exemplo, não houve uma ruptura violenta com a Metrópole Portuguesa, diferentemente do processo de independência das colônias espanholas na América Latina, a exemplo da Argentina. Segundo Boris Fausto (2018), a independência do Brasil

resultou de luta, principalmente dos movimentos autonomistas, a favor da continuidade da união com Portugal. A constituição de 1824 definiu a monarquia como sistema político, um Bragança continuava no poder e, embora o Brasil começasse lentamente a se transformar, a aparência era que nada mudara. Para Florestan Fernandes (2020) a Independência se caracteriza como a primeira revolução social no Brasil, pois rompe com o estatuto colonial e cria condições para a expansão da burguesia.

No dia 11 de agosto de 1827, são criadas duas Faculdades de Direito (Olinda e São Paulo) com o intuito de responder a questões do desenvolvimento e da autonomia nacional. As teorias sociais da Europa influenciaram significativamente essas duas escolas. Segundo Costa (2010), foi a intenção de criar uma elite para governar o país que resultou na fundação de algumas faculdades, como as do Rio de Janeiro, de Recife e de São Paulo, faculdades que, por seu turno, criaram estímulos novos para uma vida urbana. (COSTA, 2010, p. 242). Em 1854, é transferida a Faculdade de Direito de Olinda para Recife. A faculdade passa por uma reforma educacional, inaugurada pelo Barão do Rio Branco, que causa transformações significativas no interior na escola e na construção de uma *intelligentsia*, o que será abordado posteriormente.

Diante dos conflitos internos pós-independência, a exemplo da Confederação do Equador (1824), da Revolta dos Malês na Bahia (1835), da Sabinada na Bahia (1831-38), da Cabanagem no Pará (1835-1840), da Balaiada no Maranhão (1838-1841) e da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-45), as criações dos institutos históricos e geográficos têm papel importante na busca de manutenção da unidade nacional. Em 1838, tem-se a criação do IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Outros institutos também são criados, mas com o intuito mais regional, como é o caso do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Esses institutos surgem com a missão de unificar a nação e construir a história do Brasil. O IHGB, localizado no Rio de Janeiro, tem pretensões mais nacionais e encampa a missão de sistematizar uma história de cunho oficial. A grande parte do orçamento do instituto vinha do imperador (cerca de 75%), e a maioria dos sócios exerciam alguma função administrativa no Império. Apesar de possuir personagens figurativos, como o presidente do instituto, os demais sócios ocupavam os postos devido a méritos exclusivamente acadêmicos, pois o instituto tinha como função primordial consagrar a elite local (SCWARCZ, 1993)

A partir de 1850, verifica-se no Brasil uma intensa reorganização material e um acentuado impulso na economia (CRUZ COSTA, 1967). O início do Segundo Reinado é

marcado pela abolição do tráfico de escravos[4] e por um processo de modernização do Brasil que "estava naturalmente indicada pelas condições objetivas da economia universal, de que o Brasil entrava, com a independência, a participar." (PRADO, 2002, p. 88). Apesar de não ser a cerne da evolução política do Brasil, o fim do tráfico de escravos fez com que o Brasil entrasse de forma imediata na ordem competitiva social vigente no cenário internacional. Após 1850, há uma intensificação na vida comercial brasileira e com isso todo um processo de modernização, como dito antes. As primeiras ferrovias passam a ser construídas; o telégrafo é inaugurado em 1852, operações bancárias se intensificam e o Brasil segue na trilha rumo ao "progresso".

3.2 A CHAGA DA ESCRAVIDÃO

Apesar das inúmeras transformações que passam a ocorrer, a escravidão constituía um paradoxo na sociedade brasileira oitocentista. Com a chegada da Família Real ao Brasil, inúmeras foram as pressões da Inglaterra pela abolição da escravatura, mesmo que fundadas em interesses estritamente comerciais. Além da Inglaterra, outros países da Europa, como a França, exerceram forte pressão para que fosse posto um fim na escravidão. Alguns abolicionistas franceses apelaram para o imperador D. Pedro II, pedindo-lhe que abolisse a escravidão no Brasil (SKIDMORE, 1976; 1998) Apesar de toda essa pressão externa a temática da abolição não entra verdadeiramente em cena no Brasil até a década de 1870. Até esse momento não existia nenhum movimento formado que lutasse pressionando o governo pelo fim da escravidão no Brasil. Falar sobre isso era praticamente um tabu na sociedade brasileira. A situação do negro era de invisibilidade, visto que não eram considerados nem mesmo brasileiros até a Constituição Brasileira de 1824. José Bonifácio de Andrade e Silva foi um dos poucos homens públicos a conclamar, já no começo do século XIX, por uma abolição gradual. Ao propor uma liberdade total em 1825, tornava-se uma exceção em meio aos que defendiam a continuidade do comércio escravagista. A elite brasileira no séc. XIX era conservadora e antidemocrática, de modo que era do seu interesse manter as estruturas tradicionais de produção agrícola, alicerçadas na escravidão e na grande propriedade de terra, como nos aponta Costa:

> A elite brasileira, composta predominantemente por grandes proprietárias e por comerciantes envolvidos na economia de exportação-importação, estava interessada em manter as estruturas tradicionais. Escolheram cuidadosamente os aspectos da ideologia liberal que se adequassem à sua realidade e atendessem a seus interesses. Purgando o liberalismo de seus aspectos radicais adotaram um liberalismo conservador que admita a escravidão e conciliaram

[4] A abolição do tráfico de escravos ocorreu após ser promulgada uma lei em 4 de setembro de 1850 pelo ministro Eusébio Queirós, que, logo depois, daria nome à lei.

> liberalismo e escravidão da mesma forma que seus avôs haviam conciliado a escravidão com o cristianismo (COSTA, 2010, p. 360).

A partir de 1850 algumas leis passam a surgir como forma de corresponder às pressões externas. Como o caso da Lei Eusébio de Queirós citada anteriormente, da Lei do Ventre Livre (1871) e da Lei do Sexagenário (1885). Com a crise do Império e a entrada da temática da questão social estimulada pelas ideias positivistas e liberais, o movimento abolicionista eclode no Brasil. Influenciado principalmente pelas teorias liberais, ele teve como principal expoente Joaquim Nabuco. Para Nabuco, a escravidão deformava todos; arruinara economicamente o Brasil e impossibilitava seu progresso (WEFFORT, 2006). Influenciados por ideias europeias e anglo-americanas importadas, os positivistas ortodoxos (Miguel Lemos e Raimundo Mendes) do Apostolado Positivista do Brasil e o liberal social Joaquim Nabuco passam a criticar o sistema vigente, mesmo que em alguns momentos o façam de modos antagônicos entre si. Na visão de Nabuco, abolir a escravidão era o primeiro passo para o processo de guinada no desenvolvimento do Brasil, era a questão mais urgente na agenda da reforma liberal. Como lembraram tantos intérpretes históricos do Brasil, a coexistência de liberalismo econômico e escravidão no Brasil do século XIX representa um dos paradoxos na história do Segundo Império.[5] A respeito disso, Roberto Schwarz mostra, em *As ideias fora do lugar*, como a sociedade brasileira foi constituída a partir de paradoxo entre liberalismo e escravidão.

> [...] toda ciência tem princípios, de que deriva seu sistema. Um dos princípios da economia política é o trabalho livre. Ora, no Brasil domina o fato "impolítico e abominável" da escravidão. Este argumento põe fora a Brasil do sistema de ciência. Estávamos aquém da realidade a que esta se refere; éramos antes um fato moral "impolítico e abominável". Grande degradação, considerando-se que a ciência eram as luzes, o progresso, a humanidade etc. [...] (SCHWARZ, 2000, p.11).

As influências liberais foram primordiais para a instauração da campanha abolicionista. Nomes como o de José do Patrocínio (1853-1905), André Rebouças (1838-1898), Luís Gama (1830-1882), Nicolau Moreira (1824-1894), Joaquim Serra (1838-1888), Joaquim Nabuco (1849-1910), entre outros, foram influenciados pela doutrina liberal e incorporavam em seus discursos os aspectos políticos e filosóficos desta doutrina. As doutrinas europeias aguçaram o debate sobre a abolição: "os intelectuais franceses", por exemplo, "sempre foram, para os abolicionistas, uma arma favorita a ser utilizada contra o governo brasileiro. " (SKIDMORE, 2012, p. 58). Na visão de Dante Moreira Leite (2002), a escravidão representa

[5] Esse debate travado por inúmeros intelectuais que se debruçam sobre a sociedade brasileira do século XIX. A exemplo de Maria Sylvia de Carvalho Franco em Homens Livres na Ordem Escravocrata, em uma entrevista. As ideias e o seu lugar. Roberto Schwarz no seu texto "As ideias fora do lugar"; Referências!

uma contradição na teoria liberal no Império no contexto brasileiro: ela se efetiva de forma controversa tendo em vista que os adeptos a esse pensamento tinham, por outro lado, interesses imbricados com a economia de exportação e importação. Abolir a escravidão ia de encontro a esses interesses, por isso lutavam para manter as estruturas tradicionais de produção. Segundo Dante (2002), eles importaram os princípios e fórmulas políticas do liberalismo, mas os ajustaram às suas necessidades, conservando a escravidão e a patronagem. Conforme Sérgio Adorno, por sua vez, as modalidades existentes de liberalismo no Brasil "não foram capazes de transpor os limites e diagnosticar corretamente as origens dos problemas econômicos, políticos e sociais nacionais aguçadas críticas as condições de existência na sociedade brasileira" (ADORNO, 1888, p. 36).

No debate sobre os rumos do país, a questão da raça não aparecera, até a abolição, como apresentando um dilema para o país, na medida em que as tensões raciais tendiam a ser minimizadas (ou sufocadas) pelo sistema patriarcal e patronal anteriormente vigente no Brasil. Segundo Florestan Fernandes (1976) e Caio Prado Jr (2002), a abolição representou nesse aspecto a primeira revolução social da sociedade brasileira:

> Com a abolição começaram a ruir os alicerces da antiga ordem social – tanto jurídicos, quanto políticos ou econômicos – e a constituir-se uma nova ordem social, organizada com base no regime de classes sociais. Outros desenvolvimentos posteriores como a industrialização – incipiente em algumas regiões, mais adiantada em outras – e o crescimento urbano ou metropolitano das cidades contribuíram para acelerar ainda mais o ritmo de desagregação da herança cultural e social, vinculada ao passado rural (FERNANDES, 1976, p. 21).

Devido à economia açucareira e, por conseguinte à economia rural, é nos núcleos urbanos que as ideias abolicionistas têm maior eco, pois os senhores de engenhos não queriam arriscar seu poder e tendiam a sair em defesa da manutenção do sistema escravista. Com a abolição em 1889, houve um aceleramento da decadência da oligarquia rural e uma abertura relativa de possibilidades de ascensão social, pois, à medida que a ordem social escravocrata e senhorial foi se expandindo, sua desintegração acontecia (FERNANDES, 1976).

3.3 O MOVIMENTO DAS IDEIAS

A segunda metade do século XIX no Brasil é marcada pela Crise do Império, período que também é de efervescência cultural e intelectual. A sociedade é tomada pelo desejo da construção nacional, especificamente a partir de 1830 (CHAUÍ, 2001; RICUPERO, 2004). Ideias europeias de cunho liberal e republicano começavam a circular no país, e instituições como a monarquia e a escravidão passaram a ser colocadas em xeque por diversos membros da elite intelectual. O Brasil passa por grandes transformações políticas, econômicas e sociais. A

palavra “nação”, com tudo que ela representa, começa a ganhar corpo na produção dos intelectuais do império (SCHWARCZ, 1993). A literatura é um dos primeiros campos a se voltar aos anseios nacionalistas, e a primeira geração romântica tenta expressar a nova realidade brasileira buscando exaltar a tropicalidade nacional, elencar seus heróis e construir uma imagem positiva do país (CANDIDO, 2014; 2015). A significativa influência de ideias europeias e anglo-americanas sobre a elite política e intelectual do país não ocorre só no Brasil, mas toma conta também de outras partes da América Latina, onde a vida social passa a ser explicada pela razão, tudo isso visando colocar os “países periféricos e colonizados” no celeiro dos Estados civilizados e desenvolvidos. Essas doutrinas incorporadas pela elite da época constituíam a principal ferramenta cultural e intelectual na construção de uma identidade nacional. Florestan Fernandes (1976) compreende que as condições sociais e culturais que servem de suporte e oferecem meios viáveis de desenvolvimento do saber racional emergem na sociedade brasileira a partir do segundo decênio do século XIX. É neste momento que surgem as primeiras pressões no sentido de preparar um setor maior da população para o exercício de tarefas administrativas e políticas ou para enfrentar as necessidades que emergem com a expansão da economia e o crescimento demográfico.

> É visível a ligação do pensamento com a solução de problemas que se colocaram no plano da ação política ou da transformação econômica. No Brasil, essa ligação não era perceptível com a mesma clareza, devido ao fato de o saber racional utilizado não se ter constituído e desenvolvido como produto das exigências da situação histórico-social (FERNANDES, 1976, p.18).

A criação da Escola de Direito de Recife e de São Paulo e a Escola de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro constitui um marco na construção de uma *intelligentsia* no século XIX. O campo científico não era verdadeiramente autônomo no Brasil, pois, ainda que a maioria dos intelectuais brasileiros tivessem formação em Direito e em Medicina, havia um embricamento das diversas aéreas de conhecimento em torno da explicação da situação nacional muito atrelado às questões raciais. A explicação entendia a relação de condições próprias das raças envolvidas na composição brasileira e a transmissão de aspectos particulares delas ao que se queria dizer como povo brasileiro (CHACON, 2008; SALDANHA, 1997; SKIDMORE, 1976). Além disso, a insuficiente autonomia se relacionava ao fato de que os intelectuais, em sua grande maioria, desempenhavam alguma atividade política nas instâncias do Estado. A influência francesa era mais proeminente nesse “movimento de ideias” na tentativa de compreensão dos problemas nacionais. “Lia-se, com ardor intelectual, Comte, Darwin, Haeckel e também Taine e Renan” (SKIDMORE, 1976, p. 26) bem como as doutrinas liberais, todas

usadas para reivindicar mudanças. Os trabalhos de análise social eram iniciativas independentes levadas a cabo por juristas (ex. Silvio Romero), literatos (ex. Castro Alves, José de Alencar) e até médicos (ex. Nina Rodrigues). Nesse período, os bacharéis e a própria ciência tomam para si o papel de se buscar entender o Brasil, a questão da situação nacional e seu relativo atraso em comparação com a Europa. O "pensar o Brasil" torna-se pauta central do pensamento social e político brasileiro (ORTIZ, 1986; SCHWARCZ, 1993), influenciado por perspectivas teóricas em voga na Europa - especialmente o positivismo comteano, o evolucionismo haeckeliano e o darwinismo social. O Brasil passa a ser pensado em relativa associação com o modelo de ciência desenvolvido na Europa e, assim, os próprios pensadores nacionais e responsáveis por entender as nossas próprias questões tendem a fazê-lo a partir dessas perspectivas europeias (SKIDMORE, 1976), muitas vezes de modo acrítico.

As teorias europeias passam a circular por toda a sociedade brasileira, com a elite política imperial respirando os ares das nações civilizadas através dos livros. As mulheres, principalmente as da elite, também vão sendo mais instruídas e influenciadas pelas ideias europeias, como nos aponta Emília Viotti da Costa:

> Foi entre as mulheres de elite que se encontraram as primeiras a adotar os novos costumes, mas outros grupos sociais foram afetados pela mudança. Mulheres de classe média começaram a ser notadas por sua habilidade em falar francês, às vezes inglês ou alemão. Sabiam tocar piano, cantar, recitar, desenhar, pintar e fazer qualquer tipo de bordado, mas eram também capazes de manter uma conversação animada sobre assuntos mais momentosos. (COSTA, 2010, p. 504).

As mudanças ocorridas na sociedade brasileira causaram impactos na vida cotidiana no Império, sobretudo na vida das mulheres. Durante o período colonial as condições materiais existentes tornavam inacessível "o desenvolvimento da ciência: imprensa proibida, sistema escolar deficiente, ausência de universidades, isolamento em relação aos centros mais avançados, tudo concorria para que não houvesse reflexão sistemática de caráter científico." (BARBOSA, 2007, p. 4). A mudança estrutural do parentesco e da vida familiar e doméstica acompanhou o processo de superação do patriarcalismo rural. A família extensa ou tutelar, base institucional do poder patriarcal, deu lugar crescentemente à ascendência família nuclear urbana de tipo moderno, contribuindo para o rompimento de uma série de mecanismos autocráticos de poder e hierarquia próprios dos grandes domínios rurais e do despotismo masculino do senhor de terras no ambiente doméstico, que privava às mulheres de elite do convívio e participação ativa na esfera pública. A sociedade brasileira, sob o estatuto colonial, foi profundamente marcada pelos valores da cultura patriarcal rural, demarcando diferentes papéis sociais, políticos e econômicos entre os sexos.

As ideias liberais-burguesas que passaram a circular no Brasil no século XIX pareceriam deslocadas ao compararmos com a realidade conservadora da sociedade brasileira. A estrutura patriarcal, a escravidão e as relações de favor bem característicos do aspecto tradicional se constituem como "atraso" em relação a onda modernizadora que pareciam essas ideias. O liberalismo no Brasil efetivou-se de forma paradoxal, visto que os mais expostos e adeptos a esse pensamento eram homens, herdeiros ou beneficiados da estrutura social tradicional, cujos interesses se relacionavam com a economia e exportação e importação e que queriam manter as estruturas tradicionais de produção. Importaram os princípios e fórmulas políticas do liberalismo, mas ajustaram às suas necessidades, conservando escravidão e a patronagem. O avanço econômico do país, estimulado pela economia cafeeira e pelo processo de urbanização contribuíram para abertura de mudanças sociais e culturais impulsionadas pelos adeptos do liberalismo, sendo esses os primeiros a proclamar maior autonomia para as mulheres contrapondo-se a ideologias católicas e positivistas em voga na época. Desse modo, fronteiras entre "público" e "privado", assim como a demarcação de novas funções e papéis às mulheres sofrem transformações significativas que abriram caminhos para o debate público sobre os costumes da época e direitos das mulheres. Na Europa, desde o final do século XVIII, havia uma ampla discussão sobre a importância da mulher no espaço público, como consequência da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, o tema no Brasil ainda era pouco debatido.

No Brasil, autores como Roberto Schwarz, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Bernardo Ricupero entre outros tratam sobre as condições sociais da circulação dessas ideias e de sua recepção. Roberto Schwarz (2012) no texto clássico, *As ideias fora do lugar*, que prefacia o livro *Ao Vencedor as batatas*, que trata aborda a questão da circulação das ideias liberais-burguesas no Brasil bem como sua função pela classe dirigente brasileira e sua adaptação ao contexto brasileiro oitocentista. O liberalismo brasileiro mostrava-se incompatível com a realidade escravista brasileira, além de que na prática parecia uma caricatura do modelo europeu. Desse modo, essas ideias seriam dissonantes do contexto econômico, político e social da época; ganhando, no contexto brasileiro, uma singularidade que o possibilitaria coexistir com uma estrutura arcaica fundada na mão de obra escrava. A discussão sobre as teorias liberais tem como pano de fundo o debate entre *tradição* e *modernização*, para o autor, é inegável a incompatibilidade do liberalismo com a escravidão. Porém, *o favor*, é o elemento apontado tanto por ele como por Maria Sylvia, que fez com que as ideias liberais tivessem no Brasil um caráter ambíguo.

> Em suma, se insistimos no viés que escravismo e favor introduziram nas ideias do tempo, não foi para as descartar, mas para descrevê-las enquanto

> enviesadas – fora de centro em relação à exigência que elas mesmas propunham, e reconhecivelmente nossas, nessa mesma qualidade. Assim, posto e parte o raciocínio sobre as causas, resta na experiência aquele 'desconcerto' que foi nosso ponto de partida: a sensação que o Brasil dá de dualismo e factício – contrastes rebarbativos, desproporções, disparates, anacronismos, contradições, conciliações e o que for – combinações que o Modernismo, o Tropicalismo e a Economia Política nos ensinaram a considerar. (SCHWARZ, 2012, p. 21).

Esse desajuste na realidade seria inevitável e justificado, na perspectiva de Schwarz, na medida, que devido a "máquina da colonização" e da relação de dependência que se inseria o Brasil como "país periférico" em relação a Europa "países do centro" faz do liberalismo brasileiro, aparentar-se como às avessas, mas essa sua singularidade é condicionada por essa sua posição no contexto mundial. Adotando uma perspectiva marxista do conceito de ideologia, o autor, aponta que esse deslocamento se dá, pois, as ideias operavam em condições materiais e simbólicas próprias aqui no Brasil, pois invertiam a lógica europeia, pois na medida que lá elas acobertavam o conflito de classes, aqui servia para legitima-lo.

> Partimos da observação comum, quase uma sensação, de que no Brasil as ideias estavam fora de centro, em relação ao seu uso europeu. E apresentamos uma explicação histórica para esse deslocamento, que envolvia as relações de produção e parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo Capital. Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia a dia, fomos levados a refletir sobre o processo de colonização que é internacional. (SCHWARZ, 2012, 30).

O texto de Schwarz foi originalmente publicado na revista Novos Estudos, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em 1973 e gerou um intenso debate no campo de pensamento social brasileiro. Maria Sylvia de Carvalho Franco, numa pequena entrevista intitulada *As ideias estão no lugar*, e publicada em 1976, dialoga com as reflexões trazidas pelo autor. A concepção de que o Brasil teria sua fonte de ideias na Europa era passível de questionamento, pois em sua perspectiva, da maneira como foram formuladas pelo romantismo e pelo realismo esse postulado teria como pressuposto a diferença entre *metrópole* e *colônia* como essência. A "a produção e a circulação de ideias só podem ser concebidas como internacionalmente determinadas, mas com o capitalismo mundial pensado na forma indicada, sem a dissociação analítica de suas partes. (FRANCO, 1976, p.62). Nesse sentido, a autora aponta que as trocas internacionais possuem fatores estruturais que não podem ser ignorados, além disso, o global e o local e suas contradições não podem ser tomados como termos abstratos isolados, mas como uma *unidade contraditória* que condensa os processos reais da produção de ideologia no contexto brasileiro no século XIX. Tanto Schwarz como Maria Sylvia

consideram que a circulação de ideias precisa ser considerada enquanto um processo internacional.

Logo, as ideias que passaram a circular no Brasil no século XIX não foram suficientes para mudar a correlação de forças existentes na época, apesar dos novos costumes e hábitos que esse processo trouxe, da criação de instituições culturais e da intensificação do processo de urbanização, é necessário perceber que isso não aconteceu nem atingiu a todos. Como aponta Freyre o patriarcalismo apensas se urbaniza, ganha uma nova forma, a elite continuava elite e mantinha seu prestigio e seus privilégios. Ademais, "a ideologia patriarcal persistia, criando uma distância cada vez maior entre os ideais sancionados pela cultura e a realidade da vida cotidiana nas áreas do país em que as mudanças estavam ocorrendo. " (COSTA, 2010, p. 503). Nesse sentido, as ideias foram incorporadas pelos membros das elites como forma de legitimar suas posições nos campos de poder, o que se daria, na perspectiva bourdieusiana justificados pelo "interesse", que seriam afinidades que correspondem as homologias de posição.

3.4 A LITERATURA E CONSTRUÇÃO NACIONAL

A literatura também é influenciada pelas teorias europeias. O Romantismo, condensando o "espírito da época", passa a se preocupar com a ideia de identidade nacional. As produções românticas do Brasil do século XIX refletem a construção das mentalidades e a reprodução dos costumes de uma cultura e valores burgueses em desenvolvimento no Brasil. O indianismo, representado no cânone por autores como Gonçalves Dias e José de Alencar, busca exaltar a singularidade do Brasil: há uma preocupação por parte dos indianistas em apontar o que faz do Brasil, Brasil, e o que o torna diferente e que dá uma identidade própria ao povo Brasileiro. O índio e as exuberâncias naturais são os fatores mais preponderantes nas produções românticas, sobretudo na primeira geração. De José de Alencar a Castro Alves, não se esquecendo de Gonçalves Dias; entre o romance, a poesia e o teatro, pensar o Brasil era ponto comum na produção artístico-cultural ao longo deste conturbado século. Mesmo assim, como pensar os elementos dessa produção em termos comuns que possam transversalizar outras composições e autorias? Considerando o momento político e social, o contexto de definição da identidade brasileira, a presença do tempo nas obras, especialmente no romantismo, não poderia aqui ser mais bem resumida do que em termos das considerações de conteúdo das obras, entendendo-as como seus elementos estruturais fundamentais.

> O amor e a pátria, a natureza e a religião, o povo e o passado, que afloram tantas vezes na poesia romântica, são conteúdos brutos, espalhados por toda a história das literaturas, e pouco ensinam ao intérprete do texto, a não ser quando postos em situação, tematizados e lidos como estruturas estéticas (BOSI, 1981, p. 99, grifo do autor).

Além dos autores consagrados, pode-se também perceber esse ponto comum nas produções de autores e autoras que estão às margens dos cânones, a exemplo de Nísia Floresta, escritora potiguar, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto. A autora também desenvolve uma poesia indianista que condensa o "espírito da época" e mostra a influência do liberalismo inglês e do conservadorismo católico em suas obras desse período, influências que, de certo modo, se estendiam à maioria dos membros dessa geração. Assim, como os românticos da primeira geração, o debate sobre projeto de nação está por trás de todas as reflexões de Nísia Floresta. O seu poema *A lágrima de um Caeté*, aponta um diálogo com a tradição indianista no romantismo brasileiro; assim como Alencar, a autora elenca o índio como protagonista. Tal como aparece no poema, a visão do índio pela autora não é, porém, de alguém subserviente e obediente ao colonizador português, mas, ao contrário, alguém que luta por seus direitos e que não aceita passivamente a identidade do europeu, diferentemente do índio Peri personagem principal de *O Guarani* do romancista cearense, José de Alencar.

Nísia Floresta se coloca na dianteira de inúmeros debates no Brasil oitocentista: a autora fala sobre indígenas, negros e mulheres, esses dois últimos quase nunca retratados nas produções intelectuais brasileiras na sua época. A influência positivista e as ideias de ordem e progresso permeiam suas reflexões e suas reivindicações para mulher, embora se perceba a influência liberal nas obras da autora, quando a mesma reivindica o sufrágio para as mulheres. A pensadora potiguar defende a educação feminina como chave para solução do "atraso" da sociedade brasileira. No início do século XIX, é considerada por muitos como precursora do feminismo brasileiro, ao fazer a tradução livre do texto da inglesa Mary Wollstonecraft (inglesa envolvida por ideias revolucionárias francesas),e por já apresentar suas ideias progressistas que circulavam em jornais da época. A obra de Wollstonecraft defendia a igualdade e a liberdade para as mulheres e punha em xeque a superioridade dos homens em relação às mulheres. Traduzida livremente por Nísia com o título *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, o livro marca o debate sobre a questão da mulher na sociedade brasileira inaugurado por Nísia, que também foi bastante influenciada pelo positivismo de Augusto Comte. Conquanto apresente ao longo de suas obras pontos que divergem dos ideais positivistas, a autora convergia com Comte no fato de defender uma completa reforma social através da educação, a elevação do nível de instrução feminina e o ensino igualitário para ambos os sexos.

> Mas, ao buscarmos os escritos de Nísia Floresta, verificamos que sua adesão à filosofia positivista foi bem limitada, até porque, muitas das posições que ela assumiu – como a defesa da abolição, do moralismo e da educação feminina, por exemplo – eram bandeiras que extrapolavam os ditames positivistas e pertenciam também a outras correntes de pensamento – e

> defendidas por intelectuais importantes, como Saint-Simon, Bazard, Robert Owen e Charles Fourier. Nada mais coerente, portanto, que a autora se identificasse com uma filosofia que vinha ao encontro de seus interesses e enfatiza a supremacia feminina, tal como ela mesma havia feito em *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, na década de 1830.
> Assim, ao fazer a sua leitura do positivismo e ao destacar nele os pontos que mais atendiam a seus interesses intelectuais, Nísia Floresta adquiriu um certo verniz desse pensamento filosófico. Enganou, desta forma, a muitos que reconheceram aí uma adesão completa. Tanto foi apenas superficial sua identificação com tais propostas, que não se encontra em seus escritos nenhuma outra referência a Comte ou à sua filosofia, que não esteja diretamente relacionada com a melhoria da condição feminina (DUARTE, 2010, p. 35).

Segundo Ângela Alonso (2014) a primeira geração cumpre bem o papel de forjar uma nacionalidade para entrar na esteira da civilização, a qual na Europa já se apresentava como modelo ideal. A nação representada pelos românticos da primeira geração era compatível com as instituições políticas, pois não incluía os marginalizados, ou seja, os que eram desprovidos de cidadania. "O americanismo *de A confederação dos Tamoios* (1856), *Iracema* (1865) e *O guarani* (1857) forneceu a especificidade da nova nação. Assim se inventou uma tradição aristocrática local reafirmada pela sociedade de corte por meio do uso de nomes indígenas para compor os títulos nobiliárquicos " (ALONSO, 2010, p. 95). O índio era o traço singular do Brasil que era enaltecido pelos românticos de forma caricaturada e idealizada. A forma como ele era representado nas obras de românticos dessa geração demonstra a preocupação dos autores românticos em representar um índio civilizado, nada similar ao real, totalmente figurado (ORTIZ, 2012).

Percebe-se no Brasil, tanto no liberalismo como no conservadorismo, a influência do romantismo, assim como se deu na Europa (SALDANHA, 1997). No Brasil, os românticos conseguiram condensar em suas produções o ideal nacionalista e contribuir para a produção de fronteiras simbólicas nacionais que delimitavam a identidade nacional. Com isso, os românticos brasileiros da primeira geração passam a partir da construção de um imaginário social e de um passado que permitiria a explicação do presente, a buscar representações da realidade a partir da produção de símbolos, hábitos, imaginário, moral e sentimentos que enaltecessem e demonstrassem as peculiaridades da nação, que ainda não tinha nascido, mas que se apresentava como meta, na cadeia de evolução social que configurava um paradigma intelectual da época. (ORTIZ, 2012). Nas obras de autores como Alencar e Gonçalves Dias, é possível identificar as influências do liberalismo nas suas representações do índio, em particular na idealização típica do índio como bom selvagem, em conformidade com a visão de Rousseau, desenvolvida no decorrer do século XVIII.

Alguns autores concordam que os românticos são os primeiros a elencar a nação enquanto ideologia (RICUPERO, 2004; LEITE, 2002). Ricupero tenta mostrar como os brasileiros definiram sua identidade nacional no período de 1830 a 1870. Ele, a partir de uma perspectiva gramsciana, tenta mostrar como evoluiu nesse período um processo político-cultural de construção nacional. Para Ricupero, os românticos objetivavam constituir uma hegemonia articulando política e cultura. O autor pensa o nacional na senda teórica de Eric Hobsbawm, com o conceito de *tradição inventada,* entendendo a ideia de nação como um conjunto de tradições inventadas. "Em outras palavras, a identidade nacional é uma construção política e cultural que não possui realidade objetiva fixa " (RICUPERO, 2004, p. 26). Assim como o liberalismo apresentou singularidade no Brasil, o romantismo também assume características desconformes do romantismo europeu. Enquanto o romantismo europeu apresentava uma ambiguidade, por ser um movimento essencialmente burguês, mas combater o capitalismo, o romantismo desenvolvido no Brasil, tem possui os mesmos objetivos, tendo em vista que as produções românticas flertam com o capitalismo. O romantismo, sobretudo o da primeira geração, foi bastante influenciado pela cultura francesa; porém, nessa circular das ideias, aqui se desenvolve de forma singular, assim como outras teorias como o liberalismo e o positivismo. (SCHWARZ, 1996; ALONSO; 2002).

Marilena Chauí (2000) assevera que a ideia de nação constitui o mito fundador do Brasil – "fundador", segundo a autora, visto que a ideia de nação perpassaria toda a história da sociedade brasileira. "Um passado que não se cessa nunca, que se conserva perenemente presente" (CHAUÍ, 2000, p. 9). Diferentemente de Ricupero, Chauí fala de dois momentos no processo histórico de invenção de nação. O primeiro o período de 1830-1870, no qual Ricupero encontra uma busca pela constituição de uma identidade nacional, corresponderia ao fenômeno chamado por Chauí e Dante Moreira Leite *de* "*Caráter Nacional*". Para Chauí, a ideia de *Identidade Nacional* aparece no período de 1918 a 1960.

Embora apresentem singularidades ao refletir sobre a ideia de nação no século XIX, Dante Moreia Leite, Marilena Chauí e Ricupero convergem no mesmo ponto: a criação de um passado imemorial através da invenção histórica da nação. A nação aparece como forma de unir e integrar o Brasil e como um instrumento diferenciador da recente ex-colônia portuguesa, que precisava marcar diferenças da Metrópole Portuguesa. Além disso, os três autores concordam no fato de que a ideia de nação se constitui enquanto ideologia, que surge no Brasil por volta de 1830 e que só se tornou possível após a Independência do Brasil, em 1822.

É quase uma unanimidade nos estudos de pensamento social que as categorias de "*raça*" e "*meio*" constituíram categorias do conhecimento que fundamentaram as diversas

interpretações sobre o Brasil. De modo entrelaçado, elas constituíram dois elementos tidos como imprescindíveis na constituição de um projeto de nação, de uma identidade nacional brasileira, que se apresenta como possível, e como necessidade, após a separação de Portugal em 1822 (SKIMORE, 1976; CORRÊA, 1998; SCWARTZ, 1993). *Meio e Raça* também se constituíram categorias que estavam presentes nas discussões europeias de maneiras que influenciaram significativamente os intelectuais no Brasil, como relata Skidmore (1976). Antonio Candido (1959) afirma que o direito e o evolucionismo são fundamentais para compreender a sociologia brasileira, visto que os juristas foram fortemente influenciados por essa última perspectiva teórica para pensar a sociedade brasileira.

> A sociologia brasileira formou-se, portanto sob a égide do evolucionismo e recebeu dele as preocupações e orientações fundamentais, que ainda hoje marcam vários dos seus aspectos. Dele recebeu a obsessão com os fatores naturais, notadamente o biológico (raça); a preocupação com os fatos históricos; o gosto pelos estudos demasiados gerais e as grandes sínteses explicativas. Daí a predominância do critério evolutivo e a preferência pela história social, ou a reconstrução histórica (CANDIDO, 1959, p. 272).

Segundo Schwarcz (1993), o intuito da *intelligentsia* da época foi representar uma solução que fosse original para os problemas do Brasil, que simbolizava uma nova visão - materialista e moderna - de compreensão do mundo. Isso se deu sobretudo pela influência dos modelos evolucionistas e darwinistas sociais transplantados do imaginário europeu para o brasileiro. Entretanto, de Ivan Barbosa (2012), traz como contraponto o fato que apesar dessas sentenças serem hegemônicas, haviam rejeições parciais a essas percepções evolucionistas e raciais, a exemplo do trabalho do precursor da Escola de Recife, o sergipano Tobias Barreto.

No século XIX, a cultura exerceu um papel primordial nesse processo de transformações e causou impacto na vida cotidiana do Império. As teorias sociais científicas e filosóficas que passaram a circular no Brasil, sobretudo, após 1870, influenciaram de forma avassaladora a organização do poder. Questões sociais como abolição, educação, o papel social da mulher, cidadania passam a ser difundidas por uma elite intelectual. Os jornais e a literatura contribuíram para o engajamento de mulheres e homens por essas causas até então silenciadas. As mulheres passam a incorporar a agenda do movimento abolicionista. Embora a questão de gênero não seja uma temática central no pensamento social brasileiro oitocentista (CORREA, 2011), as mulheres estiveram presentes cimentando as várias tradições históricas a elas relacionadas. O enfrentamento dos debates sobre o abolicionismo, os direitos das mulheres, o indigenismo, mesmo que de forma incipiente, contribuíram todos para a construção do espaço feminino no campo intelectual, ainda que não indicando caminhos de uma subversão radical da estrutura patriarcal de então. A mulher passa a ser sujeito, mas também a incorporar o debate

intelectual da época. A literatura passa a trazer a mulher para o centro do seu debate, a exemplo das obras *Lucíola* (1862), *Iracema* (1865) e *Senhora* (1875) de José de Alencar.

As ideias liberais-burguesas possibilitaram mudanças na vida das mulheres do século XIX bem como cumpriram a missão de elaborar um discurso que questionasse o papel que era destinado a mulher na sociedade brasileira oitocentista. As mulheres não tinham direito a educação, não tinham direito político, ou seja, estavam reservadas ao espaço privado. As ideias serviram de base para que algumas mulheres, como é o caso, das precursoras do feminismo, como Nísia Floresta defendem uma educação para a mulher, que fossem criadas escolas mistas progressistas, que as mulheres pudessem escrever nos folhetins que foram criados a época. Porém, como aponta Emília Viotti, os valores patriarcais permaneceram, e as transformações ocorridas nas vidas das mulheres devido ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi bem controversa e superficial, na medida em que favoreceu a mulher de uma classe,. Nesse sentido havia na sociedade brasileira um choque entre *classe, raça e gênero*, na medida, em que as ideias liberais criaram oportunidades para as mulheres da elite enquanto excluíram para as mulheres de cor e pobres. As mudanças ocorridas não foram homogêneas em todas as classes, "as mulheres de classe média e alta tiveram mais oportunidades de participar em um mundo de mercadorias, de símbolos e modelos de comportamento que correspondia até certo ponto à experiência das mulheres de países desenvolvidos" (COSTA, 200, p. 500), porém isso não suficiente para que ela ganhasse o status de cidadã e a independência econômica em relação a figura masculina. As mulheres que fugiam desse padrão eram exceção e não regra.

Embora mudanças significativas ocorressem, a mulher continuava num laço de dependência ao marido. Ela passou a ser vistas em bailes, teatros, nos salões de festas. Passou a ter acesso à literatura - sobretudo francesa, mas continuava, por outro lado, a ser vigiada, não podendo trabalhar, sem acesso à educação e submetida ao poder da figura masculina. Houve uma intensificação na sociabilidade feminina no século XIX, mas as estruturas que as mantinham presas ainda permaneciam, mesmo que começassem a ser levemente pressionadas (VIOTTI, 2010). Mesmo assim, as mulheres passam a incorporar o cenário público publicando em jornais e reivindicando direitos. Porém, nas produções dos "*homens de sciência*", raça e meio ainda constituíam categorias hegemônicas. Pensar a mulher nesse círculo não deixava de ser um avanço surpreendente para a época. Identificando os limites, esse segundo capítulo buscou mostrar essas como essas transformações estruturais na sociedade possibilitam a produção de um conhecimento cientifico sobre o Brasil. Assim, o capítulo serve omo base para a análise da trajetória e da condição de Tobias Barreto dentro do campo intelectual no século

XIX, apresentando as principais teorias sociológicas recepcionadas pelo sergipano e como elas influenciaram em seus debates sobre a condição da mulher.

4 CRÍTICA E CRISE DO PENSAMENTO: A CONTESTAÇÃO DA ESCOLA DE RECIFE

> [..] os nossos homens de ideias eram, em geral, puros homens de palavras e livros; não saiam de si mesmos, de seus sonhos e imaginações. Tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria asfixiada.
>
> (HOLANDA, 2016, p. 284)

4.1 O PAPEL DO INTELECTUAL NO SÉCULO XIX

Segundo Antonio Candido (2006, p. 272), competiu aos juristas o papel social dominante no Brasil oitocentista. Os bacharéis foram incumbidos da missão de "definir um Estado moderno e interpretar as relações entre a vida econômica e a estrutura política". Com a nova dinâmica devido à crise estrutural na sociedade brasileira durante o período do Império, a figura do bacharel ganha notoriedade, o que levou à condição de "intérprete por excelência da sociedade", nas palavras de Freyre. A aristocracia rural vai sendo remodelada devido, sobretudo, ao processo de urbanização imperial; desse modo, ainda na linguagem de Freyre, a aristocracia da *casa-grande* é substituída aos poucos pela aristocracia do *sobrado,* que era uma "aristocracia de *toga e de beca*". Freyre é explícito quanto ao que pensa haver significado tal processo: "*a casa-grande,* completada pela *senzala*, representou, entre nós, verdadeira maravilha de acomodação que o antagonismo entre *sobrado* e o *mucambo* veio quebrar ou perturbar." (Freyre, 2002, p. 711 – grifo meu).

Apesar de ter sido no século XIX que a figura do bacharel ganhou notoriedade e maior prestígio, os bacharéis tinham destaque perante sociedade desde os séculos XVII e XVIII. Alguns, em sua maioria formada no exterior devido à ausência de cursos de Direito no Brasil até 1827, eram solicitados pelos padres jesuítas para a ministração de cursos de *latim*, *retórica* e *estudos de humanidades*. Os primeiros bacharéis do Brasil foram formados na Europa. Ao terminarem seus estudos, muitos não queriam voltar para as fazendas dos seus pais, os quais quase sempre faziam parte da elite rural de *senhores de engenho*. Quando efetivamente retornavam, sentiam-se deslocados, de modo que a ideia de um atraso no Brasil começa a se acentuar, devido ao contato com as ideias e modas europeias oriundo da experiência educacional no estrangeiro.[6]

> A valorização começara a fazer-se em volta de outros elementos em torno da Europa, mas uma *Europa burguesa*, de onde nos foram chegando *novos estilos de vida*, contrários aos rurais e mesmo aos patriarcais: o chá, o governo de

[6] A respeito disso, ver "Ascensão do bacharel e do Mulato". In: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano São Paulo. São Paulo: Global, 2004b.

> gabinete; a cerveja inglesa, a botina Clark, o biscoito de lata. Também roupa de homem menos colorida e mais cinzenta; o maior gosto pelo teatro, que foi substituído o cavalo ou o palanquim; pela bengala e pelo chapéu-de-sol que foram substituindo a espada de capitão ou de sargento-mor dos antigos senhores rurais. E todos esses valores foram tornando-se as insígnias de mando de uma nova aristocracia: a dos sobrados. De uma *nova nobreza*: a dos *doutores e bacharéis* talvez mais que a dos negociantes ou industriais. De uma nova casta: a de senhores de escravos e mesmo de terras, excessivamente sofisticados para tolerarem a vida rural na sua pureza rude. (FREYRE, 2002b, p. 712 – grifo meu).

Além dos juristas, figuras como médicos, engenheiros, literatos e jornalistas, que também tiveram sua formação na Europa, passaram a pensar sobre a vida política e social da sociedade brasileira. Porém, como aponta Freyre (2002b), há uma ascensão do bacharel branco, sobretudo, na política. Isso se dava pelo fato de que, com a formação do Estado, era necessário que homens ilustrados passassem a ocupar cargos políticos de destaque. Na ausência de partidos políticos, o bacharelismo respondia às expectativas das elites brasileiras de manter seu *status quo*. Fernando Azevedo (1944) mostra que o crescimento da importância sociopolítica das figuras do bacharel e do intelectual conectava-se ao desprezo pelas funções que demandavam uso braçal, atribuído, em grande medida, às classes subalternas, como no caso dos escravos e ex-escravos. Nesse sentido, a atividade intelectual é vista pela elite com bons olhos, pelo fato de constituir um elemento de diferenciação na sociedade, inclusive para o mulato. Ademais, o diploma de bacharel permitiu uma mobilidade aos mulatos e aos jovens das classes subalternas, os quais, em sua maioria, eram apadrinhados pelos senhores de engenho ou comerciantes (mascastes), que financiavam seus estudos. "A formatura em curso superior foi como o casamento bem-sucedido, um canal de ascensão de alguns jovens talentosos provenientes das camadas inferiores. " (BARBOSA, 2010, p. 146).

Durante o período da colônia, não foi possível a criação de um estabelecimento de Ensino Superior no Brasil. Até a metade do século XIX, quase todos os bacharéis tinham obtido diploma na Corte. A primeira universidade portuguesa foi criada em Lisboa em 1290, sendo transferida para Coimbra em 1308 e, em 1384, transferida novamente para Lisboa por Dr. João I (CARVALHO, 2010). Portugal foi um dos primeiros Estados Modernos a ter universidade e, como a maioria das instituições universitárias da época, a universidade portuguesa surge ligada ao Poder Eclesial. Assim, tendo o controle das escolas superiores, Portugal mantinha sua hegemonia sobre as colônias. Nesse sentido, "considerando-se o papel da Universidade na formação da *intelligentsia*, fica claro que Portugal tinha, já no século XIII, o instrumento necessário para a formação dos intelectuais que formulariam as proposições e dariam forma aos interesses de sua burguesia comercial. " (SIMÕES, 2006, p. 92 – grifo meu).

As criações dos cursos de Direito de Olinda e do Largo de São Francisco acontecem em 1827[7], cinco anos após a Independência do Brasil de Portugal, e assim começaram a surgir os primeiros bacharéis formados no Brasil. Com a criação desses estabelecimentos de ensino e, por conseguinte, o contato com o liberalismo político e econômico, assim como com a necessidade de pensar a nação e exercer carreira pública, os filhos dos senhores das elites passam a ingressar nas faculdades e a compor a elite intelectual imperial. O bacharelismo no Brasil não se limitava somente aos estudos do direito; sua formação se expandia também sobre a política e o jornalismo literário, e a retórica[8], uma herança portuguesa cujo teor agora se orientava, porém, para a atuação política: "os empregos no magistério, no jornalismo, na função pública ou nas profissões liberais constituíram o principal meio de vida da maioria dos intelectuais da época" (BARBOSA, 2010, p. 145).

Sergio Adorno, em *Aprendizes do Poder*, ao estudar sobre a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco no período entre 1830-1883, mostra como a se deu a absorção cultural do ideário liberal no Brasil desde o período colonial, apontando quatro movimentos responsáveis pelo fenômeno: 1) a formação dos intelectuais brasileiros em Coimbra; 2) a participação das sociedades secretas, como a maçonaria, no movimento emancipatório; 3) a estreita relação de alguns padres com a maçonaria; 4) e a intensificação dos movimentos separatistas. O autor também mostra como o bacharelismo instrumentalizou a ideologia liberal e transformou-se em ação política, sobretudo, contra os interesses da corte portuguesa. Ademais, o liberalismo foi associado à ideia de modernização e progresso que serviram como base para se pensar a condição do Brasil na esteira civilizatória emancipatória. "O contato com o liberalismo econômico e político possibilitou a formação cultural e intelectual dos estudantes brasileiros, alguns dos quais futuros estadistas e construtores do estado Nacional, o que lhes solidificou o inconformismo e a necessidade de propagar o separatismo" (ADORNO, 1988, p. 42). Porém, é necessário pensar nas particularidades de cada faculdade e da região em que

[7] Os cursos jurídicos de Recife e do Largo de São Paulo receberam status de Faculdade a partir de 1854. O Decreto nº 1.386, de 28 de abril de 1854, dá novos estatutos aos cursos jurídicos, incluindo ao currículo dos cursos novas disciplinas como Direito Marítimo, Direito Administrativo, Direito Romano e Hermenêutica Jurídica. Além disso, o decreto transferiu o curso da cidade de Olinda para a cidade de Recife, dando uma nova denominação aos cursos, que passam do status de Academia de Direito para Faculdades de Direito. Ver: OLIVEIRA, José Sebastião de; TOFFOLI, Vitor. O ensino jurídico em nosso país no período imperial e no primeiro momento republicano, sua evolução histórico-metodológica e suas consequências na contemporaneidade. **Sistema Jurídico e Direitos fundamentais individuais e Coletivos**, v. 1, p. 8648-8675, 2012.

[8] "Em 1827, quando criaram as escolas de direito no Brasil, entre os exames preparatórios exigidos para ingresso estava o de retórica. Mais tarde, em 1838, foi criado no Rio de Janeiro o Colégio Dom Pedro II, equivalente ao Colégio das Artes de Coimbra. Suas cadeiras, inclusive a de retórica e poética, eram preenchidas por concursos e foram muitas vezes ocupadas por figuras de proa da cultura nacional. Várias teses de concurso foram publicadas. " (CARVALHO, 2000, p. 133). Para mais informações consultar: CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 1, n. 1, p. 123-152, 2000.

estavam inseridas, pois, como nos aponta Simões (2006) o conservadorismo foi mais forte na Escola de Direito do Recife do que na de São Paulo, embora ambas tivessem influências tanto liberais quanto conservadoras.

A cultura do bacharelismo no Brasil era ainda muito forte, e o lugar social desses formados em direito é de crucial importância para se compreender a formação do próprio Estado brasileiro (ADORNO, 1988). Na superação de um "espírito" das arcadas, como evidenciou-se no período colonial na formação coimbrã dos juristas para o Brasil, a centralidade da figura do bacharel influencia nos processos de urbanização e modernização característico do período republicano e mesmo antes deles (FREYRE, 2004). As condições históricas das regiões em que os juristas brasileiros se formam, os de Recife e os de São Paulo, influenciam na participação dos mesmos no campo político nacional. A maior proeminência de ação política desses juristas se consolida no campo paulista, enquanto que os de formação pernambucana enveredam pela disputa científico-epistemológica do pensamento brasileiro, mesmo que isso não seja condição estática da participação dos intelectuais.

A criação de cursos superiores no Brasil coaduna-se com a construção do Estado Nacional. Como nos aponta Cunha:

> O novo ensino superior nasceu, assim, sob o signo do Estado Nacional, dentro ainda dos marcos da dependência economia e cultural, aos quais Portugal estava preso, respectivamente, à Inglaterra e à França. Além disso, o ensino superior incorporou tanto os produtos da política educacional napoleônica quanto os da reação alemã à invasão francesa, esta depois daquela, (CUNHA, p. 2003, p. 153).

Os cursos de direito atraíam, majoritariamente, os jovens filhos da elite, que buscavam sobretudo formação para exercer funções administrativas. Isto porque, devido às reconfigurações do *Estamento Brasileiro*, houve a necessidade da criação de um *substrato intelectual*, e isso coube aos bacharéis, como nos aponta Schwarcz:

> Nas mãos desses juristas estaria, portanto, parte da responsabilidade de fundar uma nova imagem para o país se mirar, inventar novos modelos para essa nação que acabava de desvincular o estatuto colonial, com todas as singularidades de um país que se libertava da metrópole, mas mantinha no comando um monarca português. (1993, p. 141).

O papel dos bacharéis no Brasil Império se dá, sobretudo, porque eles serão os primeiros, juntamente com os literatos, a desenvolver reflexões sobre a realidade brasileira. As posições nessas instituições de ensino e seus exercícios políticos mostram como esses intelectuais atuam como classe intelectual e política, mas, até a década de 1870, o político é predominante, . Segundo José Murilo de Carvalho (1980) para esses indivíduos o cargo público não era apenas um serviço, como era para o político inglês ou para os que classificamos como

‘políticos’. Muitos filhos de fazendeiros dependiam dos vencimentos para sobreviver: na formulação weberiana de Carvalho, *viviam para a política, mas também da política. ”* (. 2010, p. 113 – grifo meu). O autor mostra a prioridade de bacharéis na vida política e social do Brasil, o que seria um diferencial:

> De qualquer modo, cremos ter ficado demonstrado que, ao lado da educação constituiu um importante fator de unificação da elite imperial, embora ao custo de sua representatividade. O domínio de funcionários públicos na elite política significava na verdade que os representantes da sociedade eram ao mesmo tempo representantes do Estado. Exatamente por isso tiveram êxito na tarefa de construção do poder nacional, embora tivessem fracassado na tarefa de ampliar as bases do poder. (Ibidem, p. 116).

Os bacharéis, assim como os demais intelectuais dessa época, como literatos, jornalistas, médicos, são marcados por alguns autores por seu estilo ornamental e “cordial” Autores variados como Sérgio Buarque de Holanda (2010), José Murilo de Carvalho (2000) e Paulo Mercadante (1972) apontam que o que ficou conhecido como cultura bacharelesca foi marcada por não respeitar os limites entre público e privado. Na avaliação crítica dos mesmos autores, os intelectuais da época eram contraditórios, pois sua formação apresentava-se mais enquanto performance do que em ação; em outras palavras, tendia a se resumir apenas à retórica, mostrando, muitas vezes de modo caricatural, traços fortes da influência do estilo de intelectual português.

Nesse sentido, Buarque (2016, p. 285) aponta que:

> Todo o nosso pensamento dessa época revela a mesma fragilidade, a mesma inconsistência íntima, a mesma indiferença, no fundo, ao conjunto social; qualquer pretexto estético serve-lhe de conteúdo. Pode-se aplicar a ele o que disse da filosofia Junqueira Freire, em sua autobiografia: ‘Era uma nova linguagem igualmente luxuriosa para dizer a mesma coisa. Nada de verdadeiro, tudo de belo, mas arte que ciência; mais cúpula que alicerce. ’

José Murilo de Carvalho (2002) fala que a educação superior serviu como um instrumento de unificação ideológica da elite brasileira durante o Império. Tendo em vista que a maioria da população brasileira era analfabeta, o acesso privilegiado à educação superior, que se concentrou na formação médica e jurídica, fez com que esses intelectuais criassem um estilo que os diferenciava do restante da população, o que se dava tanto na linguagem como nos gostos e nas vestimentas. O autor ainda aponta que a retórica, influência da tradição escolástica portuguesa, em que citar abundantemente autores era quase um vício, transborda para os modos pelos quais os intelectuais da época recorriam a conceitos, palavras e ideias, sobretudo estrangeiras, para convencer o público. Para o autor, “o argumento de prestígio, sobretudo o de autoridade, pertence à prática comum da retórica. [...]. Na ausência de prática cientifica,

permanecia a necessidade do argumento de autoridade. Citavam-se pesquisadores e pesquisas de outros países" (CARVALHO, 2000, p. 142.145).

Paulo Mercadante aponta como a vida intelectual se apresenta como um privilégio de uma minoria e como um modismo, sobretudo pela atenção a novidades teóricas europeias, influenciou significativamente os intelectuais brasileiros durante o Império.

> [...]volume e variedade de leitura, a atualidade com os modismos intelectuais oriundos da Europa e demonstrados através de exaustivas citações e supervalorizações de questões de forma se sobrepunham à preocupação com contribuições novas e originais. Os letrados e seus ismos utilizavam tais debates como um meio de firmar reputações, de alicerçar prestígios, de abrir caminhos às glórias intelectuais, de vencer as batalhas políticas. É nessa sociedade em formação em que um fosso de distância social separa o estamento dominante do restante da população e em que as manifestações de vida intelectual se constituem privilégio de uma ínfima minoria, que as ideias sociológicas procedentes da Europa começaram a penetrar em meados do século XIX. (MERCADANTE, 1972, p. 186).

Contudo, quando falamos do papel do intelectual, sobretudo dos bacharéis, vemos que o seu principal foi o de desenvolver o Estado por meios jurídicos. Ao ocuparem o espaço político no Estado, liderando o desenvolvimento de um conjunto de códigos, linguagens e leis, a classe se constituiu como um aparato da ordem imperial. Tal constituição foi contraditória: ao mesmo tempo que contribuiu para a manutenção dos poderes das oligarquias, em certa medida também abriu espaço para a contestação da ordem estabelecida. Segundo Aurélio Wander Bastos (2000, p.1): "a criação e formação dos cursos jurídicos no Brasil estão significativamente vinculadas às exigências de consolidações do Estado Imperial e refletem às expectativas das elites brasileiras comprometidas com o processo de independência". Por um lado, os bacharéis atendiam às vontades das elites em detrimento do restante da sociedade; porém, como dito, eles também abririam espaço para o embate e a contestação da ordem estabelecida, sobretudo a partir da liberdade de imprensa, implementada no Brasil em 1821.

4.2 AS BASES MATERIAIS PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Partindo da noção comum entre as interpretações da Independência, considera-se, resumidamente, que essa "Revolução da Independência foi o ponto de partida para construção de um sistema ideológico consistente, tendo como pilar a ideia de Nação, alimentada pela elaboração de *uma* História nacional, e, portanto, de *uma* historiografia que a cultivasse" (MOTA, 2008, p. 389, grifo do autor). Portanto, ter em conta e debater o imbricamento entre os fenômenos políticos e econômicos, de um lado, e a produção cultural, de outro, se faz fundamental para o entendimento da dinâmica das ideias. De um ponto de observação centrado na cultura, é assim que se pode observar a emergência de correntes literárias como o

Romantismo, as quais, em grande medida, orientam-se na formulação/condensamento de um *ideário nacional*. Esse "sentimento patriótico" de pensar o que veio a ser nomeado no século XX como *formação do Brasil* – especialmente em trabalhos como os de Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré e Celso Furtado – pode ser compreendido como uma necessidade programática da intelectualidade que se funda com a Independência e segue por mais de um século da produção de uma *intelligentsia* nacional (MOTA, 2008). No campo cultural, isso é evidente, uma característica explícita, e é justamente por isso que aquela necessidade pode ser percebida também no universo da política.

A questão da construção de uma nação era o termo paradigmático do século XIX. É nesse contexto que a questão territorial se põe também como elemento premente das ações do Estado imperial e das suas políticas. A guerras separatistas ganham o sentido que lhes cabem: de ameaça à consolidação de uma unidade nacional desse Estado imperial. Ou seja, partindo da relação direta entre formação nacional – nação, Estado e território – e as posições internas da intelectualidade, as guerras do período são fundamentais para se pensar os alinhamentos e, consequentemente, as clivagens internas desse grupo. O caso do Rio do Prata, por exemplo, se põe como um caso que consegue condensar as definições fundamentais das políticas territoriais, do modelo bélico e das prioridades impostas pelo Império. Gabriela Nunes Ferreira (2006) indica que esse fato na história da fronteira sul do Brasil é determinante para indicar os termos nos quais a política imperial iria seguir enquanto projeto nacional. A questão do Sul, como a Farroupilha (1835-1845) já havia demonstrado, é de fundamental importância para aquilo que estava a se montar: uma empreitada com foco na unificação territorial e política das terras brasileiras.

A grande questão em torno da qual a política nacional orbita durante período do Segundo Reinado, a saber, a manutenção dessa consolidação político-territorial do Brasil – visto que o Golpe da Maioridade (1840) tinha em seu núcleo a tentativa de redirecionar os ânimos populares e frear as revoltas separatistas que marcaram o Período Regencial (1831-1840) –, é o papel do Estado nessa estruturação da vida. Ou seja, o Estado e a política ainda seguem nesse ditame na fase pós-colonial brasileira. É essa articulação entre a política e a atuação do Estado que faz às vezes de núcleo fundamental das disputas político-partidárias. Com os já fundados dois partidos do período imperial – Partido Liberal e o Partido Conservador, instituídos respectivamente em 1831 e 1836 –, é possível compreender que as ideias políticas e filosóficas que os orientavam estavam diretamente associadas com as possibilidades de assimilação estatal, como um aspecto determinante da condição da intelectualidade ao longo do século XIX (COUTINHO, 2011). A dinâmica dos gabinetes de governo indica um processo de disputa

interna a esse campo político, sem perder de vista sua relação com um campo intelectual, de maneira geral.

Grosso modo, o Partido Liberal era alinhado com os interesses das classes médias urbanas, enquanto o Partido Conservador era fundado e orientado por latifundiários. Uma diferença primordial entre os partidos era a questão da centralização político-administrativa. Para os Liberais, havia a necessidade de autonomização das províncias e controle do poder monárquico, enquanto, para os Conservadores, a centralização era fundamental, pois se associava à preservação das hierarquias administrativas (COSTA, 2010). Essas posições em relação ao poder do monarca não surgem "apenas" de um alinhamento ideológico esterilizado da experiência nacional, isto é, impermeável a influências estrangeiras e ao que Bourdieu chamou, como vimos em capítulo anterior, de *circulação internacional de ideias*. Partindo disso é que se faz necessário pensar as condições da reorganização e das disputas dentro do Estado e de sua burocracia, a fim de apresentar as condições nas quais pôde emergir, em outras esferas, a radicalidade republicana e, de maneira mais geral, a contestação da legitimidade da monarquia. Ainda que em níveis diversos, essa contestação à estrutura da sociedade brasileira do século XIX espraia-se em esferas diversas, tomando forma política (Monarquia), filosófica (Positivismo), cultural (Romantismo) e econômica (Escravidão).

A centralidade da questão político-estatal se funda na condição do poder imperial, sobretudo na forma do Poder Moderador que dava condições especiais ao Imperador, ainda que se vendesse a imagem de uma Monarquia Constitucional que, em conceito, deveria limitar o poder do monarca. Contudo, não era essa a realidade nacional, o que viria a ter consequências diante da possibilidade de reestruturação da organização administrativo-política estatal pela vontade do Imperador – muito vinculada com a sua sensibilidade em torno dos conflitos políticos e sociais.

> A monarquia abrigou também um quarto poder, o Moderador, titularizado pelo imperador. Suas competências garantiam à Coroa supremacia sobre os demais poderes. A Constituição do Império entregava ao Moderador poderes para a nomeação e a demissão de ministros; a convocação extraordinária, prorrogação e adiamento da Assembleia Geral, composta de Senado e Câmara; a dissolução da Câmara; a suspensão de magistrados; o perdão de penas e a concessão de anistia. As prerrogativas incluíam ainda o veto sobre as decisões do Legislativo e a nomeação dos senadores, a partir de listas tríplices provinciais (FERRAZ, 2017, p. 67).

No tocante às mudanças no corpo político-administrativo, sobretudo em relação ao Gabinete do Império do Brasil e à ocupação da cadeira de Presidente do Conselho de Ministros, assim como indicado por pesquisas sobre o período (ALONSO, 2002; CARVALHO, 2010; FERRAZ, 2017; NEEDELL, 2009), o que interessa aqui é apontar que as disputas entre os partidos são índice das mudanças das relações de força e das bases nas quais essas fileiras

políticas fundamentavam sua capacidade de influência dentro do Estado imperial. Deste modo, em compasso com o acento sobre o enraizamento social do conhecimento de Mannheim, não se perde de vista a questão das ideias, mas elas são postas no mundo, "no chão", como formas de direcionamento de ações práticas. Nesse sentido, o primeiro sinal de indicação de que ideias liberais vinham ganhando condições materiais de implementar direção às ações políticas é o fato de que, logo após a promulgação do Decreto Imperial 520/1847 – responsável pela criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros –, D. Pedro II insiste na indicação de nomes provindos da ala liberal– José Carlos Pereira de Almeida Torres, Visconde de Macaé, e Francisco de Paula Sousa e Melo – que duraram 6 meses nos seus cargos, juntando os mandatos. Em 1848, trouxe o Partido Conservador para a frente do Gabinete, na pessoa de Pedro de Araújo Lima, Visconde de Olinda[9]. A instabilidade interna e a incapacidade da ala liberal em direcionar as políticas eram aspectos vinculados com algum nível de inabilidade estratégica, tornando o partido um instrumento político de pouca inserção e de baixo interesse ao poder monárquico. O Imperador faz uma mudança de lado partidário, então, "porque a fraqueza dos Liberais e a instabilidade dos radicais mostraram que o partido era um instrumento fraco. Ele compreendeu, acertadamente, que os Conservadores eram o partido mais forte" (NEEDELL, 2009, p. 20).

O contexto no qual essa perseverança conservadora no poder ministerial se manifesta é ainda a de quase nenhuma ameaça política à base econômica nacional, qual seja: o instituto da escravidão. Tal instituto permanece central com o deslocamento do centro econômico nacional que já está se tornando mais que evidente nesse período, a saber, a transição de uma economia centrada na produção canavieira para a que emerge dos cafezais – O centro político e econômico há muito já não era o Nordeste, responsável em um primeiro momento pela produção majoritária para o mercado externo nos séculos XVI e XVII, sendo assumido pelas Minas Gerais por volta do século XVIII e, ao final do século XIX, localizando-se no Vale do Paraíba, com a economia baseada no café (SALLES, 2008; SINGER, 1968, p. 22). A partir da década de 1850, dada a proibição da importação pelo tráfico de pessoas escravizadas, um contingente significativo de mão de obra foi deslocado maciçamente para o Sudeste em um longo processo de tráfico interno, Tal processo socioeconômico ofereceu, nos centros urbanos do Nordeste, com especial destaque a Recife e sua Faculdade de Direito, condições objetivas

[9] O Visconde de Olinda passa a ser uma das principais referências da política fundada no interesse monárquico assumida pelo Gabinete Imperial, sendo ele quem mais vezes ocupa o cargo (setembro de 1848 a outubro de 1849; maio de 1857 a dezembro de 1858; maio de 1862 a janeiro de 1864; maio de 1865 a agosto de 1866), alcançando quase 5 anos e meio na função.

de fazer surgir entre seus corredores intelectuais que defendiam a Abolição (mesmo numa região erigida, assim como todo o Brasil, pela escravidão).

O Partido Conservador perde contingente entre suas fileiras justamente a partir do momento em que medidas, ainda que tímidas, são tomadas na direção da limitação da escravidão. É assim que a Liga Progressista, que vai dar origem ao Partido Progressista, incorpora Pedro de Araújo Lima, agora Marquês de Olinda, e Zacarias de Góis. Ambos são nomes fortes na política imperial e representavam o interesse dos Conservadores. É essa ala recém-fundada na década de 1860 que fica à frente do Gabinete, ao menos até 1868, quando o Partido Conservador retorna e o Visconde de Itaboraí, Joaquim José Rodrigues Torres, ascende à cadeira de Presidente (FERRAZ, 2017). Essa derrota no campo institucional é determinante no esfacelamento do Partido Progressista e, ao mesmo tempo, fundamental para o fortalecimento de uma outra corrente política que se organiza como reação à guinada conservadora do gabinete (NEEDELL, 2009): o Partido Republicano, que vem a ser fundado em 1873, mas que tem seu manifesto formulado já em 1870. Para a fundação deste, houve a incorporação de liberais dissidentes, visto que o Partido Liberal vai se direcionando para uma posição pró-escravidão, enquanto os Conservadores seguem rumo à defesa da Abolição.

O que parece ser uma contradição em termos, para o caso brasileiro é o sentido mesmo da reorganização da economia nacional. Com a ascensão da cafeicultura, a mão de obra escravizada é central para a manutenção do latifúndio no Sudeste, enquanto o declínio da agricultura canavieira direciona as novas classes urbanas a defenderem a Abolição, visto que não cabe mais no universo urbano a preservação de um contingente de escravos. É esse processo que Gilberto Freyre (2004) identifica como a urbanização de uma sociedade patriarcal. É a remodelação da família, deixando de ter seu formato extenso – característico da fase da Casa-grande – e assumindo um tamanho reduzido, incorporando algo mais próximo do modelo nuclear contemporâneo, dada a condição dos sobrados. Ou seja, as classes abastadas dos centros urbanos não possuíam uma relação direta com a escravidão na determinação das suas formas de vida: sua renda, em boa medida, advinha de profissões liberais assumidas por bacharéis – muitas vezes filhos dos antigos senhores de terras – especialmente, como temos constantemente reiterado, na administração pública.

A perda de centralidade do Nordeste, especialmente do ponto de vista econômico e inevitavelmente político, se dá com a chegada do século XIX e a “redescoberta da agricultura” (PRADO JR., 2012; SINGER, 1968). O declínio da mineração direciona a produção exportadora nacional de volta à agricultura da cana que, já nesse novo momento, não é mais exclusividade do Nordeste. O processo de migração de mão-de-obra motivado pela descoberta

das minas proporcionou a existência de contingente de trabalho suficiente para esse novo empreendimento econômico. Rio de Janeiro e São Paulo passam a produzir e, assim, é nessa nova região que vão sendo erguidos os alicerces de uma economia fundamentalmente agrária e voltada à demanda externa. Contudo, quando se trata de analisar a fisiologia da economia nacional, seu caráter voltado àexportação é mais decisivo do que necessariamente aquilo que se produz. Por volta da década de 1830-1840, o café desponta como principal item de exportação, alcançando a taxa de 43,8%, enquanto o açúcar desce à casa dos 24% (SINGER, 1968, p. 28). Esse processo de substituição é contínuo, ao ponto que, na última década do referido século, o café passe largamente da faixa de 60% da taxa de exportação. Esse processo é que vai colocando sobre os liberais históricos a responsabilidade de lidar com o problema da escravidão. Em seus núcleos no Sudeste, acaba ocorrendo o retrocesso político desse grupo, o que leva a uma necessária cisão entre defensores dos interesses escravistas e aqueles que não estão diretamente vinculados às oligarquias rurais e, por conta disso, podem empreender a sua crítica à base econômica do Brasil que é a escravidão. Nesse sentido é que, por uma questão histórica, as classes médias urbanas recifenses, desconectadas em grande medida de uma aristocracia rural decadente econômica e politicamente, seguem rumo à crítica não apenas da Abolição, mas também do regime monárquico.

Ao longo da história do Império, quando considerada em consonância com sua história econômica, é possível perceber o imbricamento entre esses partidos, as bases sobre as quais a monarquia preservou-se e os alinhamentos ideológicos concomitantes a toda essa dinâmica que reverbera na crítica à legitimidade do Império. Nesse sentido, é possível perceber que o processo de mudanças das bases sociais dos partidos, suas remodelações e o fomento de críticas ao Estado monárquico podem ser compreendidos em junção com o desenvolvimento do pensamento filosófico. É assim que, adiantando o debate, a chamada *crise do Império* foi determinante em possibilitar a emergência do pensamento da Escola de Recife e das bases sobre as quais esse pensamento se põe enquanto crítica do Positivismo, do Catolicismo e do Patriarcalismo de base rural (ALONSO, 2002; BARBOSA, 2010).

Dada a herança do modelo de atuação da intelectualidade dentro do Estado, voltada especialmente para a sua incorporação dentro de um quadro burocrático que se renovara diante do rompimento político com Portugal, esse grupo passa de um "tipo-ideal do intelectual esclarecedor, reformista ilustrado e universalizante para o de intelectual particularista alinhado na tarefa patriótica na construção nacional" (CANDIDO apud MOTA, 2008, p. 422). Deste modo é que as ideias políticas e as ideias filosóficas são intrinsecamente conectadas e, ao longo do século XIX, chegando até mesmo no século XX, as posições da intelectualidade nacional

não podem ser compreendidas sem a sua vinculação com o ordenamento do Estado – tanto nas questões da sua forma quanto da sua "natureza". Aquilo que José Murilo de Carvalho (2008) chama de "construção da ordem" é, justamente, o processo de formação e estabelecimento do ordenamento estatal, i.e., do poder imperial em seus critérios jurídicos, sociais, políticos e filosóficos. Essa relação direta entre a formação intelectual dos bacharéis e a incorporação burocrática é aspecto determinante de uma primeira fase dessa relação Estado-intelectuais, pois, de acordo com Carlos Nelson Coutinho (2011), a emergência de intelectuais conservadores e contestadores só pode ser pensada a partir das mudanças dessa relação. Isto ajuda a compreender por que apenas na República os intelectuais da Escola de Recife foram incorporados ao debate público como intelectuais não mais "autonomeados" em sua responsabilidade de pensar e construir o Brasil, mas sim tendo essa função a eles "outorgada" (ALONSO, 2002).

Os dois principais nomes de uma "primeira geração" da Escola de Recife, Tobias Barreto e Sílvio Romero, se voltam para a crítica permanente das bases jurídicas e filosóficas do Estado imperial e da intelectualidade nacional. Tobias Barreto desponta como o principal determinador do caminho a ser seguido pela "Sociologia anti-sociológica" desenvolvida por ele e por aqueles que o tinham na posição de fundador de um estilo de pensamento. Contudo, essa nova perspectiva político-filosófica não pode ser generalizada em uma unidade perfeita, visto que, desde as análises de Sílvio Romero, passando por Clóvis Beviláqua e chegando a Antonio Paim, é possível perceber a importância de diferentes fases de construção desse pensamento para qualquer tentativa compreensão da Escola de Recife (CONCEIÇÃO, 2001). Ao que interessa aqui, considerando a confluência entre os dois primeiros – contemporâneos de Tobias Barreto –, a crítica cultural voltada à poética e, por sua vez, ao Romantismo caracterizam uma primeira fase do pensamento do autor. Tal crítica cultural de orientação literária é seguida e condensada em uma crítica de caráter filosófico e, por fim, assume o seu formato jurídico. Nesse sentido, Sílvio Romero também segue caminho similar, e suas obras tangenciam todos esses campos.

4.3 O MOVIMENTO CONTESTADOR DA ESCOLA DE RECIFE

A centralidade de uma "cultura bacharelesca" não se perde completamente. Os bacharéis ainda constituem um grupo de destaque, o qual se distingue dos grandes proprietários de terras pela sua formação. Seria característico do Brasil oitocentista a posição dos bacharéis como um grupo que vai se separando da relação clientelista entre eles e os latifundiários. Não deixam de ser resultado da própria estrutura socioeconômica do latifúndio (p.ex., devido ao

financiamento familiar de sua formação mesma, frequentemente possibilitado por recursos oriundos da economia latifundiária), mas conseguem uma *autonomia relativa* em relação a essa esfera de determinação da vida social da época, justamente quando a sua incorporação por parte do Estado é embasada em uma formação de legitimidade técnica. Contudo, não é possível desconsiderar o alinhamento que esses intelectuais possuíam com a reafirmação da estrutura social imperial. É nesse sentido que algumas questões do pensamento filosófico da época podem servir para compreensão do processo de disputas internas ao campo da intelectualidade, pensando os termos nos quais a Escola de recife surge enquanto *movimento contestador* em grande medida – apesar de não romper em absoluto com a ordem.

O principal ideário filosófico instalado nas Faculdades de Direito era a escolástica (CARVALHO, 2000; PAIM, 1986). De acordo com José Murilo de Carvalho (2000), a escolástica fundamentou um aspecto determinante da condição de intelectual do século XIX, qual seja: *a retórica enquanto forma*. Com isso, o que se quer dizer é que a fundamentação filosófica do pensamento do período imperial era caracterizada com uma diversa e extremamente variada referência a intelectuais de multíplices correntes, com o intuito de demonstrar ilustração e, ao mesmo tempo, reafirmar um distanciamento desse grupo em relação a um senso comum pouco instruído. Antonio Paim (1986), em seu estudo sobre o pensamento filosófico do Brasil, indica que um aspecto característico desse universo era a normalidade do ecletismo, ou seja, a incorporação variada de correntes filosóficas. Esse ecletismo característico da intelectualidade do Império, mesmo diante das variadas e muitas vezes controversas incorporações e uniões de diferentes correntes, pode ser compreendido como determinante da legitimação de uma ordem social estabelecida. Nos limites mannheimianos de *ideologia* e *utopia*, a ação dos intelectuais pode ser "medida" com maior completude ao se ter em conta o seu caráter político (MANNHEIM, 1972). Partindo disso é que a escolástica e o direito positivo, manifestações do pensamento conservador alinhado com o catolicismo em defesa da monarquia, pode ser compreendido como a ideologia da fase imperial, ao passo que a Escola de Recife, com especial destaque ao *culturalismo* desenvolvido em suas bases por Tobias Barreto e incorporado também por Sílvio Romero nos estudos de direito, apresenta-se como um pensamento utópico mais alinhado com a vertente republicana.

Mesmo o liberalismo sendo uma relativa novidade intelectual entre as letras brasileiras, como um conjunto de ideias incorporadas à crítica à monarquia – no mote francês – ou em sua defesa – dentro de uma perspectiva constitucionalista, seguindo o modelo inglês – , o pensamento político e social do século XIX não pode ser reduzido a essa corrente. A relação com liberalismo foi determinante para a dinâmica político-partidária do Segundo Império,

alimentando, inclusive, a dissidência republicana do Partido Liberal que dá origem, em 1870, à ala republicana. Contudo, o que difere o movimento da geração de 1870 da Escola de Recife é mais apreensível quando se considera a oposição das referências desses intelectuais. De um lado, o Positivismo dogmático da última fase comteana – alinhamento francês – e, de outro, o Culturalismo de caráter sociológico – de base geral germânica. Tobias Barreto é o principal expoente desse antagonismo, pois indica as limitações da metafísica positivista incorporada pela corrente do determinismo biológico nos estudos sociais de sua época. Através do culturalismo, Barreto foi capaz de conceber uma noção de direito que se fundamentara nas especificidades histórico-sociais, rompendo com a noção de que o fenômeno cultural – e o direito como produto da cultura – fosse vinculado a elementos naturais constituintes da humanidade (CARVALHO, 1998; CHACON, 2008; BARBOSA, 2010). Antonio Paim (1986) indica que as bases do pensamento de Tobias Barreto já estavam presentes em seus primeiros escritos, ou naquilo que ele define como uma primeira fase de seu pensamento, e segue como aspecto determinante nos escritos políticos de Sílvio Romero – com especial destaque à discussão desenvolvida em seu *Parlamentarismo e presidencialismo na República brasileira*, obra de 1893 que discute a forma política nacional tendo em primeiro plano a especificidade da história político-social e, portanto, fazendo a defesa do presidencialismo como a forma de governo cabível ao Brasil.

No contexto de sua formação, Tobias Barreto se depara com a centralidade que o Positivismo tem enquanto corrente filosófica, centralidade que, em grande medida, está associada com o pensamento católico e a defesa da monarquia – aspecto que se manifesta especialmente no campo literário (BARBOSA & ARAÚJO, 2018), ainda que seus agentes não atuem exclusivamente nessa esfera (SIMÕES, 2011; 2017). Os termos defendidos por Tobias Barreto estão fundamentados na crítica permanente ao Positivismo, especialmente durante a década de 1880, quando alinha-se com perspectivas neokantianas mesmo antes da incorporação dessa corrente no Brasil[10]. O pensamento filosófico de Barreto não deixa de voltar-se à compreensão da complexidade nacional e de seus condicionantes históricos, com especial destaque ao problema do atraso nacional. De maneira geral, como já sublinhamos, essa questão era o cerne do pensamento intelectual voltado às questões nacionais: quais eram as causas do atraso do Brasil em relação aos países desenvolvidos? Para o Positivismo hegemônico de então,

[10] Tobias Barreto assume que isso se deve à sua leitura de Schopenhauer, o qual, já na Alemanha, por sua vez, empreende a defesa de um retorno a Kant, dirimindo as leituras de idealistas que Schopenhauer criticava ferozmente, como Schelling e Hegel. Nesse sentido, Tobias Barreto é o responsável por promover esse mesmo movimento no Brasil e, deste modo, adianta uma tendência na filosofia nacional que viria a ganhar força no século XX (CARVALHO, 1998; PAIM, 1986).

a questão racial era o caminho de explicação para o fenômeno, a partir de uma retórica naturalista em associação com uma versão de "darwinismo" social. A miscigenação era vista como o fenômeno que mantinha o Brasil passos atrás do desenvolvimento, e nesse sentido é que o darwinismo ganha força em seu determinismo de base biológica. A Sociologia da época, como era comum no mundo em certa medida, era a consideração da leitura positivista da sociedade como a ciência da sociedade por excelência, como a Sociologia que haveria de ter vencido a disputa entre as outras correntes filosóficas. Em um país fundado econômica e politicamente na escravidão, a recepção de ideias centradas em um determinismo biológico tomava ares de ciência da sociedade e, justamente por isso, dado o alinhamento crítico dessa ciência ao pensamento comteano, Tobias Barreto formulou seu pensamento como uma "antisociologia". Para isso, o seu antipositivismo se fundava em um ecletismo que ele mesmo absorveu: historicismo de Victor Cousin, a crítica imanente (e negativa) de Immanuel Kant e um monismo orientado por Ernst Haeckel e Ludwig Noiré (CONCEIÇÃO, 2001).

Tobias Barreto é visto por muitos autores que comentam sobre a geração de setenta, até mesmo pelo seu colega e discípulo Silvio Romero, como o líder do grupo de intelectuais mais tarde conhecido como Escola do Recife. O intelectual sergipano nasceu no dia 07 de junho de 1839 na Vila de Campos em Sergipe, sertão nordestino, filho mestiço de Pedro Barreto de Menezes e Emereciana Menezes, família de origem pobre. Iniciou o curso de primeiras letras orientado pelo professor Manuel Joaquim De Oliveira Campos, e depois teve aula de latim com o Padre Domingos Quirino, obtendo o título de professor substituto de latim posteriormente, o que lhe conferiu certo prestígio, visto que a língua latina "enobrecia" segundo os critérios então vigentes, principalmente no caso dos mestiços. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1869, onde também foi professor no período de 1881 a 1889. Dedicou-se aos estudos filosóficos e jurídicos, paralelamente à atividade de poeta. Foi influenciado pelo monismo, sobretudo o advindo de Haeckel. É considerado um dos primeiros a introduzir as teorias germanistas (culturalismo) na Faculdade de Recife e no Brasil. Foi um destacado membro da Escola de Recife, sendo considerado por Silvio Romero como um iniciante, ao seu lado, de uma corrente filosófica no Brasil. Casa-se com Graça Mafalda dos Santos em 1869, com quem tem nove filhos. Filia-se ao Partido Liberal em 1870 e passa a defender as ideias liberais em jornais da época. Em 1871, deixa Recife e se muda para Escada, onde passa a exercer cargos políticos e cria seu primeiro jornal editado com tipografia própria. Em 1875, publica seu primeiro livro.

Tobias Barreto era filósofo, jurista, poeta e deixou como legado uma gama de escritos, os quais, segundo depoimento de Hermes Lima por volta dos anos de 1940 (1943), eram "os

menos lidos pelas novas gerações. As primitivas edições de suas obras são hoje raridades bibliográficas" (HERMES LIMA apud VENANCIO FILHO, p. 07). Vamireh Chacon afirma que atacar o jurista sergipano e a Escola de Recife tem sido habitual nas "interpretações das interpretações" do Brasil, mas, para o autor, sucede que "excluir Tobias e seu grupo, implica em quebrar um elo da cadeia do pensamento brasileiro" (CHACON, 2008, p. 38). Pois ele encabeça um movimento intelectual cientificista de grande importância para a construção do pensamento social e jurídico brasileiro, como nos aponta Silvio Romero, amigo e grande influenciador de Tobias.

> A ação por mim e por Tobias Barreto iniciada neste País, a princípio contra o positivismo de Comte, eu em prol do evolucionismo spencerianista, Tobias em prol do monismo transformista de Haeckel e Noire, não tem sido de todo perdida. Os nomes de Tito Lívio de Castro, Estelita Tapajós, Marcolino Fragoso, Oliveira Fausto, entre jovens médicos e os de Samuel de Oliveira e Liberato Bitencourt, entre outros jovens engenheiros militares, garantem-me que estou a afirmar a verdade. Não quero dizer que com estas palavras que estes dignos brasileiros tenham aprendido tudo comigo e com Tobias Barreto; desejo apenas consignar que nosso ensino, diverso na essência das ideias e similar na ação crítica, teve a honra de achar agasalho, direta ou indiretamente, nas almas entusiastas de tão distintos patrícios (ROMERO Apud ALMEIDA, 2008, p. 26).

Barreto, mesmo sem pretensão alguma, fez *Escola*, chamada por alguns de forma irônica como teuto-sergipana, em referência ao seu apreço pelo germanismo. Para o sergipano, o direito não era algo natural, vindo de um ser divino, mas algo construído historicamente, um produto cultural. A influência do germanismo em seu pensamento pode ser percebida, dentre outras coisas, pela grande quantidade de livros alemães em sua vasta biblioteca pessoal que continha cerca de 437 livros, sendo 102 deles em alemão. A biblioteca foi vendida ao governo de Pernambuco, em ação intermediada por Artur Orlando e Silvio Romero devido a necessidade de ajudar a viúva de Tobias e seus nove filhos, que ficaram em condições financeiras precárias depois da morte do pai. No campo do direito, Tobias elabora uma ciência do direito adequada ao contexto e imbuída de crítica, contrapondo-se às ideias ortodoxas de Comte, autor francês criador do positivismo que muito influenciou o pensamento cientificista brasileiro no séc. XIX. Tobias só aceita do germanismo a "intuição crítica, apta a revigorar a nossa própria individualidade nacional. " (BARRETO apud CHACON, 2008, P. 39). Embora o encanto pelas teorias alemãs fosse visto, em certa medida, como demasiado, o germanismo propiciou um teor crítico e inovador ao pensamento intelectual brasileiro, como nos aponta Hélio Jaguaribe:

> O germanismo de Tobias, frequentemente ingênuo quase sempre desmedido, representou, não obstante, outra dimensão de senso crítico. Foi Tobias o primeiro a perceber os maus efeitos que produzia no Brasil a excessiva influência francesa, que até há alguns anos era a única importante influência

> europeia sofríamos. Compreendeu a medida em que tal influência estimulava nossa propensão para o literatismo superficial. E destacando, ainda que exageradamente, a importância da cultura alemã, não somente se propunha a contrabalançar a influência francesa e abrir novos horizontes à inteligência brasileira como, por outro lado, no puro terreno da comparação de valores, pronunciava um juízo de preferência objetivamente justificado. Na verdade, desde os fins do século XVIII que declinou o poder criador da França – há aturais exceções, como Bergson – ao passo que se foi acentuando o peso da contribuição alemã. Houvesse a germanofilia de Tobias alcançada a repercussão que ele pretendia dar-lhe e a subsequente evolução da cultura brasileira teria sido mais fértil. (JAGUARIBE apud CHACON, 2008, p. 38).

Tobias Barreto foi um intelectual diferenciado para o contexto em que viveu. Apesar da sua condição de mulato, fato que pesava muito em época na qual as teorias raciais estavam em voga, ele conseguiu a admiração de vários de seus alunos. Por outro lado, também teve seus desafetos e sofreu para conseguir espaço como professor, visto que o apadrinhamento naquela época contava muito para que nem não fosse um homem de posses. Graça Aranha, outro membro da Escola de Recife, menciona que o concurso de Tobias Barreto em 1882 marca o ápice da Escola de Recife. Aranha, que depois seria um mediador fundamental entre a geração de Nabuco e aquela dos modernistas de 22, mostra grande admiração por Tobias Barreto, apreendendo em seu pensamento e em suas ideias um horizonte novo em meio ao conservantismo vigente na Faculdade de Direito de Recife. Para o autor, a maior lição do mestre Tobias "foi a de pensar desassombradamente, a de pensar com audácia, a de pensar por si mesmo, emancipado das autoridades e dos cânones".

Como dissemos, a notável inteligência de Tobias Barreto gerava tanto admiradores quanto desafetos. "O nosso Tobias Barreto, que já a este tempo era considerado um grande germanista e, assim, frequentemente chasqueado pelos seus invejosos desafetos" (LOBO apud VENANCIO FILHO, 1982, p. 100). Tobias Barreto foi professor lente substituto na Faculdade de Recife durante tempo significativo, alcançando uma cátedra apenas em 1888, um ano antes de sua morte. Durante o magistério, ficou responsável por lecionar Direito Natural, cadeira que abrangia desde o positivismo à filosofia do direito de Jhering. Nessa atividade, o objetivo do professor sergipano era romper com a ideia natural do direito e mostrar que, na verdade, ele era fruto da cultura humana e podia ser medido qualitativamente por uma moral de base racional[11].

[11] Na esteira de Kant, as noções de moral e direito em Tobias Barreto dizem respeito a uma relação entre a faculdade individual e a sensibilidade do real. Nesse sentido, Barreto compreende que não é a uma razão ideal, pensada em termos de condição deslocada da realidade, que são devidas as condições da crítica e da compreensão do mundo. O que importa é uma razão próxima das condições objetivas, mas ponderada pela racionalidade. Nessa sua crítica ao direito natural, Tobias Barreto apoia-se na *Crítica da razão pura* de Kant e rompe radicalmente com as noções conservadoras do direito natural, ainda que preserve algum nível de naturalismo. Ele chega a considerar as esferas da natureza e da desigualdade como condições materiais, mas que não escapam, contudo, ao crivo da razão (CARVALHO, 1998).

Ele ministrava outras cadeiras nas áreas de Economia Política, Filosofia do Direito, Direito Público – segundo depoimentos de época, costumava ser ovacionado por alunos que admiravam sua brilhante oratória. Sua influência no campo do direito é tão forte que o seu *Menores e Loucos* (1884) é considerado por alguns a monografia mais importante da literatura penal brasileira. (VENANCIO FILHO,1982).

Tobias não foi um homem apático a realidade social, política e economia do seu tempo; ao contrário, teve participação nas lutas abolicionistas e republicana. Posicionou-se em favor dos negros e mestiços em seus poemas, a exemplo de *Lenda civil* de 1865. Libertou os escravos herdados do sogro e defendendo-os em comícios e em artigos na imprensa abolicionista. Sendo um "antimonarquista, embora não ingenuamente republicano, para Tobias as fórmulas precisavam ser preenchidas social e economicamente", e ele "lutou inclusive e ainda pioneiramente pela industrialização do Brasil em 1883" (CHACON, 2008, p. 42), e assim Tobias Barreto desponta como expoente daquilo que pode ser considerado uma sociologia antes dela se instituir, pois fundamenta-se em seu caráter duplo: negativo e propositivo (BARBOSA, 2010). O sergipano morreu em 26 de agosto de 1889 quase jogado ao ostracismo intelectual, porém deixando sementes fecundas na história do pensamento social e jurídico brasileiro.

4.4 A CONSOLIDAÇÃO DA GERAÇÃO DE 1870 COMO INTELLIGENTSIA

A possibilidade de considerar as imbricações entre as faculdades de Direito e Medicina no século XIX com a política nacional é ponto pacífico nos estudos sobre pensamento político brasileiro (ADORNO, 1988; CARVALHO, 2010). As contribuições dos estudos de pensamento social acerca da confluência dos debates entre faculdades aparecem através das considerações sobre as influências científicas gerais desse período. Menos como uma importação acrítica, uma suplantação mecânica e tosca das teorias europeias, e mais como resultado das relações entre o contexto brasileiro desse século e as capacidades explicativas das filosofias sociais do período, no Brasil se desenvolvem certas correntes teóricas muito específicas que, logo incluídas pelos entusiastas professores nas faculdades, passam a se consolidar no campo intelectual tupiniquim mesmo com resistência de outros grupos. *É nesse campo que as teorias positivistas e evolucionistas conseguem se desenvolver, com especial enfoque a um determinismo biológico característico, mas não absoluto.*

O nome de Augusto Comte (1798 - 1857) aparece como um grande marco para o pensamento filosófico ao longo do século XIX no Brasil e na Europa como um todo (PAIM, 1985), especialmente na França. A presença de Comte no pensamento filosófico daquele século marca posições entre "ortodoxos", que acabam por cair em certo proselitismo, e críticos que

estabeleciam reprimendas a um certo determinismo e a seus projetos para além do campo do pensamento científico. Nesse contexto, pensamento social e estudos da biologia se relacionam, em especial depois da publicação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin (1809 - 1882) em 1859, que também estabelece um marco para o pensamento da modernidade que se consolidava. A experiência dessa modernidade estava diretamente vinculada com uma ideia de progresso, ainda mais quando se percebiam as mudanças derivadas das transformações políticas e tecnológicas que vinham se consolidando desde o final do século XVIII. Essa ideia de progresso, tão cara ao projeto da modernidade ascendente, consolida-se nas ciências como um todo. As próprias perspectivas do positivismo não podiam ser entendidas sem se levar em conta que, naquele momento, as rupturas entre Estado e religião, assim como a defesa do desenvolvimento das ciências e tecnologias, faziam parte de um todo um conjunto de projetos de sociedade que superariam paradigmas societais do estágio pré-moderno.

Apesar de ser um tanto generalizado o aspecto racial na compreensão do Brasil, é considerável ponderar acerca das duas posições mais influentes entre as referências determinantes desse campo cientificista de análise nacional (SCHWARCZ, 1996). Os deterministas biológicos, assim mais vinculados com um materialismo organicista típico de um haeckelianismo, emergem em terreno arado por um positivismo comteano, como era o Brasil mais da metade do século XIX. Os pensadores dessa vertente, considerando aqui os tradicionais ortodoxos das correntes de pensamento, buscam refletir sobre o Brasil observando uma composição puramente racial e, assim, considerando as hierarquias e dando base para uma estratificação social e o fatalismo sobre o futuro da nação. Dada a suposta degeneração dos povos inferiores associados com os brancos no Brasil, a mestiçagem reservaria apenas os traços negativos de cada povo – em especial os já "degenerados" negros e indígenas – em detrimento dos pontos positivos que ajudariam a redenção do povo e da nação. Esses traços positivos adviriam da parcela branca da população que, em valores propriamente superiores inclusive no caráter e na moralidade, poderiam ser os elementos para a possibilidade de superação do Brasil do seu estado de letargia econômica e social.

Em contrapartida a um cenário científico muito voltado aos estudos biológicos, os deterministas sociais aparecem como críticos ao determinismo biológico-racial consolidado da época. Recorrendo ao entendimento das condições sociais, a partir especialmente da influência de Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play (1806-1882), seria possível analisar as condições do desenvolvimento dos indivíduos. Os recursos disponíveis para a progressão dos grupos sociais não deveriam ser considerados como um dado inferior, postos em suspensão e suspeição pela primazia da determinação da raça. Ao contrário, os estudos dessas condições materiais seriam

fundamentais para a compreensão das possibilidades de desenvolvimento da sociedade como um todo, pois, como Le Play considera relevante, a base da formação dos indivíduos é a família, graças ao seu caráter de esfera primeira de socialização dos indivíduos.

Em compasso com as lições da sociologia do conhecimento mannheimiana, para pensar Tobias Barreto e suas interpretações sobre a questão feminina no século XIX, é preciso refletir sobre a instituição e o(s) grupo(s) em que o autor estava inserido. A Faculdade de Direito de Recife aparece como a instituição que condensa intelectuais que ensaiam reflexões sociológicas de caráter sistemático, intensamente comprometido com o que se compreendia enquanto ciência à época. Essa instituição não se resumia ao seu aspecto físico, é claro, pois a perspectiva desenvolvida em seus corredores e trabalhos não se restringia a Recife. Nesse contexto de disputas acirradas entre grupos políticos – liberais e restauradores; republicanos, democratas e monarquistas –, com a questão da autenticidade da sociedade brasileira sob os holofotes, além do campo científico ganhando centralidade dada a função prática desses bacharéis em relação ao Estado e a sociedade, o pensamento social e político brasileiro toma contornos que confundem os limites entre esses dois campos.

Os dois fundadores da Escola do Recife, Tobias Barreto e Silvio Romero, eram da Faculdade de Direito do Recife, assim como alguns outros continuadores, como Arthur Orlando e Martins Júnior. Porém, como um movimento de ideias novas, a Escola não se restringiu aos limites da Faculdade de Direito e à província, a escola teve influência e adeptos no Maranhão, na Bahia, no Ceará e no Rio Grande do Sul.[12] Como aponta Conceição (2011), é preciso ressaltar que nem todos os membros do movimento eram da Faculdade, ao passo que também havia professores vinculados à Faculdade que teciam fortes críticas ao grupo da geração de 1870, inclusive ao seu corifeu Tobias Barreto. Ressalta-se que "toda essa luta se fez fora da Faculdade, à margem dos seus professores e, às vezes, contra alguns desses professores" (RABELLO, 1997, p. 26), sobretudo contra as velhas doutrinas que eles reproduziam.

A Faculdade de Direito do Recife mantinha fortes laços com a Igreja, com muitos professores apresentando perfil católico. De resto, como afirma Sérgio Adorno, "a organização dos cursos jurídicos reproduziu, no âmbito acadêmico, a difícil síntese entre patrimonialismo e liberalismo que marcou a nascença do Estado Brasileiro" (ADORNO, 1988, p. 149).

> Neste período, no corpo docente da Faculdade, podem ser identificados dois perfis ideológicos: os de forte concepção católica, como Manuel Mendes da Cunha, Brás Florentino de Souza, José Soriano de Souza; e os espiritualistas,

[12] Como apontam Freyre (1971) e Conceição (2001), da Faculdade do Recife saíram homens que desempenhariam funções de estadistas no Império, a exemplo de Nabuco de Araújo, Barão de Cotegipe, Souza Dantas, Visconde do Rio Branco, Joaquim Nabuco, João Alfredo, Rui Barbosa, Rosa e Silva, Epitácio Pessoa, Araújo Lins (Marquês de Olinda), entre outros.

> mas com a defesa de princípios de liberdade, que são: Aprígio Justiniano da Silva Guimarães, Pedro Autran da Mata Albuquerque, João Silveira de Souza. Coabitavam na mesma congregação liberais conservadores e radicais, conciliava-se o tradicional com o moderno. Entretanto a reação católica conservadora irá predominar a partir de então. (CONCEIÇÃO, 2001, p. 45).

A Escola do Recife foi estudada por vários intelectuais, a exemplo de Vamireh Chacon (1969,2008), Nelson Saldanha (1995), Antonio Paim (1966). Sempre há uma discussão, na literatura especializada, sobre se o nome "Escola" se justificaria efetivamente como identificação de uma unidade de grupo e pensamento no caso do movimento de 1870 iniciado pela dupla sergipana. E pode-se concluir que não há uma conclusão uníssona sobre essa questão. Alguns outros intelectuais, a exemplos de Ângela Alonso, Hermes Lima, José Verissimo e Carlos Laet, consideraram a escola do Recife como "uma tradição inventada" (ALONSO, 2002, p. 134).

> O nome de Escola parece realmente exagerado para o movimento de Recife. Mas a agitação intelectual que ali se processou não só foi deveras brilhante, como adquiriu caráter mais ostensivamente iconoclasta dos antigos padrões mentais que o de qualquer outra região. Este movimento exprimia, claro está, um sintoma das transformações materiais e sociais por que estava passando o Brasil, sintoma que se repetia um pouco por toda parte. Mas o movimento de Recife tinha um cenário mais amplo, era mais arregimentado, partida de um centro tradicionalmente respeitado, como a Faculdade de Direito, e versou principalmente idéias gerais no campo da filosofia, das ciências políticas, sociais e jurídicas, ideias que expressavam melhor os anseios do espírito e da cultura que os temas especializados em já se sobressaíam, como José Veríssimo apontou, diversos homens ilustres. (LIMA apud VENANCIO FILHO, p. 94).

Contrapondo-se a essa ideia, Hélio Jaguaribe assevera que "constitui a Escola do Recife, juntamente com o positivismo, e, em época posterior, com o catolicismo de Jackson, um dos três únicos exemplos de um movimento intelectual brasileiro que formou escola e perdurou além da geração dos fundadores" (JAGUARIBE apud CHACON, 2008, p. 38). Por seu turno, Vamireh Chacon, em *História das ideias sociológicas no Brasil* (1969, p. 13), aponta que "não adianta discutir se houve ou não uma 'Escola', ou se seus corifeus tiveram um papel maior ou menor na Cultura Brasileira. Principalmente Tobias Barreto, Sílvio Romero, Artur Orlando e Clóvis Beviláqua emergem com destaque em vários setores da vida cultural". Curiosamente, mesmo afirmando que não adiantava discutir o tamanho do papel da Escola, Chacon afirma que a Escola do Recife foi o maior movimento de ideias na América Latina.

Uma perspectiva que procura identificar tanto a unidade quanto a diversidade na Escola do Recife é a de Clóvis Beviláqua, o qual aponta que o movimento da Escola do Recife não apresentava uma rigidez "no conjunto de princípios, uma sistematização definitiva de

ideias, mas sim uma orientação filosófica progressiva que não impedia a cada um investigar por sua conta, ter ideias próprias, contanto que norteados cientificamente" (VITA, 1968, 1998);

> Contra a Ilustração Brasileira levantou-se [...] Mentalidade Católica Conservadora, com a missão reacionária de defender o Brasil dos idos imperiais os direitos do passado contra as necessidades do presente e as exigências do futuro. Para isto, faz apologia do ultramontaníssimo, definindo o darwinismo como 'doutrina herética', uma novidade científica funesta à religião', enquanto entendia por revolução 'o esforço satânico para constituir uma sociedade sem Deus' (tanto que foi proposta a inclusão de um artigo no Código Pensal, cominando com a prisão de cinco a quinze dias os membros de sociedades que tivessem por objetivo a propagação de doutrinas contrárias a existência de Deus e à mortalidade da alma ou ainda se trabalhassem para a abolição da religião privilegiada), contrapondo assim aos direitos do homem os sacrossantos Direitos de Deus. Essa mentalidade católica-conservadora era adversária natural da mentalidade ilustrada (VITA, 1968, p. 198).

É assim que o lugar sociogeográfico onde emergiu uma escola de pensamento com intenções a resolver o "problema nacional" ganha tamanha centralidade, devendo ser compreendida nessa complexidade de seu próprio tempo. A Faculdade de Direito de Recife – sediada na capital do estado a partir de 1854 – pode ser entendida como uma instituição que organiza uma escola de pensamento, na medida em que se trata do lugar onde difundiu-se, e discutiu-se com veemência, as questões do Brasil, intercambiando as questões da cultura, política, ciência e direito que perseveraram no modo de se olhar o país para além dos seus fundadores. Para além de seus próprios muros e mesmo dos seus principais nomes, o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil teve imensa impulsão graças à *produção cientificista* nessa instituição que estabelecia relação direta com um "pensar o Brasil", bem como à atuação política desses mesmos integrantes, além de sua influência a nível nacional e em outras faculdades (CHACON, 2008).

5 A MULHER NA (ANTI) SOCIOLOGIA DE TOBIAS BARRETO

O ensino deve ser público e gratuito
Tobias Barreto

A segunda metade do século XIX, especificamente no último quartel, foi marcada por uma efervescência cultural, social, política e econômica. Pautas como o fim da escravidão, os direitos das mulheres e o acesso à educação tornam-se presentes nas produções e nas reivindicações do segundo oitocentos. As mulheres que lutaram por essas pautas foram por longo tempo invisibilizadas, de modo que suas produções não compunham o cânone sobre esses temas. Este é o caso ainda que grande parte dos jornais e folhetos da época tragam contribuições e produções intelectuais de mulheres que se manifestavam sobre essas temáticas, algumas até usando pseudônimos. O texto *Educação da Mulher*, contido em um compilado de textos e transcrições publicado por Tobias Barreto em 1962 com o título *Estudos de Sociologia*, consiste em um discurso do pensador sergipano proferido na Assembleia Provincial de Pernambuco no dia 22 de março de 1879. Nesse capítulo, pretende-se analisar as discussões engendradas sobre o texto, buscando entender qual papel a mulher ocupa no pensamento de Tobias Barreto, e até que ponto suas reflexões sobre a educação feminina constituíram-se em um novo *estilo de pensamento* na sociedade brasileira oitocentista. O capítulo tem por base a emenda ao projeto de Lei 61/1879 (Educação da Mulher) e o Projeto de Lei 129/1879 ambos postulados por Tobias Barreto enquanto deputado em Pernambuco pelo Partido Liberal.

5.1 DEBATES SOBRE A MULHER E A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XIX

No século XIX, os *homens de sciencia*, médicos e advogados exerceram o papel de elite pensante do país, de uma "vanguarda civilizatória", influenciados pelas teorias que circulavam no país e que, sob a égide de uma cultura cientificista, esboçavam propostas e perspectivas sobre diversos temas da vida cultural e política da ex-colônia, inclusive sobre a questão da mulher. Deve-se ter em vista que o lugar reservado a mulher na sociedade oitocentista brasileira era, em diversos sentidos, o de uma posição inferior àquela reservada aos homens. Essas mulheres eram desprovidas de direitos e seguiam sob a tutela do pai ou do marido, não podendo assumir sua autonomia civil e social – isso se apenas considerarmos os aspectos da formalidade legal, uma condição reforçada a nível cultural. "Pela obra dos viajantes, romancistas, juristas, religiosos, moralistas e até médicos fixava-se uma imagem da mulher frágil e indefesa, ignorante, submetida ao poder patriarcal" (COSTA, 2010, p. 495). Os discursos sobre as mulheres nesse período contribuíram para sua exclusão da esfera pública e, consequentemente,

para a manutenção da dominação patriarcal. Como seres tutelados pelo homem, as mulheres não possuíam, como já mencionado, o mesmo patamar legal para o exercício de direitos, inclusos os direitos políticos. Elas eram impossibilitadas, portanto, de galgar caminho dentro da institucionalidade burocrático-estatal do Império e de empreender mudanças quanto à sua condição de subalternidade compulsória.

Com o processo de urbanização das cidades que se intensifica a partir de 1850, dadas todas as mudanças na sociedade brasileira ocorridas desde a abertura dos portos, como foi apontado no segundo capítulo, o isolamento em que viviam algumas mulheres passa a sofrer alteração. A produção literária cresce exponencialmente devido à inauguração das tipografias e ao aumento das produções literárias e jornalísticas, e é nesse contexto que as mulheres passam a escrever regularmente para jornais e folhetos do Império, abordando as principais questões surgidas com a chegada da Família Real e da Corte Portuguesa em 1808[13]. Desde a primeira metade do século XIX, os direitos das mulheres passam a ser reivindicados por algumas personalidades femininas que se destacam no cenário social da época, a exemplo de Nísia Floresta e Maria Firmina dos Reis, assim como outras tantas *mulheres de letras*, que se utilizaram da imprensa para publicação de obras em defesa dos direitos da mulher, sobretudo o de acesso à educação. Ainda que tendo suas liberdades limitadas pelo contexto social da época, pois a escrita pública era uma atividade amplamente considerada masculina, essas mulheres puderam, através das letras e das publicações na imprensa, materializar os seus pensamentos e publicizar, ainda que a um público diminuto, ideais voltados à crítica da imposição da inferioridade feminina.

A literatura foi a primeira a produzir retratos detalhados sobre a condição da mulher, como apontado por Constância Duarte: “a literatura, a imprensa e a consciência feminista surgiram praticamente ao mesmo tempo no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX” (DUARTE, 2017, p. 14), com isso muitas mulheres de letras passaram a publicar nos jornais e revistas que passaram a ter publicações intensificadas a partir de 1850. Salvas as devidas diferenças, Heleieth Saffioti (2013) e Gilberto Freyre (2004) concordam que o processo de urbanização está diretamente ligado à reestruturação do patriarcalismo. A reiterada dinâmica que Freyre apresenta de questionamento da autoridade do *pater* da casa-grande por parte do filho bacharel formado nos centros urbanos – em começos do século na Inglaterra, França,

[13] Com a migração da Família Real Portuguesa para as terras da colônia e a assunção do Brasil a Reino Unido e sede político-administrativa, leis como a da proibição de abertura de tipografias vieram a ser revogadas. Afinal, a corte portuguesa veio junto com a Família Real, assim como o corpo burocrático-administrativo português e, com eles, algumas práticas liberais já estabelecidas em território europeu, como a de uma esfera pública em processo de estruturação (HABERMAS, 2014).

Alemanha e majoritariamente em Portugal; dada a segunda metade do século, em Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, e Salvador –, colaborou para a mudança estrutural da dinâmica familiar, impelindo às mulheres o acesso às modas da cidade. Sobre o tópico do acesso das mulheres a uma dinâmica de vida própria da cidade, Saffioti consegue complexificar o olhar sobre a condição da mulher urbana, apresentando mais as permanências do que as rupturas, explicitando as contradições próprias da lógica de dominação do homem sobre a mulher. Para a autora de *A mulher na sociedade de classes*, a dominação do homem sobre a mulher não pode ser compreendida apenas como exclusivamente derivada de uma estrutura de produção, pois, mesmo com a mudança da organização material da vida, a representação da "mística feminina" é determinante na própria constituição de uma consciência histórica, transpassando homens e mulheres, sem negar as nuances de experiências históricas diferentes (SAFFIOTI, 2013, p. 128-130).

Assim, a descrição que Gilberto Freyre faz de Nísia Floresta entre os círculos sociais da elite carioca, evidenciando sua excepcionalidade, assim como o escândalo causado por isso (FREYRE, 2004, p. 225), não diverge do que Saffioti (2013, p. 120-132) considera como inerente à representação do feminino no espaço público quando não servindo a funções especificamente associadas com o cuidado e a passividade. A própria forma da família nuclear burguesa – internamente, em seus papéis sociais, e externamente, em sua funcionalidade estrutural – corrobora com essa reação. Importante considerar, recorrendo ainda ao pensamento de Saffioti, que esse efeito aterrador da integração de Nísia Floresta ao debate público – ainda que por muito tempo por trás de pseudônimos em suas contribuições a jornais e revistas – diz respeito ao questionamento, em um formato liberal, da lógica de restrição da mulher às questões de um mundo privado de aparência alienada das questões públicas, onde se aliena a própria mulher da amplitude da vida social.

Apesar das mulheres protagonizarem a imprensa, que se voltou mais para temas como mãe e família, alguns homens também se anteciparam e fundaram os primeiros jornais direcionados ao novo público leitor que surge: um público feminino. Por isso que produções voltadas aos romances, à moda e à política passam a estampar os jornais e revistas da época, sendo sempre direcionados ao cotidiano e à subjetividade das mulheres, cumprindo com isso a importante missão de orientar esse novo público consumidor e contribuir para a formação da mulher "civilizada". Francisco Weffort lembra que, em meados do oitocentos, ali de seu ponto de vista que considera os pertinentes e sempre rememorados nomes de intelectuais nacionais, compreende que a estes "que forjaram o Estado brasileiro do século XIX, impunha-se igualmente a tarefa de forjar uma identidade cultural para o país" tomando a proporção "mais

ampla de uma 'ideologia de Estado'" (WEFFORT, 2006, p. 186). Assim, ele expõe o contexto de produção e participação de personalidades como José de Alencar, indicando-o em suas peculiaridades, pontuando o indianismo como uma posição específica em relação à política nacional. Desse modo, é possível ver a reiteração da imbricada conexão entre a produção literária e a construção nacional. É precisamente nesse contexto que os escritos das mulheres de letras, como os de Nísia Floresta, começam a ser forjados, ela mesma se apropriando de recursos estilísticos e temáticos para desenvolver sua perspectiva sobre a nação e suas respectivas problemáticas.

Os jornais se espalham pelo Brasil e passam a serem redigidos por mulheres. A cidade do Rio de Janeiro concentrava o maior número de periódicos e foi lá, na então capital do Império, que surge em 1852 o *Jornal das Senhoras*, conhecido como precursor do periodismo feminino, que foi fundado por Joana Paula Manso de Noronha e que tinha por objetivo "propagar a ilustração e cooperar para o melhoramento social e a emancipação da mulher". (ibidem, p. 22). A maioria dos periódicos feministas e/ou voltados ao público feminino tinham o mesmo objetivo: a reivindicação dos direitos das mulheres. Na segunda metade do século XIX é que houve uma participação maior na luta pela emancipação feminina, sobretudo em seu formato de política institucional, na qual várias mulheres passam a se destacar e despontam nomes como *Narcisa Amália de Campos, Maria Benedicta Câmara Bormam, Amélia de Freitas, Júlia Lopes de Almeida, Josefina Alvares de Azevedo* e *Inez Sabino*.[14] Porém, a visão dessas mulheres ainda se mostrava conservadora, na medida que o papel da mulher limitava ao de mãe e esposa. Com a chegada da Família Real temos um marco na sociedade brasileira, em que há uma transformação na sociedade, um contato com a mentalidade burguesa e o *modus vivendi* europeu e evocava uma nova função social da mulher no novo ambiente social.

> Na ótica da intelectualidade oitocentista, a instrução constituía um aspecto indispensável para o aprimoramento social, peça fundamental para o desenvolvimento de uma nação civilizada. Por isso, muitos deles - políticos, jornalistas, médicos, literatos – centraram a atenção neste que julgavam ser um dos mais importantes componentes do progresso. (VERONA, 2007, p. 10).

O discurso médico também passa a se interessar pela questão feminina. Com isso, questões sobre maternidade, aleitamento materno, menstruação e histeria passam a fazer parte das demandas médicas da época. A medicina da época pretende produzir um saber científico que, baseado na ideia de "destino natural" e na distinção entre condutas normais e patológicas, contribuem ideologicamente para a manutenção da ordem e da ideia da boa mãe e boa esposa.

[14] Para isso consultar COSTA (2010).

Esse tipo de narrativa, influenciada pelas teorias evolucionistas, sobretudo da linha darwiniana, é potencializada e contribui significativamente para a manutenção da ideia de inferioridade feminina. Tomados de preocupação pelo futuro da nação e com um caráter ideológico, os textos que abordaram a questão da mulher tinham a preocupação de opinar sobre o papel social da mulher. A grande parte dos trabalhos se concentrava na área ginecológica, centralizando a observação nos aspectos biológicos da mulher como constituintes de sua condição de inferioridade. Sempre abordando a mulher numa perspectiva de mãe e esposa; uma mulher funcional à reprodução da ordem familiar. O discurso médico e intelectual da época considerava a mulher responsável pela transmissão da boa moral aos homens. Por isso, muitos desses médicos passaram a defender a educação feminina, considerando que a instrução feminina seria essencial para superação do atraso da sociedade brasileira, bem como para a formação de homens que se enquadrassem no novo padrão do tempo.

> À mulher, encarada do ponto de vista fisiológico e moral, esta confiada a grande obra do desenvolvimento humano da raça humana; é ela que, depois de encarar em seu seio o germe do novo ser e de tomar parte ativa na formação deste, está carregada de nutri-lo com seu leite e durante a infância educar o seu espírito nos primeiros conhecimentos; é ela, finalmente, que fica confiada a grande missão de formar o novo coração, de adorná-lo com todas as virtudes. (COELHO, 1878, p. 71).

Tito Lívio de Castro, um médico carioca mestiço muito elogiado por Silvio Romero, escreveu o livro *A Mulher e a sociogenia*[15], livro que, influenciado pelo discurso médico em ascensão na época, examina a questão da mulher não pelo viés ginecológico (caminho hegemônico utilizado pelos colegas de profissão), mas optando pela craniologia, isto é, estudando o cérebro feminino e fazendo uma comparação entre o peso cerebral da mulher e aquele do homem. Nascido no Rio de Janeiro em 1864, Castro era órfão e foi apadrinhado por Manoel da Costa Paes, um comerciante português. Tornou-se bacharel em Letras e, em 1884, entra para Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Doutorou-se em 1889, mas faleceu jovem, aos 26 anos, pouco tempo após o seu doutoramento, acometido pela tuberculose. Naquela obra, o autor tinha por objetivo, como explica Antonio Candido, "definir o papel da mulher na sociedade moderna, escopo sociológico que procura fundamentar com uma primeira parte biológica e uma última parte que se diria educacional" (CANDIDO, 2006, p. 275). Lívio de Castro escreveu dois outros livros*: Alienações e ilusões* (1889), sua tese de doutoramento; e

[15] Para mais informações sobre o pensamento de Tito Lívio de Castro consultar ALMEIDA, Ana Maria Araújo de. **Um "mestiço irrecusável":** Tito Lívio de Castro e o pensamento cientificista no Brasil do século XI. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
ALMEIDA, Ana Maria Araújo de. **Lívio de Castro e um outro olhar sobre a mulher no século XIX**. In: XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, 2007.

Questões e Problemas (1913), que consiste em uma coletânea de seus escritos publicados entre 1881 e 1890. Influenciado por Manouverier, Wagner, Topinard, Huscke e Broca no que tange à questão da inferioridade do cérebro feminino, assim como por Lombroso e Ferroso ao comparar a evolução sexual dos animais e dos seres humanos. (MARTINS, 2004), em suas observações dos crânios, Castro defende que a mulher tem o peso do cérebro menor que o do homem, o que indicaria uma inferioridade da evolução feminina em relação à masculina, ou seja, a inferioridade da mulher. Segundo Castro, a mulher era inferior intelectualmente ao homem devido, por tanto, a aspectos naturais como o peso do seu cérebro. Como aponta Nelson Saldanha, "o autor sofreu funda influência do evolucionismo e do transformismo [...], mas também se interessou profundamente pela psicologia associacionista do século XIX, por Mill, Huxley e outros" (1985, p. 79). O autor é considerado um dos intelectuais mestiços de grande capacidade científica por Silvio Romero.

> Os quatros representantes máximos da raça cruzada do Brasil neste século foram André Rebouças, José do Patrocínio, Tobias Barreto e Lívio de Castro; mas o primeiro tem fundo e não tem forma, o segundo forma sem fundo; os dois últimos tiveram uma e outra cousa. Em Tobias Barreto predominam a imaginação poética e a intuição filosófica, em Lívio de Castro a capacidade científica e o espírito construtor (ROMERO, 1893, p. XXVI).

A obra do médico traz jargões da biologia, da craniologia, da fisiologia, entre outros ramos da ciência que eram predominantes na sociedade brasileira durante os oitocentos. O livro também apresenta dados estatísticos como base dos seus argumentos, coisa muito comum entre os médicos da época, que buscavam através dos dados validar cientificamente o argumento defendido. É perceptível a crítica que Tito Lívio de Castro faz à idealização da mulher feita pelo Romantismo, mas também sua crítica aos escritos misóginos de Schopenhauer, que negava qualquer forma de superação de sua inferioridade.

> Seu livro maior, *A mulher e a sociogenia*, pode ser considerado uma das maiores produções da vida intelectual brasileira no século passado. Bem escrito, com um estilo muito superior ao da maioria dos grandes da Escola do Recife, o livro é claro, seguro, refletido e bem estruturado. Se tem equívocos, se tem *parti pris* pelo biologismo, são traços de seu tempo e de seu meio. (SALDANHA, 1985, p. 79).

Seguindo pela linha lamarckiana de análise dos aspectos naturais do processo evolutivo, mas também tentando diagnosticar efeitos biológicos de circunstâncias ambientais, Lívio de Castro conclui que o cérebro feminino teria sido pouco utilizado; a mulher, portanto, teria pouco se servido dele e por isso o órgão não teria se desenvolvido. Ele conclui que a diferença do volume do cérebro masculino para o feminino era de 150 cm^3. Para ele, a mulher estaria num estágio de atrofia cerebral devido ao pouco uso do seu cérebro, o que estaria se desdobrando em problemas sérios para a evolução da espécie. A mulher estaria na infância da humanidade,

em comparação ao homem branco – representante do ápice da evolução da espécie. Porém, é neste ponto que o autor começa a apresentar uma nova perspectiva da mulher, diferente dos colegas médicos que refletiam sobre a mulher numa perspectiva ginecológica. As questões da educação e de evolução estão intimamente ligadas na obra de Castro, sendo o processo educativo considerado como pressuposto básico da evolução humana. "Seu livro é, portanto, uma síntese das principais conclusões sobre as diferenças sexuais mapeadas pelos cientistas dos séculos XVIII e XIX, base material para justificar as hierarquias, as desigualdades e a legitimação do poder" (MARTINS, 2004, p. 246). Sua contribuição ao debate sobre a mulher em finais do século XIX: para ele, a situação do atrofiamento do cérebro feminino apresenta-se de maneira reversível, situação que seria superada ao passo que a mulher fosse submetida ao processo educativo. Para o autor, não havia contestação científica alguma que impedisse o processo educativo para mulher, tese pela qual ele se contrapunha ao discurso médico hegemônico que considerava que "a educação poderia atrofiar os órgãos reprodutivos femininos e masculinizar as mulheres" (ROHDEN, 2001, p. 207).

> Não há, portanto, objeção científica contra a educabilidade da mulher, ela é um organismo como os outros e sob a ação dos motivos que influenciaram os outros reagirá do mesmo modo que eles: o motivo é a educação, a reação é a evolução mental. (CASTRO, 1893, p. 312)

Não obstante atestar a posição inferior intelectual feminina em relação ao homem e atribuí-la ao peso do seu cérebro, Tito Lívio de Castro acreditava e defendia a hipótese de que o desenvolvimento para o Brasil passa diretamente pelo processo educativo. Em sua visão, a educação seria a única forma de evolução da mulher, ou seja, ao ser submetida a educação, a mulher estimularia o cérebro e ele se desenvolveria, seguindo uma perspectiva da lei "do uso e do desuso" de Lamarck. Percebe-se na obra *A Mulher e a sociogenia* que há, de resto, uma relação postulada entre a educação feminina e o desenvolvimento da *nação*.

> O cérebro feminino só espera o fermento da educação para evoluir. Educada a mulher, organizada a seleção intellectual, a única rigorosamente compatível com a vida de uma espécie que existe pela intelligencia, estarão para sempre rotas as cadêas que prendem a espécie e a sociedade ao passado remoto, serão economisadas as energias despendidas hoje contra o passado redivivo nos preconceitos, nas mythologias e na ignorância [sic] (CASTRO, 1893, p. 405-406).

O debate higienista também estava por trás dos argumentos sobre a mulher na época, debate que evidenciava a todo momento a decadência material do lugar onde as personagens encontram a criança, descrevendo a insalubridade do ambiente no musgo que cresce na umidade da parede, a pequenez da residência e todos esses aspectos presentes em outras análises sociais das condições reais da população pobre. Ao mesmo tempo, os autores recorrem à sua lógica sobre o papel da mulher, considerando a importância da mulher enquanto filha/esposa/mãe

(DUARTE, 2010). Como exemplo, a amamentação é colocada como uma obrigatoriedade da mãe, mas não apenas do ponto de vista de uma questão fisiológica da alimentação da criança, pois havia também uma crítica de cunho moral ao costume de contratar-se amas-de-leite para crianças, considerando-se que seria obrigação da mãe da criança assumir esse papel. Delegar essa função a outra mulher não poderia supostamente produzir bons resultados na constituição daquela criança. É assim que o discurso de médicos e de alguns literatos compreende o papel a mulher: consideram que a mulher deve exercer seu papel caseiro como educadora das crianças, o que seria benéfico para o desenvolvimento destas crianças; por conseguinte, as educadoras deveriam ser educadas e, para o bem do país, passa-se a defender o acesso feminino à educação formal. As mulheres passaram a frequentar lugares públicos, como bailes e confeitarias, e a ler mais literatura, porém ainda estavam sob a tutela da figura masculina, com a religião cumprindo papel fundamental de legitimadora dessa tutela.

> A mulher não tinha o direito de trabalhar fora do lar, abrir uma conta bancária ou dispor de seu dote sem a permissão do marido, e em caso de separação legal a guarda era dada ao pai (disposição legal que perdurou até meados do século XX). Diante da lei, a mulher estava permanentemente num estado de menoridade. As prescrições da Igreja reforçavam sua dependência e subordinação ao pai e a marido e a confinavam aos papéis domésticos. Em 1875, um ilustre representante da Igreja, Dom Antônio Macedo Costa, aconselhava a mulher casada a ‘amar o marido, respeitá-lo como cabeça do casal, obedecê-lo com afetuosa solicitude, admoestá-lo com discrição e prudência, responder-lhe com gentileza e servi-lo com devoção, calando quando ele estivesse irritado, tolerando seus defeitos com paciência, não tendo olhos nem coração para outros. ’ Esquecia-se o bom bispo de fazer idênticas recomendações aos maridos. (COSTA, 2010, p. 495).

5.2 A CULTURA COMO CHAVE DE LEITURA

> Seria um pecado imperdoável contra o santo Espírito do progresso, de um crime de lesa-civilização, da lesa-ciência [...] o de ficar aqui decidido, barbaramente decidido e assentado, que a mulher não tem capacidade para os misteres científicos, para os misteres que demanda uma alta cultura intelectual.
>
> Tobias Barreto, 1879

O Positivismo de Comte se fizera hegemônico ao longo do século XIX, quando se fazia com muita paixão a discussão de ideias de Darwin e Spencer a respeito da evolução social, este último estabelecendo críticas com seu positivismo àquele desenvolvido por Comte – especialmente em sua fase final (NASCIMENTO, 1999, p.64).

Nesse cenário é que Tobias Barreto está inserido. Em sessão do dia 22 de março, Barreto discursa em favor de que uma ex-aluna sua pudesse cursar Medicina, tendo em visto que as

mulheres não tinham acesso ao Ensino Superior nessa época. Com essa defesa da causa e seu embate com o Dr. Malaquias, Tobias Barreto protagoniza um discurso histórico em defesa da educação feminina. Percebe-se que Tobias Barreto estava inteirado sobre os argumentos científicos usados, sobretudo pelos médicos, para negar o acesso das mulheres à educação superior. A maioria das contribuições sobre a educação feminina até o momento era para que as mulheres desempenhassem melhor o seu papel "natural" de mãe e esposa. Em nenhum momento as ideias a respeito da mulher tinham a pretensão de romper com a lógica patriarcal e religiosa.

> Os médicos oitocentistas tinham outra compreensão do papel da mulher na família. Mais do que responsáveis pela transmissão de valores morais do catolicismo e da obediência à autoridade paterna, a mulher devia tomar para si a missão de criar os filhos, formar novos indivíduos, assumir integralmente sua função natural, empregando suas forças e todo seu tempo no exercício da maternidade. Embora não se possa subestimar a importância da religião na formulação dos discursos médicos sobre a maternidade, foram as leis naturais que sustentaram sua visão sobre o papel da mulher-mãe. (MARTINS, 2004, p. 225).

Escolas Normais começam a surgir no Brasil nas décadas de 1830 e 1840, a primeira surgindo na cidade de Niterói em 1835, decorrente das reformas educacionais previstas pelo Ato Adicional de 1834. Durante o século XIX, muitas reformas educacionais passam a acontecer (Lei de 1827; Ato adicional de 1834; Regulamento de 1854; Reforma Leôncio de Carvalho de 1879); porém, todas as escolas surgiram para atender ao público masculino. Só aos poucos as escolas normais foram incorporando as mulheres, mas o ensino sempre estava voltado para uma educação moral e doméstica. As escolas normais formavam as mulheres em atividades de corte e costura, ensino de outros idiomas, regras de etiqueta etc., mas em nada que levasse a questionamentos da ordem estabelecida.

As escolas normais que passaram a atender as mulheres eram escolas privadas, o que significa que só as moças de elites podiam frequentar a escola em nível secundário, fazendo da educação da mulher um privilégio das elites. De modo paradoxal, as mulheres das classes mais baixas, como escravas, lavadeiras, vendedoras ambulantes etc., gozavam de certa liberdade comparativa na sociedade oitocentista, na medida em que o trabalho lhes colocava ao lado de figuras masculinas no desempenho de suas funções ao lado das figuras masculinas. Porém, é claro, a instrução, o acesso a literatura, a bailes, a teatros, não era de seu usufruto, mostrando que o patriarcalismo, além de diferenciar os sexos, contribuía para a manutenção das desigualdades de raça e classe. Nesse sentido, a observação feita por Emília Viotti da Costa ganha sentido, na medida em que a autora observa que as mudanças ocorridas nas vidas das mulheres do século XIX estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo,

que traz consigo as suas contradições, as quais "criaram novas oportunidades e eliminaram outras. Destruíram algumas barreiras, mas levantaram outras. Mulheres de diferentes classes sociais foram afetadas de maneiras diversas. Enquanto umas ganharam novos espaços outras perderam o que tinham" (COSTA, 2010, p. 500).

Tobias Barreto, um intelectual com uma ampla obra jurídica e filosófica, como mostram seus escritos publicados postumamente por Silvio Romero – tais quais *Crítica Social e Política, Crítica a Literatura. Estudos de Filosofia, Estudos Alemães, Monografias em Alemão, Estudos de Direito I, II e III, Dias e Noites, Crítica a Religião* -, se torna precursor de um debate que deslegitima o discurso hegemônico sobre a mulher no Brasil do século XIX.: "duas vertentes, muitas próximas, andaram marcando a sua atividade intelectual: a sociedade e a do direito. Em ambas, a revelação revolucionária, fruto de suas convicções, alicerçadas nos ensinamentos de Darwin, Haeckel, Jhering, Noiré e outros". (BARRETO, 1994, p. 140). O pensamento de Barreto foi marcado por diversas fases: uma adesão ao cientificismo que busca exaltar o conhecimento; ecletismo espiritualista, influenciado pelo Frei de Itaparica enquanto viveu na Bahia; simpatizante do positivismo comteano; adesão ao monismo haeckeliano; e, por fim, culturalismo de bases germânicas. Além dessas influências, Tobias retorna a Kant se dispondo a crítico do positivismo comteano e catedrático no ensino superior brasileiro, chegando a afirmar que a metafísica é inerente ao homem (diferentemente de Silvio Romero, seu colega da Escola de Recife, que disse na defesa de sua tese de doutoramento a frase célebre "a metafísica está morta"). Segundo Barreto, "não é tudo: pode-se dizer, sem medo de errar, que as raízes de cada sistema da metafísica repousam no fundo dos fatos da filosofia" (BARRETO, 1999, p. 190), "já eu nutria minhas dúvidas a respeito da defunta, que o positivismo tinha dado realmente como morta, porém que eu ainda sentia-se palpitar" (BARRETO, 1990, p. 219).

Seja como for, ao defender, na tribuna da Assembleia Provincial de Pernambuco, o auxílio a ser dado pelo governo da província à moça que queria cursar medicina, Tobias Barreto mostra que a inferioridade da mulher, tão alegada na época, inclusive pelos colegas deputados, não era de cunho natural, biológico, mas sim um fenômeno de natureza cultural. Inclusive mostra que o Poder Provincial não se mostrava interessado em investir numa educação pública. Ao discursar, o então deputado aponta dados do orçamento da sua cidade – Escada, também em Pernambuco –, mostrando que o gasto da educação pública era inferior aos gastos com a polícia.

> Foi Tobias um pioneiro da emancipação feminina, numa época em que a mulher era peça de engrenagem do patriarcalismo dominante, denunciando o despotismo a que estava condenada no seio da família. Apaixonadamente, defendeu, na Assembleia Provincial de Pernambuco, o direito de a mulher cursar Medicina, quando enfrentou grande oposição dos colegas. (NUNES, 1989, p. 35)

A educação pública é um tema em destaque no século XIX, sobretudo no último quartel, desde as produções das mulheres de letras que defendiam a educação para as mulheres, como Nísia Floresta e Maria Firmina, até homens como Tito Lívio de Castro, Clóvis Bevilácqua, Tavares Bastos e Rui Barbosa no final do século. A educação era amplamente vista como um instrumento civilizador; contudo, na grande maioria dos discursos a mulher estava excluída, e quando não, a educação tinha apenas a função de contribuir para a que a mesma desempenhasse o seu papel de mãe e de esposa de forma adequada. Diferentemente dessas visões, Tobias Barreto une as duas coisas, pois o mesmo "insiste sempre no tema da co-educação dos sexos, ao lado de outro que também assumiu apaixonadamente: *o da defesa do ensino obrigatório, em sua opinião mais do que necessidade do indivíduo, uma necessidade da nação*" (NASCIMENTO, 1999, p. 206, grifo meu).

Na sessão do dia 22 de março de 1879, Tobias Barreto se dirige ao Deputado Dr. Malaquias Antônio Gonçalves, médico que, ao ser consultado sobre a permissão para a aluna ir cursar medicina, se posiciona contrário e argumenta com base na fisiologia, tentando mostrar que a mulher não estava preparada para o Ensino Superior, tendo em vistas suas limitações cerebrais – discurso médico hegemônico que legitimava a crença na inferioridade da mulher pela afirmação de que a mesma tinha o cérebro menor do que o de uma criança, por isso não tinha as mesmas disposições naturais que o homem. Para Tobias, a teoria defendida pelo deputado "é cousa um pouco desacreditada e não faz muita honra a quem queira basear-se nela" (BARRETO, 1962, p. 71-72). Em seu discurso, o sergipano mostra ser "uma enciclopédia de conhecimentos" (MONT'ALEGRE, 1939, p. 200) e cita inúmeros exemplos de mulheres que foram educadas e demonstraram sua aptidão, como o caso da primeira mulher a obter doutoramento em medicina, a russa Nadeschda Suslowa, que se tornou médica em 1867 pela Universidade de Zurich. Os exemplos mostravam que a teoria usada pelo médico-deputado, além de ultrapassada, era um erro.

> (...) já de muito, retirou-se do combate, envergonhada de si mesma, teoria descrepita, sem razão de ser, pretendida phusiologica da mulher condemnada por natureza à incapacidade e ao atraso mental, teoria que já hoje, no mundo da sciência, representa o mesmo papel, que representa, no mundo poético, a insulta maldição clássica dos vales indignados contras as Marilias sempre ingratas, as Marcias sempre crucis, as Joanas sempre traidoras. (BARRETO, 1962).

Tobias Barreto se mune de referências teóricas de mostrar que, mesmo sendo deputado, suas bases argumentativas se fixavam na legitimidade do discurso cientificista. Munido de referências estrangeiras, sobretudo de origem germânica, o pensador tenta minar a argumentação do Dr. Malaquias que, por debaixo do determinismo biológico usado pela

medicina, escondia no fundo um moralismo assentado no conservadorismo religioso. Desse modo, Tobias cita biólogos bem como artigos estrangeiros como "*O advogado das mulheres*" e "*O cérebro da mulher*", ambos publicados em jornais alemães.

> Este estranho modo de pensar do deputado fez-me compreender a exatidão, com que há pouco tempo o grande zoólogo alemão Carl Semper, um dos mais fortes adversários de Ernesto Haeckel, escreveu que no domínio das sciencias verifica-se a mesma lei natural, que se dá na vida dos povos, a saber: o vencido tem sempre alguma influência sobre o vencedor; e assim vemos que a zoologia está prestes a admitir o método praticado naquela ordem de ideias, contra qual ela tem de preferência combatido, e crê ter ganho a vitória, isto, é, está prestes a assumir a fé absoluta em dogmas que por se dizerem scientificos, não são menos incompreensíveis que os dogmas religiosos. (BARRETO, 1962)

Diferentemente do médico e deputado Dr. Malaquias, Tobias Barreto se opunha ao determinismo biológico, pois desconsiderava a relação entre o tamanho do cérebro e o grau de intelectualidade feminina. Segundo ele, questão da inferioridade intelectual da mulher dizia respeito ao descaso dos governantes com a educação.

> Na pergunta que vou fazer, está a morte da teoria que combato. Eis aqui o que vai matá-la: qual é o pêso normal do cérebro humano? (Pausa).
> O SR. MALAQUIAS: Há uma média.
> O SR. TOBIAS: Uma média não é pêso normal.
> Peço ao nobre deputado que me dê certo e determinado.
> Quantos cérebros já foram encontrados com pêso igual uns aos outros? Não se conhece. Sempre oferecem diferenças e estas diferenças estão dizendo que não há normalidade, não há uma lei fixa a respeito. (BARRETO, 1962, p. 73).

Em contra-argumento ao discurso do médico, Tobias Barreto mostra que homens também apresentavam cérebros com pesos e medidas diferentes, e nem por isso sua capacidade cognitiva era questionada pelos presentes. Em tom sarcástico, o sergipano lança uma pergunta retórica aos presentes defensores da então teoria.

> O maior peso do cérebro é por si só uma prova de maior desenvolvimento? A fisiologia que até hoje, como diz pessoa competente, não se tem ocupado nem com as funções do desenvolvimento das funções, bem poucas leis apresentam, que não possam sofrer contestação; e nesse número não se contam as que dizem respeito ao cérebro.
> Basta-me o seguinte fato: Nós temos conhecimento do peso cerebral de alguns grandes homens. Perguntarei, pois, ao nobre deputado ou a outro qualquer que siga a mesma teoria, como pode explicar este fenômeno: o cérebro de Byron, pesou 2238 gramas, e o Depuytren 1436, um peso tal que oferece para com o primeiro uma diferença de 802 gramas, uma libra e três quartas, pouco mais ou menos. Ora, a uma diferença tamanha de peso do cérebro deveria corresponder uma notável diferença intelectual entre os dois espíritos. Mas, por ventura Byron, como poeta, foi maior do que Dupuytren, como cirurgião? (BARRETO, 1962).

A concepção tobiática de homem é a de um homem histórico. Influenciado pelo monismo, que tinha como postulado "a tese de que tudo se move é verdadeira, porém é uma

verdade parcial, que é preciso completar e esclarecer por esta outra: tudo se desenvolve. “Essa teoria influenciou suas reflexões sobre a mulher, pois essa inferioridade não era efeito da natureza, mas resultado cultural. Nesse sentido [...] O conceito de movimento, considerando como a expressão mais simples de imensa variedade dos fenômenos naturais de lugar a uma intuição científica do mundo que é exata no seu princípio, no seu ponto de partida – a existência de uma só lei." (BARRETO, 190, p. 387), uma única lei aplicável a diversas esferas do conhecimento, e essa lei é a da cultura.

Ao elencar a cultura como chave de leitura da situação feminina no século XIX, Tobias mostra que a argumentação do Dr. Malaquias quanto à sujeição das mulheres está impregnada pela religião. Conhecedor também dos escritos religiosos, Tobias mostra citações que desvelam as implicações morais no discurso do médico tomado como científico.

> Esta teoria tem sua história. Como seu disse ao princípio, ela é filha bastarda do dogma impertinente do pecado original. Passou do velho para o novo testamento e incorporou-se nas doutrinas de São Paulo, o qual na sua primeira epístola a Timóteo, capítulo II, vol. 11 e 12, assim exprime: - *“Mulher in silentio disct cum omni subjectione...- Docere autem mulieri no permito, neque dominari in virum; sed esse in silentio. ”* (BARRETO, 1962, grifo do autor.)

Nessa mesma sessão da Assembleia Provincial, o autor faz uma emenda ao projeto de Lei 61/1879 do Barão de Nazaré, o qual solicitava auxílio do governo para Josefa Felisbela de Oliveira. A emenda de Tobias solicitava concessão de auxílio para Amélia Florentina Cavalcante de Albuquerque, uma ex-aluna, que o deputado fazia questão de elogiar em sua capacidade intelectual.

> Votando, portanto, como desde já empenho o meu voto em favor do projeto, eu ouso adicionar-lhe uma emenda, em prol de um outro espírito esperançoso e prometedor, de quem tive, por algum tempo, a honra de ser mestre e mestre que muitas vezes teve de possuir-se de uns certos receios diante do talento de uma discípula. Refiro-me a Sra. Dr. Maria Amélia Florentino, filha do Sr. João Florentino Cavalcanti. Esta moça estudiosa, aproveitando a ocasião que mais azada se lhe oferece, dirige, assim, por meu intermédio, à representação da sua província, um pedido que já há algum tempo projetara dirigir-lhe, para ver se consegue levar a efeito o seu mais íntimo desejo, que é o desejo de ilustrar o seu espírito, o desejo de instruir-se (BARRETO, 1990, p. 175).

Ao fazer a defesa da sua Emenda na dita sessão, Tobias Barreto refuta a teoria usada pelo Dr. Malaquias. O sergipano mostra grande conhecimento sobre o debate no mundo acerca da Emancipação Feminina; no entanto, ao citar exemplos de mulheres revolucionárias como Olympe de Gouges, autora de um texto intitulado *Direitos da Mulher*, Tobias diz que, por ora, não quer revolução. Comparando com uma perspectiva acerca dos direitos que emerge no século seguinte, como a do sociólogo britânico Thomas Marshall, é possível dizer que Tobias entendia que a emancipação da mulher se dava em três esferas: *política, civil e social*. Porém,

ele se limita ao direito social da educação, considerando não oportuna a emancipação política da mulher, ao menos não para aquele momento. “A emancipação política da mulher, confesso que ainda não a julgo precisa, eu não a quero por ora” (BARRETO, 1962, p. 74). Nesse sentido, entende-se que Tobias se mantém coerente com o seu conceito de liberdade. Para ele, "nenhum povo é realmente grande, senão pela liberdade, que tem ou que conquista. [...]. O conceito de liberdade de Tobias mexia com a ordem, esta tida à época como ainda hoje: como predomínio da força inspirando o temor ou a obediência. Enquanto a ordem era a submissão do homem, a liberdade era uma conquista, não poderia haver aliança entre uma e outra." (BARRETO, 1994, p.141). Ou seja, a educação seria o pontapé inicial para que a mulher, tomando ela mesma consciência de sua condição, partisse em rumo da conquista de sua liberdade política e civil.

> Sou relativista: atendo muito às condições de tempo e de lugar. Não havemos mister, ao menos nosso estado atual, de fazer deputadas ou presidentas de província.
> Um Sr. Deputado: V. Excª é um oportunista.
> O SR. TOBIAS: - Pelo que toca, porém, ao ponto de vista civil, não há dúvida que se faz necessária emancipar a mulher do jugo dos velhos prejuízos, legalmente consagrados.
> [...]
> O SR. CLODOALDO: - Com igualdade absoluta de direitos é impossível a família.
> O SR. TOBIAS: - Igualdade absoluta! São termos que se repelem pois a igualdade é uma relação.
> O SR. CLODOALDO: - O que eu quero dizer é que não compreendo a sociedade conjugal sem uma autoridade.
> O SR. TOBIAS: - Esta autoridade estaria na lei. O que eu desejava, pois, era que a lei regulasse as relações da família de tal maneira, que não pudesse aparecer nem anarquia nem o despotismo.
> O SR. CLODOALDO: - E é o que temos.
> O SR. TOBIAS: - Perdão! Nós temos o despotismo na família.
> O SR. CLODOALDO: - Não apoiado. (BARRETO, 1962, p.75).

A concepção de direito de Tobias, que constituiu um paradigma no direito, é a base para se entender todo o seu posicionamento como ilustrado e como político. "O fundamental, para Tobias, era o respeito ao direito, pois nele estava resguardado o avanço do corpo social que o produzia, a despeito de todas as adversidades." (ibidem, p. 77). Ao tratar da questão da suposta inferioridade da mulher, Tobias aponta que essa ideia de inferioridade é devida à negação do direito social à educação. Pois, “desde que na ideia de Direito entrou a ideia de luta, desde que o direito nos aparece não mais como o presente do céu, porém como o resultado de combate, como uma conquista, caiu por terra a intuição de um direito natural” (BARRETO apud BARRETO, P. 68). Desse modo, a educação deve ser entendida como um direito que não poderia ser negado à mulher. Ele entendia a educação como emancipadora, pois vinha como forma da mulher se libertar da tutela do marido e da Igreja, já que uma sociedade educada era

uma sociedade rumo à modernização, ao progresso e, portanto, a romper com a obediência à antiga ordem. Assim, como não existia direito natural, já que os direitos eram tidos pelo intelectual sergipano como fenômenos de origem sociocultural , assim também era a inferioridade da mulher e o atraso da nação. Não havia determinismo biológico, de modo que a educação poderia, sim, desempenhar o papel de reverter esse quadro cultural.

> A concepção de um direito superior e anterior à sociedade é uma extravagância da razão humana, que não pode mais justificar-se. O homem é um ser histórico, o que vale dizer que ele é um ser que se desenvolve. A ideia de um direito natural e originário do homem envolve a um direito, quero dizer, que não está sujeito a relatividades, nem no espaço, nem no tempo. O direito universal é um direito que existe, para todos os povos; um direito permanente é um direito móvel, isto é, um direito que não se desenvolve; mas, de acordo com as noções correntes da própria Sociologia, que se forma, da qual não escapa o direito mesmo. É concludente, portanto, que a teoria dos direitos naturais não se harmoniza com a ciência social. (ibidem, p.144).

Tobias Barreto apresentou um único projeto durante o seu mandato de deputado pelo Partido Liberal no biênio 1878-1879. O projeto de lei 129/1879 intitulado como *Partenogógio do Recife*[16] (remete ao *Parthenon* de Atenas, dedicado à deusa da sabedoria). Esse projeto teve três fases: uma sessão em 28 de março de 1879 para leitura; uma segunda no dia 2 de maio do mesmo ano para defesa; e a terceira em 05 de março de 1880, em que Tobias já não era deputado, mas a defesa do projeto foi feita pelo Barão de Nazaré que, assim como Tobias, era um defensor do acesso das mulheres ao ensino superior, como também da educação pública e gratuita em todo Império. Na ocasião, o projeto sofreu reação do deputado Ermínio Coutinho, que argumentou que o Partenogógio contribuiria para a promiscuidade das mulheres. Nesse projeto de Lei Nº. 129/1879, Tobias pleiteava uma escola pública secundária específica para as mulheres e, consequentemente, objetivava debater as oportunidades educativas disponíveis às mesmas, tendo em vista que, no século XIX, as mulheres não tinham direito de ingressar no Ensino Superior. A maioria das mulheres não tinha instrução, e as poucas que recebiam essa instrução eram voltadas para ensinar os bons modos e costumes. Apesar disso, houve no período imperial um crescimento do acesso das mulheres às Escolas Normais, que em princípio só atendiam os rapazes. Apesar disso, Tobias acreditava que ainda era insuficiente e pouco efetiva.

> Não hesito, em assegurar que, fazendo-se abstração da forma, lacunosa e imperfeita, o projeto encerra no seu fundo a satisfação de uma das mais urgentes necessidades da província, qual é, sem dúvida, a necessidade da

[16] O Partenogógio do Recife: trata-se de uma analogia ao templo Parthenon, dedicado a deusa grega da sabedoria Atena, deusa do sexo feminino e que representava o conhecimento na Grécia Antiga. Tobias diz que o projeto do Partenogógio é um sonho de poeta. Ele descreve isso no texto do artigo *Alma de Mulher*, publicado em 1881. (Vê BARRETO, 1991) e assim como, NUNES, José Ricardo Freitas. **Tobias Barreto e o projeto de lei nº129/1879**: uma proposta acerca da educação feminina. 2012.104f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Tiradentes, Aracaju, 2012.

> instrução, em geral e particularmente, feminina, instrução em mais alto grau e melhores meios, do que presentemente existe. (BARRETO, 1990, p. 191).

Tobias apresenta o projeto em tom pessimista por acreditar, que devido a ser uma "novidade", não seria visto com bons olhos pelos conservadores.

> (...) o projeto que apresentei e que se discute, é um daquelles que parecem de antemão condemnados a morte prematura, porque elle tem por fim a realisação de uma novidade nós não estamos muito habituados a acceitar de bom grado, sobre tudo nos domínios da vida pública, os tentamens de caráter novo, que involvem sempre uma ousadia que importam sempre uma invasão arriscada no terreno do desconhecido. (BARRETO, 1926, p. 89).

"Sua proposta de instituição educativa (paternogógio) baseou-se nos autores Friedrich Adolf Wihelm Diesterwergm, Friedrich Froebel e Johann Heinrich Pestalozzi[17] para quem, de uma maneira geral, a educação deveria primar pela autonomia e atender a todos indistintamente" (BARRETO, 2017, p. 46). Juntos, os três eram uma tríade da pedagogia moderna; o último, pedagogo suíço, foi bem influenciado por Rousseau e sua obra *Emílio, ou da educação*, publicada pela primeira vez em 1762. Pestalozzi defendia que a educação preparava para a vida social, além de contribuir para autonomia do indivíduo, certamente ideias presentes no pensamento tobiático[18]. Como Tobias mesmo afirmava:

> Se eu tivesse de filiar a minha ideia nalgum princípio mais elevado, não filiá-la por certo neste ou naquele arroubo sonhador, mas numa verdade prática, belamente expressa por um homem prático. Frederico Diesterweg, um notável espírito alemão, o qual, com Pestalozzi e Froebel, é o terceiro na série de grandes pedagogos da idade moderna. (BARRETO, 1990, p. 192).

Além de se amparar em estudos pedagógicos alemães e Tobias Barreto também cita exemplos de mulheres, como é o caso da escritora alemã Marianne Adelaide Hedwing Dohn, que escreveu o texto A *Emancipação científica da Mulher*.

> É o que se dá, pouco mais ou menos, quanto ao modo de julgar a mulher: porque ela não tem tido, no correr dos tempos, uma educação suficiente e dessa mesma falta de educação tem resultado para o sexo um tal ou qual acanhamento, chegou-se também ao ponto de supor que ela não é suscetível de cultivar-se e ilustrar-se da mesma forma que o homem. Mas aí é que está o erro, e nós devemos reconhecê-lo. A mulher tem as mesmas disposições

[17] "Pestalozzi é considerado um dos defensores da escola popular extensiva a todos. Reconhecia firmemente a função social do ensino, que não se acha restrito à formação do gentil-homem. Além disso, ao povo não se destina apenas a simples instrução. Mas sim a formação completa, pela qual cada um é levado à plenitude do seu ser." (DURANT, 1986, p. 75).

[18] "Qualquer influência de Pestalozzi no Brasil, que possamos rastrear nos séculos XIX e XX, ocorreu sempre de maneira indireta. Nenhum de seus textos foi traduzido integralmente para o português, nenhum dos seus discípulos veio ao Brasil, nenhuma escola ou instituição se inspirou em suas ideias com profundo conhecimento de causa. Para delinearmos assim, algumas alusões a Pestalozzi na história da pedagogia brasileira temos de percorrer caminhos sinuosos. " (INCONTRI, 1997, p. 126).

> naturais para os estudos superiores; o que há mister é cultura, trabalho e esforço; o que há mister é que se lhe franqueie o templo da ciência. Dizia há pouco uma escritora alemã, a Sra. Hedwing Dohm, em um livro intitulado *A emancipação Científica da Mulher*: "Nós, não queremos bater à porta dos parlamentos, queremos bater à porta da ciência, à porta das universidades; é esta somente que nós pedimos que se nos abra." (BARRETO, 1990, p.1).

O objetivo do projeto era "a elevação do nível intelectual da mulher", e ele novamente aponta a educação como meio para civilização e para atingir a luz, o esclarecimento.

> Se as mulheres são seres humanos, que têm uma missão na sociedade e deveres para com ella, se, como seres humanos, as mulheres trazem consigo thesouros espirituaes que devem ser aproveitados e desenvolvidos, é preciso todo o escrupulo de uma freira, ou toda a logica de um frade, para enteder que estabelecimentos da ordem do que se acha indicado do projecto, não passam de appendices ou excrescencias inuteis, quando eles são pelo contrario, completamentos indispensáveis da educação total de um povo civilizado, ou mesmo civilisavel, se não é que nós outros brasileiros pertencentes aquella classe de povos crepusculares, de que fala H. Kllencke, povos que vivem no lusco e fusco perpetuo de uma semicultural banal, sem saber o que não nem o que devem ser, atacados da mais grave das psychoses, a photophobia intelectual, o medo da luz, o horror da claridade. (BARRETO, 1926, p. 94).

O Partenogógio seria, na visão de Tobias, um estabelecimento público de cultura literária e profissional para mulheres dividido em escola Média e Superior. Nesse sentido, sua contribuição à questão feminina se dá na medida em que entende que o acesso à educação deveria ser proporcionado às mulheres com o intuito de livrá-las do jugo despótico da família e da Igreja. Em sua visão, a hierarquia constatada na sociedade entre homens e mulheres realmente existe, mas isso é algo cultural, é consequência dos valores morais da religião e de argumentos filosóficos sobre a própria natureza tutelada de certos indivíduos.

> Pelo que toca, porém, ao ponto de vista civil, não há dúvida que se faz necessário emancipar a mulher do jugo de velhos prejuízos, legalmente consagrados. Entre nós, nas relações da família, ainda prevalece o princípio bíblico da sujeição feminina. A mulher ainda vive sob o poder absoluto do homem. Ela não tem, como devera ter, um direito igual ao do homem. Ela não tem, como devera ter, um direito igual ao do marido, por exemplo, na educação dos filhos; curva-se como escrava à soberana vontade marital Essas relações, digo eu, deveriam ser reguladas por um modo mais suave, mas adequado à civilização (BARRETO, 1962, p. 75).

Além disso, a novidade do projeto não era a criação de uma escola para o público feminino, pois já existia em Recife uma Escola Normal que atendia 42 moças. Aquela do seu projeto era um estabelecimento de ensino que contemplasse, como dissemos, a Escola Média e a Escola Superior, além de estar livre de uma educação que contribuísse para a manutenção da subserviência feminina, como ensino de corte, costura e de valores morais. Segundo Tobias,

historicamente no Brasil a mulher não teve uma educação suficiente para sua evolução intelectual.

> A procura de um maior ou menor grau de desenvolvimento entre os sexos deve levar em consideração a educação incompleta, a cultura escassa da mulher. Até hoje educação só e só para a vida íntima, para a vida da família, ela chegou ao estado de parecer que é esta a única missão, que nasceu exclusivamente para isto. E tal é a ilusão, em que laboramos: tomando por efeito da natureza o que é simplesmente um efeito da sociedade. [...] (BARRETO, 1962, p. 82).

Ao escrever no Jornal-revista *O industrial* em 1883, Tobias voltou a defender uma educação para as mulheres, agora voltada para o trabalho, visando emancipar a mulher financeiramente. No seu texto *Alma de Mulher*, de 1881, em comentário a um texto de Adolpho Jellinek, judeu alemão, defende a educação feminina, e em sua obra *Menores e Loucos* de 1884 questiona por que ao, tratarem da pena, juristas não usam a mesma lei "do determinismo biológico".

> [...] por que razão o Código, determinando a idade, em que começa a imputação criminal, não estabeleceu diferença entre o homem e a mulher? Que motivos de ordem moral ou política o levaram a igualar os dois sexos, sob o ponto de vista jurídico-penal, quando eles são tão desiguais na esfera do direito civil? É o que eu quero elucidar (BARRETO, 2012d, p. 56).

A temática da educação pública e gratuita para todos era uma pauta que fez parte de toda a vida de Tobias. "No conjunto da sua obra, Tobias Barreto põe a mulher em lugar destacado, tanto pela ótica da poética, como da filosofia, da ciência, e do direito" (BARRETO 341). O pensamento tobiático surge no num contexto de crise onde a decadência do patriarcalismo rural, da patronagem e o declínio da escravidão abrem margem para se pensar a mulher e a educação. Pois "pela obra dos viajantes, romancistas, juristas, religiosos, moralistas e até médicos fixava-se a imagem de uma mulher frágil, indefesa, ignorante, submetida ao poder patriarcal" (COSTA, 2010, p. 495). Nesse aspecto, o pensamento de Tobias é uma reação às teorias naturalistas/biologizantes centrais para a intelectualidade de sua época, passando a atribuir o atraso nacional não a uma fonte natural, e sim à dinâmica da vida cultural de uma sociedade. Diante disso, sofre inúmeras retaliações por atacar as oligarquias rurais, intensificadas por ser mulato, característica tida como socialmente inferior.

O autor sergipano afirma, portanto, que a causa da inferioridade da mulher observada em seu tempo é cultural. Para ele, "a liberdade do povo, e a felicidade do povo, pela cultura do povo, não pode ser conseguida por meio de instrução parcial, ministrada a um só sexo". (BARRETO *apud* BARRETO, 1994, p. 340). Desviando-se do debate predominante sobre meio e raça, Tobias elenca a educação da mulher para se refletir sobre a relação entre uma ideia de

nação e seu progresso. Sob sua ótica, o desenvolvimento feminino não é de cunho natural, mas está estreitamente ligado à questão da educação e às oportunidades garantidas, envolvendo o próprio desenvolvimento intelectual das mulheres. Para Tobias, a "mulher ainda vive sob o poder absoluto do homem. Ela não tem, como devera ter, um direito igual ao do homem. Ela não tem, como devera ter, um direito igual ao do marido [...]" (BARRETO, 1962, p. 75). Ele não nega que haja uma hierarquização entre homens e mulheres na sociedade, porém assume a posição que isso se desdobra dos valores apreendidos culturalmente.

> É possível afirmar que Tobias Barreto, foi, no século XIX, o primeiro intelectual brasileiro a levantar o tema da cultura como sendo uma questão fundamental. E, mais do que isso, a dar ao problema um tratamento filosófico. O reexame dos seus textos oferece uma concepção cultural merecedora de análise, a começar pelo estudo das fontes nas quais ele se inspira. Ele valoriza o poder do homem em face da natureza, dando ao seu entendimento de cultura um caráter humanístico que é a marca de distintos estudos evolucionistas (NASCIMENTO, 1999, p. 20).

O culturalismo tobiático, dada a influência da perspectiva germânica sobre a constituição de um caráter nacional e o imbricamento com o desenvolvimento da cultura em aspectos distintivos em relação à diretrizes de civilização, considera que a cultura consiste em um fenômeno espiritual do tipo humano em sua especificidade. Essa perspectiva do pioneiro do culturalismo da Escola de Recife se opõe drasticamente ao positivismo comteano e à primazia de um determinismo de caráter biológico. É nesse contexto que a sua crítica à sociologia se manifesta nas suas *Glosas heterodoxas* posteriormente servindo de material para crítica por parte de Romero, seu amigo e entusiasta-mor.

> Se houver a imprudência de aí erguer-se um brinde à liberdade de consciência, o Brasil não o poderá acompanhar, porque mantém em si a escravidão religiosa; e se um brinde à liberdade natural ou civil, o não poderá satisfazer, porque tem o escravo; se um brinde a liberdade política, não poderá o satisfazer, porque não tem o cidadão. (BARRETO apud BARRETO, 2012e, p. 368).

Sobre a importância de Tobias Barreto para o pensamento filosófico e social brasileiro da Escola de Recife, em especial o que se convém chamar de *geração de 1870*, talvez o próprio Sílvio Romero não possa ser menos claro. Como diz o crítico cultural, um dos seguidores do pensamento da corrente culturalista iniciada pelo seu mestre e amigo, "um escritor é tanto mais venerado quanto mais reage contra os preconceitos e nos ensina alguma coisa de melhor" (ROMERO, 1969, p. 110). Diante disso, Barreto aparece na defesa da educação feminina amparado pelo seu vínculo institucional com a Faculdade de Direito, mais ainda quando se considera a defesa de sua centralidade para essa virada "anti-sociológica" e crítica ao conservadorismo católico, aspectos próprios dessa escola de pensamento. O mesmo argumenta,

indicando uma inferioridade qualitativa, que a defesa da permanência da proibição às mulheres acessarem o ensino superior "está com o catolicismo, está com S. Paulo, está com os santos padres, que tinham dúvidas sobre a alma racional da mulher, como hoje se duvida do seu cérebro" (BARRETO, 1926, p. 58).

> O esclarecimento de todos esses problemas é o ponto de partida que possibilita o entendimento [...] E assim, com a clareza de que o debate em torno da cultura brasileira a partir da Escola do Recife não tem recebido a devida atenção por parte da historiografia é necessário reler o material que trata da polêmica (...) Tobias Barreto acompanhou juntamente com os maçons a difusão do pensamento liberal no Brasil no século XIX, atraindo um grande número de admiradores e desafetos à medida que aprofundava nas suas posições. Era comum nos debates promovidos pelos maçons e discussão de temas como a política escravista, ocasião em que se alforriavam escravos. (NASCIMENTO, 1999, p. 9).

Emília Viotti da Costa mostra que, após o discurso de Tobias refutando a ideia do determinismo biológico que justificava a inferioridade da mulher, nenhum avanço foi feito – o que, de certo modo, torna ainda mais deslocado e impressionante o pioneirismo do seu argumento na história do pensamento social brasileiro.

> Dois anos mais tarde, 1881, quando o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro abriu suas portas às mulheres, foi publicado um livro para celebrar a ocasião – A *Polianteia* – que reunia cerca de cem opiniões, na maioria de homens e de algumas mulheres sobre educação feminina. A maior parte dos homens apoiava a educação que a preparasse para exercer atividades fora do lar. Apenas alguns consideravam a educação como um meio para emancipação da mulher. As quatro mulheres entevistas consideraram a educação como o primeiro passo para a reforma da sociedade, mas afirmaram que a mulher deveria ser educada para que pudesse educar o homem para a grandeza da nação. Dessa forma, no final do século a educação das mulheres se articulava à ideia de destino nacional. (COSTA, 2010, p. 521, grifo da autora)

O pensamento de Tobias Barreto se arregimenta com as influências alemãs, de sua extensa leitura desses pensadores, especialmente do historicismo e do culturalismo, após um abandono relativo das leituras francesas que se faziam majoritárias no campo científico e literário do período. Essa influência francesa é clara quando se percebe o nível de inserção das obras mais literárias no consumo popularizado dos romances ou mesmo nas críticas literárias de autores brasileiros, que costumavam estabelecer comparações com escritores como Honoré de Balzac ou Gustave Flaubert. Diante desse consumo de mercado muito específico, por exemplo, Mary Del Priore (2016) evidencia a centralidade que as histórias de cunho erotizado tinham para o mercado masculino, enquanto que, para as mulheres, se destacavam os romances burgueses e as histórias centradas em narrativas de um cotidiano metropolitano, obras que

orbitavam em torno de construções psicológicas dos personagens, formato que vinha se popularizando na Europa desde finais do século XVIII. Com essas particularidades dos aspectos sociais desse consumo cultural, os elementos de formação das mulheres estavam ameaçados pelos perigos das fantasias alimentadas nesses romances – perigos tornados eles próprios temas de obras como *Madame Bovary* e *O Primo Basílio*. Mesmo buscando uma introdução de um germanismo no pensamento brasileiro, Tobias Barreto ainda estava imerso no seu próprio tempo e não conseguiu se desvencilhar em absoluto das limitações desse período.

Ao considerar a educação feminina, o autor propõe rupturas radicais com o que se convencionava no senso comum e nos salões dos bacharéis. Ele compreendia que a formação da mulher era de fundamental importância para a construção de uma nação, e se trataria de uma questão também civilizacional. Com elementos de um liberalismo já recepcionado em terras brasileiras, apoiando-se severamente em perspectivas críticas ao determinismo biológico de sua época, ao mesmo tempo em que estabelece uma crítica social até mesmo à organização da família, é possível perceber que a compreensão dele em relação a esse papel da mulher ainda estava limitada por reminiscências do conservadorismo de época. Diante disso é que, para ele - mesmo como defensor da educação feminina, considerando a questão da mulher como uma premente questão social, sendo, inclusive, como que tutor das primeiras mulheres a estudarem na Faculdade de Recife, além de defensor do direito de uma mulher ingressar na Faculdade de Medicina em 1879 -, os direitos de acesso à educação nas instituições de ensino deveriam ser abertos, assim como a busca pela emancipação civil e social, mas os direitos políticos femininos *ainda* não estaria em tempo de serem acessados por elas, *considerando o acesso à educação o primeiro passo para sua luta pela própria emancipação*.

> Mas vamos ao lado social da questão. Aí é que está compreendida a emancipação científica e literária da mulher, emancipação que consiste em abrir ao seu espírito os mesmos caminhos que se abrem ao espírito do homem; e a este lado é que se prende o nosso assunto. Se, pois, não se trata de fazer uma concessão de tal natureza, que venhamos daqui a anos ter uma deputada ou aspirante à presidência da república; se não se trata mesmo de conceder à mulher esta ou aquela liberdade no domínio do direito civil propriamente dito; se é, unicamente, um passo dado para a emancipação social, no sentido em que falei; se é este o primeiro exemplo que vamos abrir, um incentivo que vamos criar para o belo sexo em geral; por que não fazer essa concessão, quando ela é tão pequena, quando é um favor tão simples, que quase nada custa à província? (BARRETO, 2012, p. 183).

O pensamento de Tobias Barreto é marcado por um misto de consonância com o modelo intelectual de suas épocas e com a intenção de autoafirmação de um pretenso povo na sua caminhada emancipatória. Ao mesmo tempo, em suas as obras, é possível perceber a tentativa de forçar os limites do panorama consolidado, obviamente recorrendo a outros referenciais que

consigam complementar as lacunas presentes e contribuir com possibilidades de ação. É assim que as suas reflexões sobre mulher, educação e nação são fundamentais para, ao mesmo tempo, explicarem o espírito de uma época e porem luz sobre caminhos outros. Tobias não propõe uma ruptura radical, uma revolução social, que subverta a lógica de dominação em sua forma estrutural, mesmo ela sendo reconhecida como fonte da desigualdade entre homens e mulheres. Nas suas proposições, a solução se dá através de reformas dentro do próprio sistema, onde a educação feminina – em ambas as propostas se aceitando o acesso ao nível superior, compreendida como um meio para o processo civilizatório do Brasil que não seria alcançado sem a emancipação feminina, mas ainda denegando a inserção das mulheres no espaço da política institucional – é objetivo incontornável e inadiável. Considerando a importância crítica do seu pensamento frente à estrutura política, histórica e social de sua época, reitera-se, concordando com Gildo Marçal Brandão (2007), que o pensador sergipano formula no seu tempo uma utopia possível, e através da temática da educação supera o paradigma *raça e meio* como forma de entender e superar o atraso no qual acreditava, como tantos outros, estar o Brasil. Assim, ele apresenta possibilidades alternativas para colocar o Brasil nos trilhos do progresso, do esclarecimento e da tão almejada modernidade.

> (...) a educação passou a ser tida como elemento embrionário para pensar a sociedade brasileira e as possibilidades e/ou razões de seu malogro, uma vez que suas escolhas teóricas já não mais possibilitavam deduzir que a raça fosse um fator determinante ou mais importante que a cultura para o entendimento da sociedade e da sua configuração. (BARBOSA, 2013, p.9).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS – TOBIAS BARRETO: ENTRE A CRÍTICA E A UTOPIA

> [...] foi a de pensar desassombradamente, a de pensar com audácia, a de pensar por si mesmo, emancipado das autoridades e dos cânones. [...] A crítica se renova por ele. [...]. Ainda hoje se pode dizer como se disse de Kant, que voltar a Tobias é progredir.
>
> Graça Aranha

Pensar o pensamento de Tobias Barreto e suas reflexões sobre a questão feminina no Brasil Império é impossível sem entender as nuances da crise enfrentada pela sociedade brasileira e todo o seu processo de evolução política e econômica: a vinda da Família Real, a abertura dos portos, a Independência, a criação da Imprensa, a criação das Faculdades de Direito e Medicina, a transferência da capital do Império da Bahia para Rio de Janeiro, a criação das bibliotecas, a decadência do açúcar e, sobretudo, a circulação de ideias estrangeiras que passam a residir em terras tupiniquins. Nesse sentido, é preciso entender que Tobias Barreto se apresenta como um intelectual que soube captar e condensar o *zeitgeist*.

A figura de Tobias Barreto é bastante controversa, por ser o autor frequentemente definido como eclético, diletante e verborrágico. As contribuições das reflexões do sergipano passam despercebidas por grande parte da tradição sociológica. Sua figura enigmática e polêmica torna difícil situar seu pensamento, marcado por uma certa heterogeneidade. Porém, Tobias Barreto, com toda a sua influência na Escola do Recife, é pioneiro de um movimento que passa a contestar a ordem imperial estabelecida. Num momento em que os bacharéis preenchiam os quadros políticos do Império e contribuíam com a seguridade da ordem estabelecida, Tobias e a Escola do Recife se apresentam como críticos e destoantes nesse cenário. Embora membro fundador da Escola do Recife, Tobias Barreto, como aponta Antonio Paim (1981), é um rebelde em relação à própria escola que tem como órbita em torno de si.

O pensamento de Tobias não é homogêneo. Fases diferentes de seu pensamento podem ser indicadas e são marcadas pela sua orientação inspirada em teorias europeias, as quais passam a embasar suas interpretações acerca da realidade, servindo de suporte para a sua ação política. É com ele que o cientificismo passa a ser um instrumento de ação coletiva e a fazer parte do *habitus* do intelectual engajado, que disputa posições dentro do campo intelectual que se formara, através de debates, discursos, publicações em jornais e, sobretudo, na vida política. Munindo-se do arcabouço cientificista, das palavras da moda, Tobias Barreto sintetiza a ideia

de uma época, em que "a ciência aparece como a única capaz de orientar as práticas políticas e econômicas, e elucidar os problemas sociais" (SANTOS, 2006, p. 73).

O cientificismo de Tobias era o primado de seu posicionamento político. O autor sergipano não se dizia “nem liberal radical, nem propriamente republicano, nem socialista, nem conservador, mas sempre radical ao ponto de negar o que negava” (SALDANHA, 1985, p. 31). Nesse sentido, suas reflexões sobre a mulher propostas na emenda ao projeto de Lei 61/1879 (Educação da Mulher) e o Projeto de Lei 129/1879 mostram que as teorias estrangeiras são incorporadas por Tobias Barreto como retórica para convencimento dos presentes na Assembleia Provincial Pernambuco. A questão feminina abordada por Tobias permite entender como o intelectual se posicionou frente aos problemas da época. Apesar de apresentar ambiguidades e contradições, observa-se que é a partir da recepção das teorias sociológicas, sobretudo de base germânica, que o autor é capaz de formular reflexões, apontando que a questão da inferioridade intelectual feminina não é biológica, contrapondo-se ao *mainstream* da época, que usava do determinismo biológico para legitimar a inferioridade da mulher.

O presente trabalho teve como objetivo refletir sobre as reflexões de Tobias Barreto. Visou-se demonstrar como as teorias sociológicas por ele recepcionadas, mas consideradas também à luz do contexto sócio-histórico dessa recepção, foram aspectos significativos na sua produção intelectual, fazendo com que seu pensamento apresentasse particularidades em relação ao restante de seus contemporâneos. Assim é que foi possível constatar que, a partir do contato com germanismo e no desenvolvimento de um *culturalismo sociológico,* o emblemático Tobias desenvolve um *estilo de pensamento* que se apresenta como um contraponto às mentalidades *católica, conservadora e escolástica*, que se apresentavam como um percalço para modernização do Brasil – em particular, mas não apenas, no que diz respeito à condição das mulheres. Tobias Barreto entendia que essas mentalidades precisavam ser superadas para que houvesse uma emancipação. Por isso, o autor não se limitou a copiar as tendências europeias; ao contrário, se apropriou dessas ideias para pensar sobre as questões sociais e políticas que se apresentavam como problemas, sobretudo para o desenvolvimento da nação. Nesse ponto, “a modernidade era nota constante do seu espírito” (MORAES FILHO, p. 116).

A Faculdade do Recife, produzia um intelectual aristocrático. Em contraste, Tobias Barreto, afetado pelo germanismo, traz em suas reflexões a amálgama de uma crítica política e uma crítica cultural. Gilberto Freyre questiona se, nesse sentido, o sergipano “constituiu-se um modelo de intelectual ativista, inspirado nos agitadores alemães – os de 1848 – de braço dado com o povo, com a massa, com operários, para reivindicações de plebeus contra as elites de toda espécie” (FREYRE, 1971, p. 128). A esse questionamento, é possível afirmar que sim:

Tobias Barreto se apresenta como intelectual ativista na medida que “se antecipa décadas aos movimentos de luta política e as conquistas das mulheres no espaço público. [...]. Negligenciar seu pioneirismo é ocultar esse fato, ainda que se acuse seu pioneirismo de ser demasiado incidental [...]” (PASSOS, 2016, p. 156).

Nesse sentido, o posicionamento de Tobias, mesmo considerados seus limites, se aproxima daquilo que Mannheim chama de *mentalidade utópica*. Pode-se dizer que a interpretação do pensamento de Tobias Barreto permite considerá-lo próximo de um “humanitarismo liberal” que, assim como o pensamento do intelectual sergipano, “surgiu do conflito com a ordem existe” (MANNHEIM, 1972, p. 243). Não buscando o progresso a partir de uma revolução da ordem, mas sim através das transformações graduais dos homens, Tobias Barreto buscava a soberania do povo, e não se colocava a esse como um salvador, mas, ao contrário, defendia os meios para que o povo tivesse como despertar. “Seguidor de Kant, vive a fazer uso público da razão, em todos os campos. Tomando para si a tarefa de esclarecer o povo sobre os seus direitos” (BARRETO, 1926, p. 78).

Tobias Barreto apresenta um pensamento combativo na crise do Império. Ao se munir das teorias estrangeiras, Barreto, assim como Sílvio Romero, se abria à possibilidade de interpretação para “derrubar o tradicionalismo jesuítico e abrir as portas a uma renovação ampla do pensamento e da sociedade” (CANDIDO, 1988, p. 118). Como aponta Antonio Candido, a crítica social iniciada pela Escola do Recife sempre acabava na crítica política, e a postura tomada pelos intelectuais participantes desse movimento abalaria as tradições da história intelectual brasileira, dado que “o movimento intelectual e científico significava no campo da cultura, o mesmo processo de rompimento com a autoridade tradicional e o mesmo desejo de afirmação nova e livre” (CANDIDO, 1988, p. 116).

> O programa cientificista contrapunha-se radicalmente a concepção católica-conservadora, defendendo a transformação do país pela substituição, na literatura, do romantismo pelo naturalismo; na jurisprudência, do direito natural pelo direito positivo; na filosofia, o espiritualismo pelo monismo (positivista ou materialista. ” (CONCEIÇÃO, 2001, p. 45-46).

Além de contestar a ordem imperial, Tobias apresenta-se como contraponto dentro do próprio movimento. Ele supera o paradigma *raça e meio*, característico de seu tempo, ao elencar a cultura como chave de leitura, orientação que, em certa medida, sofre retrocesso na sequência de seus seguidores (PAIM, 1968). Fazendo esse rompimento de forma sociológica (BARBOSA, 2010) e desenvolvendo assim uma crítica ao Positivismo que era hegemônico dentro do movimento, ele rompe com os paradigmas através de uma antisociologia crítica e militante.

> A cultura reveste-se, porém, de outro significado ao associar-se à problemática do nacional, adquire agora uma dimensão agregadora. Se os membros de uma população territorial se encontram separados pela distância geográfica, pela origem de classe, pelo fato de serem citadinos ou camponeses, um mesmo conjunto deve envolvê-los para que façam parte de uma unidade comum. A cultura é a consciência coletiva que vincula os indivíduos uns aos outros. ” (ORTIZ, 2013, p..612).

Tobias Barreto assemelha-se aos iluministas do século XVIII, tendo “crença absoluta no poder das ideias, a confiança total na ciência e a certeza de que a educação intelectual era o único caminho legítimo para melhor os homens, dando-lhes, inclusive, um destino moral, e acrescentando a estas convicções a dimensão histórica oitocentista” (VITA, 1968, p. 197). O movimento por ele inaugurado, que se estende de 1870 a 1914, é visto por Roque Spencer como o período de *Ilustração Brasileira*, na medida em que tinha por preocupação “adequar as instituições ao espírito do século, o país à modernidade do Ocidente” (VITA, 1968, p. 198). Dessa forma, Tobias Barreto é produto do seu tempo e das condições especificas do campo cultural e político que se desenvolve no Brasil oitocentista. Com suas reflexões de cunho (anti)sociológico, sobretudo sobre a mulher, o autor sergipano e a Escola de Recife desenvolvem um estilo intelectual caracterizado pelo beletrismo, bem como por uma visão de mundo que era anti-espiritualista, antirromântica e cientificista por definição. Tobias Barreto, esse iluminista nos trópicos, “dá prova de sua disposição mental, uma capacidade infinda de assimilar o que de mais novo o mundo produzia em termos de ideias. Não há, portanto, como enquadrá-lo num clichê qualquer, por mais atrativo que seja” (BARRETO, 1926, p. 140).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA, Ana Maria Araújo de. **Um "mestiço irrecusável"**: Tito Lívio de Castro e o pensamento cientificista no Brasil do século XI. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ALMEIDA, Ana Maria Araújo de. **Lívio de Castro e um outro olhar sobre a mulher no século XIX.** In: XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, 2007.

ALONSO, Ângela. De Positivismo e de Positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais–BIB**, n. 42, p. 109-134, 1996.

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil - império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 35-55, 2000.

ANGELOU, Maya. Poesia completa. Bauru: Astral Cultural, 2020.

AZEVEDO, Fernando de Azevedo. **A cultura brasileira**. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. São Paulo. Editora Nacional, 1944

BARBOSA, Anna Kristyna Araújo da Silva; ARAÚJO, Esdras Bezerra Fernandes de. **O Brasil para além da geração de 1870**: O positivismo e o problema nacional no pensamento de Nísia Floresta. In: Anais IX Seminário Nacional de Sociologia & Política, 2018.

BARBOSA, Ivan Fontes. **A Escola do Recife e a sociologia no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

BARBOSA, Ivan Fontes. **A geração de 70 da Escola do Recife e a sociologia no Brasil.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2007, Recife. Resumos. Recife: Campus, 2007.

BARBOSA, Ivan Fontes. Tobias Barreto e a Sociologia no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 27, n. 1, p. 49-64, jan/jun., 2012.

BARBOSA, Ivan Fontes. Tobias Barreto: mestiçagem e sociologia no Brasil do século XIX. **Uppsala: Moderna språk**, Vol. 108, n. 1, 2014.

BARBOSA, Ivan Fontes; LIMA, Vilma Soares. **Metáforas da Perplexidade**: miscigenação e parasitismo no contexto da recepção da Sociologia no Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 47, p. 116-130, 2017.

BARIANI JÚNIOR, Edison. **Uma sociologia abortada**: Tobias Barreto e a crítica da sociologia. Curitiba, 2014.

BARRETO, Luiz Antonio; GAMA, Affonso Dionysio. **Tobias Barreto**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1994.

BARRETO, Tobias. **Estudos de Sociologia**, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962.

BARRETO, Tobias. **Monografias em alemão**. Rio de Janeiro: J. E. Solomon; Sergipe Editora Diário Oficial, 2012.

BASTOS, Elide Rugai. **Atualidade do pensamento social brasileiro**. Sociedade e estado, v. 26, n. 2, p. 51-70, 2011.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERGO, Antonio Carlos et al. **Darwinismo social e educação no Brasil**. 1993.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. **Estudos avançados**, v. 2, n. 3, p. 4-39, 1988.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática., 1983, p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. **As condições sociais da circulação internacional das ideias**. **Enfoques**, v. 1, n. 1, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª edição. São Paulo, 2009.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. (org.) Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas, Rio de Janeiro, Campus, 1997.

CALMON, Pedro. **História social do Brasil**, volume 2: espírito da sociedade imperial. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAMPOI, Isabela Candeloro. **O livro "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta**: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. História (São Paulo) v, v. 30, p. 196-213, 2011.

CANDIDO, Antonio. **A Sociologia no Brasil.** São Paulo. In: Tempo Social, v. 18, n. 2006.
CARVALHO, José Maurício de. **Antologia do culturalismo brasileiro**: um século de filosofia. Londrina: CEFIL, 1998.

CARVALHO, José Murilo de**. A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 1, n. 1, p. 123-152, 2000.

CASTRO, Tito Lívio de. **A mulher e a sociogenia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves e Co., 1983.

CATANI, Afrânio Mendes et al. Vocabulário Bourdieu. **Belo Horizonte: Autêntica Editora**, 2017.

CHACON, Vamireh. **Formação das ciências sociais no Brasil** (Da Escola do Recife ao Código Civil). Brasília: Paralelo 15; Brasília: LGE Editora; São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2008.

CHACON, Vamireh. **A sociologia e o germanismo segundo Tobias Barreto e Silvio Romero**. In: Revista Doxa; Recife, Ano 5, N. 08, 1959.

CHACON, Vamireh. **História das idéias sociológicas no Brasil**. Editorial Grijalbo, 1977.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. 4ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Às margens do Beberibe e do Capibaribe**: a crítica de Tobias Barreto nos meandros da geografia. Tese de Doutorado. USP, 2001.

CORREA, Mariza. **Repensando a Família Patriarcal** (notas para um estudo das formas de organização familiar no Brasil).In: _____. Colcha de Retalhos: Estudos sobre a Família no Brasil: São Paulo, Brasiliense, 1982.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. Emília Viotti da Costa. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 2010.

COSTA, CRUZ. **Contribuição à História das Idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

COSTA, CRUZ. **Augusto Comte e as origens do positivismo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DA SILVA, Agnaldo José. O aspecto decorativo da intelligentsia brasileira. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, 2007.

DA SILVA MAZUCATO, Thiago Pereira. **Aspectos Históricos E Metodológicos**: Alguns Elementos Teóricos Da Sociologia Do Conhecimento De Karl Mannheim. Florestan, n. 3, p. 13-40, 2015.

DE ALMEIDA TELES, Maria Amélia. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. Alameda Casa Editorial, 2018.

DE ASSIS, Rodrigo Vieira. **Para uma sociologia das visões de mundo**: uma teoria praxiológica da cultura a partir de Karl Mannheim e Pierre Bourdieu. In: Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2015.

DEL PRIORE, Mary. VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira**: Império. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. Unesp, 2007.

DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero. Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. **A recepção do darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 97-123, 2003.

DUARTE, Constância Lima.(org.).**Cartas**: Nísia Floresta & Augusto Comte. Florianópolis: Editora Mulheres, EDUNISC, 2002.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. Estudos avançados, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: Século XIX: dicionário ilustrado. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta: vida e obra**. Ufrn Editora Universitaria, 2008.

FAUSTO, Boris. História concisa do Brasil. 3ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da USP, 2018.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889). **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 62, p. 63-91, 2017.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1976. 272 p. (Sociologia Brasileira, v. 7).

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Editora Contracorrente, 2020

FERREIRA, Pinto. **Panorama da sociologia brasileira.** In: Sociologia. Pernambuco, Companhia Editora de Pernambuco, 1969. p. 259-309.

FERREIRA, Pinto. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1981.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano São Paulo. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 4. Ed. São Paulo: Global, 2009.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Tobias Barreto**: uma biografia intelectual do insurreto sergipano e sua biblioteca com livros alemães no Brasil do século XIX. Curitiba: Juruá, 2018.

GONZALEZ, Everaldo T. Quilici et al. **O culturalismo Jurídico da Escola do Recife**. 2015.

GUSMÃO, Luís de. **A crítica da epistemologia na sociologia do conhecimento de Karl Mannheim**. Sociedade e Estado, v. 26, n. 1, p. 221-239, 2011.

HOBSBAWN, Eric J. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras. 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. **O pensamento brasileiro sob o Império**. In: O Brasil monárquico. Tomo II: Reações e transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

IANNI, Octavio. Tendências do pensamento brasileiro. **Tempo Social**, v. 12, n. 2, p. 55-74, 2000.

IANNI, Octavio. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

IANNI, Octávio. **Tipos e mitos do pensamento brasileiro**. Sociologias, n. 7, p. 176-187, 2002.

JOURDAIN, Anne; NAULIN, Sidonie. **A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. São Paulo: Editor UNESP, 2002. (série Dante Moreira Leite / organizador Rui Moreira Leite).

LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. **A sociologia no Brasil**: história, teorias e desafios. Sociologias. Porto Alegre. Vol. 7, n. 14 (jul./dez. 2005), p. 376-437, 2005.

LIMA, Hermes. **Tobias Barreto**: a época e o homem. Brasiliana, 1939.

LINS, IVAN. **História do Positivismo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LYNCH, Cyril; EDWARD, Christian. **Por Que Pensamento e Não Teoria?** A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970). Dados-Revista de Ciências Sociais, v. 56, n. 4, 2013.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Cartografia do pensamento político brasileiro**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 19, p. 75-119, 2016.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LÖWY, Michael. **Sobre o conceito de "afinidade eletiva" em Max Weber**. Plural–Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. São Paulo, v. 17, p. 129-142, 2011.

MACEDO, Ubiratã Borges de. **A liberdade no Império**. São Paulo: Convívio, 1977.

MAIA, João Marcelo E. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. Revista Sociedade e Estado. vol.26 nº. 2. Brasília May/Aug. 2011.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da Cultura**. Tradução de Roberto Gambini. São Paulo. Perspectiva, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia do Conhecimento**, v. I Portugal: Rés Editora Ltda, s/d.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia do Conhecimento**, v II. Portugal: Rés Editora Ltda, s/d.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia sistemática**: uma introdução ao estudo da sociologia. São Paulo: Pioneira, 1971.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2004.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira** (vol. III). São Paulo: Cultrix, Editora Universidade de São Paulo, 1977.

MAZUCATO, Thiago. **Ideologia e utopia em Karl Mannheim**. Revista Sem Aspas, v. 2, n. 1, p. 187-195, 2013.

MERCADANTE, Paulo; PAIM, Antonio. **Tobias Barreto na cultura brasileira**: uma reavaliação. São Paulo: Editora da USP, 1972.

MERTON, Robert K. **Ensaios de sociologia da ciência**. São Paulo: Editora 34, 2013.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade e A sujeição das mulheres**. São Paulo: Penguim Classics; Companhia das Letras, 2017.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Medo à utopia: o pensamento social de Tobias Barreto e Silvio Romero**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2014.

MONT'ALEGRE, OMER. **Tobias Barreto**. Rio de Janeiro: Vecchi. 1939.

NASCIMENTO, Marcio Luiz do et al. **Tobias Barreto em variações anti-sociológicas**: um esclarecido (Aufgeklärt) em defesa da ordem do direito (Rechtszustand). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, 2004.

NEEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. **Almanack braziliense**, n. 10, p. 05-22, 2009.

NOGUEIRA, Oracy (1978) **A sociologia no Brasil.** In: FERRI, G. M. & MOTOYAMA, S. (org.). História das Ciências no Brasil. vol. 3, São Paulo: EDUSP: EPU-CNPq.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PRADO JR. Caio. **Evolução política do Brasil**: e outros estudos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PAIM, Antonio. **A problemática do culturalismo**. Porto Alegre: Edipucrs. 1995.

PAIM, Antonio. **O estudo do pensamento filosófico brasileiro**. São Paulo: Convívio, 1986.

PAIM, Antonio. **História do liberalismo brasileiro**. São Paulo: LVM, 2018.

PASSOS, Aruanã Antônio dos. Evolução, Evolucionismo e ciência no pensamento de Tobias Barreto: notas para uma recensão. **Revista Expedições**, v. 7. n. 2, 2016.

PASSOS, Aruanã Antônio dos. **Vida e obra como monumento: Sílvio Romero, Tobias Barreto e a história do Brasil Republicano**. Anais XVI Encontro Regional de História – Tempos de Transição.

PASSOS, Aruanã Antônio dos. Do Império à República: a escrita poética e biografia em Tobias Barreto (1869 -1889). **Cadernos de História** (Belo Horizonte), v. 19, n. 31, 2018.

PASSOS, Aruanã Antonio dos et al. **Pensamento em combate:** Tobias Barreto na aurora da república (1869-1889). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2016.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017.

PRADO JR., Caio. **Evolução política no Brasil**: e outros estudos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica a sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editoral Andes Limitada, 1957.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RAMOS, Guerreiro. **O Problema Nacional no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.

RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. **Controvérsias da questão social**: liberalismo e positivismo a causa abolicionista no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2012.

RICUPERO, Bernardo. **Sete interpretações sobre o Brasil**. São Paulo: Alameda. 2008.

ROMERO, Sylvio. **Obra filosófica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

ROMERO, Sílvio. Prefácio: Tito Lívio de Castro. In: CASTRO, T. L. A **mulher e a Sociogenia.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo, Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALDANHA, Nelson. **A Escola do Recife**. São Paulo; Convívio, 1997.

SALDANHA, Nelson**. Sobre a filosofia do direito de Sílvio Romero**. ACTAS do III Colóquio Tobias Barreto. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, p. 321-328, 1996.

SALDANHA, Nelson. Romantismo, evolucionismo e Sociologia: figuras do pensamento social do século XIX. Recife: Fundaj. Editora Massangana, 1997.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**: Vassouras, século XIX: Senhores e escravos no coração do império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, Maria Veloso Motta; MADEIRA, Maria Angélica. **Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Usos de Abusos da Mestiçagem e da Raça no Brasil:** uma história das teorias raciais em finais do séc. XIX. Afro-Ásia, 18, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. **Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 82, p. 11-16, 2011.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo, Editora 34, 2012.

SIMÕES, David Soares. José de Alencar e o tema da participação feminina no Brasil do século XIX. **Em Tese**, v. 14, p. 46-62, 2017.

SIMÕES, David Soares. Liberdade e civilização no pensamento político de José de Alencar. **Perspectivas**, v. 40, p. 177-199, 2011.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Editora Nacional; EDUSP, 1968.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro; tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

VENANCIO FILHO, Alberto. **Das Arcadas ao Bacharelismo** (150 anos de Ensino Jurídico no Brasil). São Paulo: Perspectiva, 1982.

VILLAS BÔAS, Glaucia. **A recepção da sociologia alemã no Brasil**. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2006.

VITA, Luís Washington. **Antologia do pensamento social e político no Brasil**. 1968.

WEFFORT, Francisco. Segundo Reinado – Joaquim Nabuco: a escravidão e a "obra da escravidão". In: _____. **Formação do pensamento político brasileiro**: ideias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Boitempo Editorial, 2017.